



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO**  
**AMBIENTE**

**BRENDA ROZENDO MELO**

**MARÉS, MEMÓRIAS E TERRITÓRIO: ETNOCIÊNCIA NA COMUNIDADE**  
**PESQUEIRA DE EMBOACA, LITORAL OESTE DO CEARÁ**

**FORTALEZA**

**2021**

BRENDA ROZENDO MELO

MARÉS, MEMÓRIAS E TERRITÓRIO: ETNOCIÊNCIA NA COMUNIDADE  
PESQUEIRA DE EMBOACA, LITORAL OESTE DO CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração: Organização Social e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Jeovah de Andrade Meireles.

Coorientadora: Profa. Dra. Ana Maria Ferreira dos Santos.

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- M485m Melo, Brenda Rozendo.  
Marés, memórias e território: etnociência na comunidade pesqueira de Emboaca, litoral oeste do Ceará / Brenda Rozendo Melo. – 2021.  
102 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza, 2021.  
Orientação: Prof. Dr. Antônio Jeovah de Andrade Meireles.  
Coorientação: Profa. Dra. Ana Maria Ferreira dos Santos.
1. Pesca artesanal. 2. Etnoecologia. 3. Cartografia social. 4. Conflitos ambientais. I. Título.  
CDD 333.7
-

BRENDA ROZENDO MELO

MARÉS, MEMÓRIAS E TERRITÓRIO: ETNOCIÊNCIA NA COMUNIDADE  
PESQUEIRA DE EMBOACA, LITORAL OESTE DO CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração: Organização Social e Desenvolvimento Sustentável.

Aprovada em: 29/01/2021.

BANCA EXAMINADORA ACADÊMICA

---

Prof. Dr. Antônio Jeovah de Andrade  
Meireles (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dra. Anna Erika Ferreira Lima  
Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Ceará (IFCE)

---

Prof. Dr. José da Silva Mourão  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

---

Profª. Dra. Sheila Kelly Paulino Nogueira  
(Suplente)  
Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Ceará (IFCE)

---

Prof. Dr. Fábio Maia Sobral (Suplente)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

BANCA EXAMINADORA POPULAR

---

Profª. Maria Natália de Sousa  
Secretaria Municipal de Educação de  
Trairi/CE

---

Profª. Rozeni Ferreira dos Santos  
Associação Comunitária de Moradores da  
Emboaca (ACME)



À Natália, à Rozeni, à minha mãe, Geane, e às tantas outras mulheres que carregam inúmeras jornadas cotidianas sem deixar de sorrir, amar, sonhar e construir resistências.

## AGRADECIMENTOS

À Natália Sousa e Fábio Nascimento, pelo apoio incondicional, por terem me “criado” na Emboaca, sempre me ensinando tanto, com alegria e serenidade. Muita admiração e afeto por vocês!

À Raimunda Batista do Nascimento Oliveira (*in memoriam*), Dona Raimundinha, que não só contribuiu com nossa busca pela memória da Emboaca com sua contação de história cativante, mas que também teve o carinho de recitar e cantarolar tão belos versos. Foi uma grande honra ter compartilhado essa tarde com a senhora! Descanse em paz.

À Rozeni, minha grande parceira em toda essa jornada, com quem troquei ideias, felicidades, angústias... gratidão por tudo isso e por ser esse exemplo de mulher forte que, mesmo com suas inúmeras demandas da casa ao trabalho, arregaça as mangas buscando o que for melhor para a comunidade.

Às pessoas moradoras da Emboaca que sempre estiveram ao meu lado tirando dúvidas e compartilhando saberes, inclusive à distância: Natália, Rozeni, Yasmin, Ribique, Tadeu, Eugênio, Chê, Orlandim e Michael. Gratidão pela amizade de vocês! Muito carinho por todas e todos.

Às pessoas entrevistadas que foram tão acolhedoras narrando a história da Emboaca, bem como às moradoras e aos moradores que participaram das oficinas de cartografia social. Vocês possibilitaram experiências incríveis nesta pesquisa, que não seria nada sem vocês.

À todas as pessoas da comunidade com quem compartilhei tantos momentos de conversas e alegrias, ou mesmo de reuniões e lutas. Ao lado de vocês eu recarrego minhas forças e expando meus sonhos.

À Profa. Ana Maria, pela orientação, por acompanhar meu trabalho com empolgação, paciência e carinho, sempre buscando ser disponível para me ajudar no que fosse possível.

Às amigas e amigos que me deram forças de diversas formas e contribuíram direta ou indiretamente com meu trabalho: Luana, Evi, Melissa, Syl, Vlad, Deia, Filipe e Ninne.

Ao Prof. Jeovah, por acreditar no meu trabalho e envolver-se com ele, pelas orientações, compartilhamento de experiências e inúmeros incentivos à minha capacidade e autoconfiança.

À Profa. Sheila Paulino, por suas maravilhosas contribuições durante minha qualificação, disponibilização de leituras certas e por todo o apoio ao meu trabalho.

À Profa. Anna Érika e ao Prof. José Mourão, por terem prontamente aceitado meu convite para participar da banca examinadora.

Ao Prof. Fábio Sobral, por ter também contribuído e participado da minha qualificação.

À minha família; Geane, Beto, Mônica e Mozart, por representarem meu lar.

À todas e todos que fazem frente na luta pelos direitos das comunidades tradicionais do Ceará, que estão sempre alimentando esperanças pelo bem viver. Resistir já é uma vitória!

À Mãe Natureza, que provê vida em abundância e infinitos ensinamentos.

“Na nossa mata tem murici, batiputá  
Um serve de alimento, o outro serve pra  
curar.”

Zé Canã Tremembé da Barra (MACIEL, 2019).

## RESUMO

As atividades pesqueiras artesanais são percebidas como uma tradição cultural e, além de serem essenciais fontes de renda e subsistência para as populações, sua importância transcende o comércio local das comunidades, chegando a contribuir com 70% ou mais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Porém, a ideia de desenvolvimento pautada no crescimento desenfreado de um modelo econômico que usufrui de elementos naturais de forma insustentável, exclui o envolvimento de questões sociais, ecológicas e espirituais, gerando conflitos socioambientais que envolvem tensões acerca do tempo, do lugar e da forma de utilização do ambiente. Nesse contexto, pesquisas etnocientíficas que compreendem a necessidade de haver a conservação da diversidade de culturas para que haja a conservação da biodiversidade do mundo e vice-versa, configuram alternativas contrárias à essa lógica de desenvolvimento capitalista. Assim, esta pesquisa objetiva, através da utilização de métodos etnográficos que cruzam elementos socioculturais e naturais, entender e registrar as relações históricas e cotidianas entre a comunidade pesqueira da Emboaca (Trairi/CE) e o ambiente em que está inserida, valorizando saberes e costumes locais, além de atender algumas de suas demandas, gerando instrumentos para a gestão participativa e defesa do território. Logo, este estudo possui caráter qualitativo, cuja construção foi definida em diálogo com autoras e autores sociais. Foi empregado o método da história oral de vida e temática – incorporando a técnica de “bola de neve” – para contextualização histórica a partir das narrativas de troncos velhos, além da utilização da técnica de observação participante. Ademais, foram realizadas oficinas de cartografia social associadas a turnês guiadas a fim de elaborar o mapa de domínio do território pela comunidade da Emboaca. Assim, também foi possível a descrição do ambiente com abordagens emicista e eticista. Os registros das histórias contadas sobre a ocupação do território pela comunidade, a organização do espaço social e as relações construídas entre as pessoas e o ambiente costeiro, expressaram tanto uma afetividade dessas pessoas com o lugar, como também um conhecimento passado de geração para geração, e que possui transformação constante, desenvolvendo suas adaptações a partir de saberes e técnicas originados por meio da observação e análise de fenômenos naturais de acordo com suas necessidades. A cartografia social gerou importantes contribuições na articulação da comunidade, não só pelos resultados, mas por todo o processo de construção coletiva, que inclusive impulsionou lutas por direitos territoriais comunitários. Espera-se que esse apoio ao protagonismo social na gestão comunitária tenha incentivado positivamente a comunidade no enfrentamento de conflitos ambientais, fortalecendo a autonomia na busca pelo bem-viver.

**Palavras-chave:** pesca artesanal; etnoecologia; cartografia social; conflitos ambientais.

## ABSTRACT

Artisanal fishing activities are perceived as a cultural tradition and, in addition to being essential sources of income and subsistence for the populations, their importance transcends the local commerce of the communities, reaching 70% or more in the North and Northeast regions of Brazil. However, the idea of development based on the unrestrained growth of an economic model that uses natural elements in an unsustainable way, excludes the involvement of social, ecological and spiritual issues, generating socio-environmental conflicts that involve tensions over time, place and the way in which the environment is used. In this context, ethnoscientific research that understands the need to conserve the diversity of cultures in order to preserve the world's biodiversity and vice versa, configure alternatives contrary to this logic of capitalist development. Thus, this research aims, through the use of ethnographic methods that cross socio-cultural and natural elements, to understand and record the historical and daily relations between the fishing community of Emboaca (Trairi/CE) and the environment in which it is inserted, valuing local knowledge and customs in addition to meeting some of their demands, generating instruments for participatory management and defense of the territory. Therefore, this study has a qualitative character, whose construction was defined in dialogue with authors and social authors. The oral history of life and thematic methods was used – incorporating the “snowball” technique – for historical contextualization from the narratives of elder community members, in addition to the use of participant observation technique. In addition, social cartography workshops associated with guided tours were carried out in order to prepare the domain map of the territory by the Emboaca community. Thus, it was also possible to describe the environment with emicist and ethicist approaches. The records of stories told about the occupation of the territory by the community, the organization of the social space and the relationships built between people and the coastal environment, expressed both the affection of these people for the place, as well as knowledge passed from generation to generation, which goes through constant transformation, developing its adaptations based on knowledge and techniques originated through the observation and analysis of natural phenomena according to its needs. Social cartography generated important contributions to the articulation of the community, not only for the results, but for the entire process of collective construction, which even boosted struggles for community territorial rights. It is hoped that this support for social protagonism in community management has positively encouraged the community in facing environmental conflicts, strengthening autonomy in the search for good living.

**Keywords:** artisanal fishing; ethnoecology; social cartography; environmental conflicts.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– Valores médios anuais de precipitação pluviométrica no município de Trairi (CE) .....	33
Mapa 1	– Localização da comunidade pesqueira de Emboaca (Trairi/CE) .....	34
Figura 2	– Em evidência, a textura sólida do Cascudo de Baixo no território da Emboaca .....	36
Figura 3	– Paisagem da comunidade de Emboaca (Trairi/CE), localizada entre dois grandes cascudos. O registro fotográfico representa uma vista de cima do <i>cascudo de baixo</i> (à oeste). .....	37
Figura 4	– Na foto, o local popularmente conhecido como “corrente grande”, pois é a maior área de lavanderia comunitária .....	38
Figura 5	– Cascudinhos presentes na área de transição entre morros e cascudos no território da Emboaca .....	39
Figura 6	– Ambiente transitório entre cascudos, baixas e morros no território da Emboaca (Trairi/CE). A fotografia foi registrada de cima do Cascudo de Baixo e pode ser observada a presença de vegetação de restinga espalhada por todo o território .....	40
Figura 7	– Exemplares da flora local. (a) Vassourinha de botão ( <i>Scoparia dulcis</i> ); (b) Xanana ( <i>Turnera subulata</i> ); (c) Peão ( <i>Jatropha gossypifolia</i> ); (d) Murici-pitanga ( <i>Byrsonima gardneriana</i> ) .....	40
Quadro 1	– Ecozonas definidas pela comunidade da Emboaca e suas respectivas definições e designações acadêmicas equivalentes .....	41
Quadro 2	– Artes de pesca utilizadas por pescadores da Emboaca e informações gerais sobre o que e onde é pescado por cada uma dessas artesanias .....	42
Figura 8	– Painel colado na parede de uma sala de aula da EEFNSS, com um poema temático sobre animais marinhos .....	44
Quadro 3	– Pessoas entrevistadas na etapa de contextualização história desta pesquisa, e suas respectivas idades e tempo de vivência na comunidade de Emboaca (Trairi/CE) .....	46

Figura 9	– Registros fotográficos de oito das dez das pessoas entrevistadas, guardiãs das memórias do território da Emboaca. (a) Alvina; (b) Francisca; (c) Raimunda Ciça; (d) Maria Carneiro; (e) Deusimar; (f) Zeli e Tanácio; (g) Mana .....	47
Figura 10	– Registros fotográficos das oficinas de cartografia social da Emboaca, realizadas durante os meses de janeiro e fevereiro de 2020 .....	70
Mapa 2	– Mapa de domínio do território pela comunidade pesqueira de Emboaca (Trairi/CE) .....	71
Figura 11	– Vegetação que acompanha o curso de água (mata ciliar) do Corrente da Emboaca .....	72
Figura 12	– Registro do mangue-de-botão ( <i>Conocarpus erectus L.</i> ) registrada nas baixas do território da Emboaca (Trairi/CE) .....	73
Figura 13	– Ubaias coletadas nas áreas de mata e capoeira, localizadas em Timbaúba, comunidade vizinha à Emboaca .....	74
Quadro 3	– Plantas coletadas e cultivadas utilizadas na alimentação da comunidade da Emboaca .....	74
Figura 14	– Fotografia do guajiru preto ( <i>Chrysobalanus icaco L.</i> ) registrada nos morros da Emboaca (Trairi/CE) .....	75
Figura 15	– Final de tarde com maré seca na praia da comunidade da Emboaca (Trairi/CE). .....	77
Figura 16	– Diversão de moradoras e moradores da Emboaca na Lagoa da Caneta, localizada no território da comunidade .....	78
Quadro 4	– Eventos coletivamente realizados na comunidade de Emboaca, suas respectivas datas ou período, e os locais onde ocorrem .....	79
Figura 17	– Ilustração dos impactos da erosão costeira ocasionada pela fixação de duna através do plantio de coqueiros realizado por posseiro na comunidade de Emboaca (Trairi/CE) .....	82
Figura 18	– Campo construído por várias comunidades sendo escavado com trator à mando do posseiro na comunidade de Pé do Morro .....	83



Figura 19 – Via de acesso aos aerogeradores construídas em meio ao campo de dunas da Emboaca (Trairi/CE). .....	84
Figura 20 – Impacto visual dos aerogeradores localizados na Emboaca (Trairi/CE) registrado no horário em que o sol se põe .....	85

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACME	Associação Comunitária de Moradores da Emboaca
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores
CS	Cartografia Social
EEFNSS	Escola de Ensino Fundamental Nossa Senhora da Saúde
Funceme	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MPP	Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
Resex	Reserva Extrativista
Rima	Relatório de Impacto Ambiental
Semace	Superintendência Estadual de Meio Ambiente do Ceará
Sisar	Sistema Integrado de Saneamento Rural
SisGen	Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado
Snuc	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidade de Conservação
UFC	Universidade Federal do Ceará
UTM	Universal Transversa de Mercator

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2</b>	<b>COMUNIDADES PESQUEIRAS E ETNOCIÊNCIA: BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS</b> .....	18
<b>2.1</b>	<b>Comunidades tradicionais pesqueiras: existência e resistência</b> .....	18
<i>2.1.1</i>	<i>A luta por direitos no território pesqueiro</i> .....	18
<i>2.1.2</i>	<i>Atividades econômicas e seus impactos no litoral cearense</i> .....	21
<b>2.2</b>	<b>A etnociência na ecologia de saberes</b> .....	23
<i>2.2.1</i>	<i>Iguapeira: reflexões sobre decolonialidade</i> .....	23
<i>2.2.2</i>	<i>A pesquisa etnocientífica</i> .....	25
<i>2.2.2.1</i>	<i>O “contra-mapeamento”</i> .....	27
<i>2.2.3</i>	<i>Pesquisa-ação: o protagonismo popular na ciência</i> .....	29
<b>2.3</b>	<b>Percurso metodológico</b> .....	30
<i>2.3.1</i>	<i>Contextualização histórica</i> .....	30
<i>2.3.2</i>	<i>Relações cotidianas com o ambiente</i> .....	31
<i>2.3.3</i>	<i>Pertencimento e conhecimento local sobre o território e sua dinâmica</i> .....	32
<b>3</b>	<b>DO NATURAL AO ARTESANAL: CONHECENDO A EMBOACA</b> .....	33
<b>3.1</b>	<b>Observação do território</b> .....	33
<b>3.2</b>	<b>Diário de campo</b> .....	42
<b>4</b>	<b>EMBOACA DE HISTÓRIAS E MARÉS: MEMÓRIAS SOBRE O INÍCIO DA COMUNIDADE</b> .....	46
<b>4.1</b>	<b>Emboaca: de onde veio esse nome?</b> .....	48
<b>4.2</b>	<b>Como tudo começou?</b> .....	49
<i>4.2.1</i>	<i>A pesca</i> .....	52
<b>4.3</b>	<b>Relação histórica com os elementos naturais</b> .....	55
<i>4.3.1</i>	<i>As curas pelas plantas</i> .....	58
<b>4.4</b>	<b>Arte e espiritualidade</b> .....	59
<b>4.5</b>	<b>Articulação comunitária</b> .....	61
<b>4.5</b>	<b>Transformações e impactos</b> .....	62
<b>4.7</b>	<b>O papel das mulheres na resistência pelo território</b> .....	66
<b>5</b>	<b>DOMÍNIO DA COMUNIDADE DE EMBOACA SOBRE O TERRITÓRIO</b> .....	69
<b>5.1</b>	<b>Autonomia alimentar: plantas, pescas e outras ecologias</b> .....	72
<i>5.1.1</i>	<i>A diversidade da pesca</i> .....	75

<b>5.2</b>	<b>Mapas de memória, de brincar e coletivizar .....</b>	<b>76</b>
<b>5.3</b>	<b>Tem trilha na areia?.....</b>	<b>79</b>
<b>5.4</b>	<b>Conflitos .....</b>	<b>80</b>
<b>5.5</b>	<b>Questionamentos e demandas .....</b>	<b>86</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>90</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>92</b>
	<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ELUCIDADO....</b>	<b>101</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As atividades pesqueiras artesanais são percebidas como uma tradição cultural e, além de serem essenciais fontes de renda e subsistência para as populações, sua importância transcende o comércio local da comunidade, como observado por Evangelista-Barreto *et al.* (2014) e Angelis e Moura (2016). Afinal, mesmo sem receber o devido apoio do poder público, é a pesca artesanal que abastece a maior parcela de produtos pesqueiros do Brasil, chegando a contribuir com 70% ou mais nas regiões Norte e Nordeste do país – isso através de suas tecnologias de baixo impacto ambiental (MANESCHY, 2000).

Historicamente, porém, a ideia de desenvolvimento reproduzida pela sociedade está geralmente relacionada à capacidade produtiva, esta que costuma ser fator de potencial degradação ambiental, utilizando elementos naturais de forma insustentável (EVANGELISTA *et al.*, 2016). Essa forma de desenvolvimento vem se pautando no crescimento de um modelo econômico desenfreado que exclui o envolvimento de questões sociais, ecológicas e espirituais (SATO, 2001). Nessa perspectiva, os conflitos socioambientais, que estão majoritariamente relacionados à degradação do meio associada ao desenvolvimento de atividades socioeconômicas, envolvem tensões acerca do tempo, do lugar e da forma de utilização dos elementos ambientais (BRITO *et al.*, 2011).

O município de Trairi, localizado na zona costeira do Ceará, possui uma alta demanda turística, gerando uma sobrecarga nas comunidades litorâneas, como Emboaca, localizada entre os distritos de Flecheiras e Mundaú. Essa demanda costuma vir acompanhada de instalações de empreendimentos como restaurantes e hotéis, levando as comunidades tradicionalmente pesqueiras a ocuparem áreas mais distantes da faixa de praia, devido à inserção do turismo de forma desordenada e irregular com extensa ocupação territorial, que interage com o ambiente de forma muito diferente do habitualmente desempenhado pelos moradores locais (LOUREIRO; GORAYEB, 2017; LANDIM NETO *et al.*, 2013).

A comunidade de Emboaca é considerada bem conservada e possui uma economia mantida principalmente da pesca artesanal. Porém, o distanciamento de parte da população das atividades coletivas desenvolvidas no território enfraquece a articulação local e aumenta a vulnerabilidade frente às pressões externas da “modernização globalizada”. É importante destacar, porém, que a inserção do turismo pode gerar também impactos positivos quando assumidas responsabilidades socioambientais, oferecendo serviços de forma sustentável e valorizando o contexto cultural vivenciado pelos moradores da região, atendendo à demanda

da população por lazer e evidenciando as tradições como fator pertinente para uma relação equilibrada entre meio ambiente e sociedade (LOUREIRO; GORAYEB, 2017).

Diante disso, podem-se levantar alguns questionamentos quanto à situação apresentada: a) qual a relação entre os costumes socioculturais desenvolvidos em Emboaca e a conservação ambiental?; b) como o conhecimento local narra o funcionamento da dinâmica dos ecossistemas litorâneos presentes no território?; e c) quais são as demandas da comunidade para o fortalecimento da identidade cultural e articulação local em defesa do território? Considerando isso, o que pode ser trabalhado?

Dentro dessa perspectiva, a Etnoecologia, representada pelo cruzamento entre ciências sociais e naturais (BORGONHA, 2008), na busca de perceber relações socioculturais com o ambiente (MARQUES, 2002), possibilita e valoriza o protagonismo dos saberes locais frente ao entendimento dos sistemas ambientais. E, além de outros métodos presentes na pesquisa etnoecológica, a Cartografia Social é apresentada como uma proposta de mapeamento da ciência cartográfica que, por integrar os conhecimentos popular, simbólico e cultural (GORAYEB; MEIRELES; SILVA, 2015), expressa as diversas identidades, práticas políticas e conflitos visando garantir os direitos territoriais (ACSELRAD, 2015). Entendeu-se, ainda, ser necessário nesta pesquisa dialogar com abordagens decoloniais, compreendendo a delicadeza e a responsabilidade de buscar trazer uma visão das relações construídas entre a comunidade pesqueira de Emboaca e seu território, respeitando o histórico de lutas e resistências das populações tradicionais frente às violentas opressões da colonização que perduram até os dias atuais.

Assim, à luz das insurgências decoloniais e através da utilização de métodos etnográficos, esta pesquisa objetiva entender e registrar o convívio e a apropriação do ambiente pela comunidade de Emboaca (Trairi/CE), valorizando os saberes e os costumes desenvolvidos no local, bem como fornecer subsídios que possam contribuir com a gestão participativa na comunidade. Sendo os objetivos específicos apresentados nos seguintes tópicos:

- a) compreender e registrar aspectos socioculturais e ambientais referentes à história da comunidade a partir da história oral narrada por troncos velhos<sup>1</sup> do local;
- b) perceber e registrar a relação entre os costumes socioculturais desenvolvidos na comunidade e a conservação ambiental;
- c) caracterizar os ambientes presentes no território tanto na perspectiva da academia, quanto dos saberes locais; e

---

<sup>1</sup> O termo “troncos velhos” é utilizado como referência às/aos moradoras/es mais antigas/os da comunidade que guardam memórias sobre o território.

d) incentivar o protagonismo da comunidade nas narrativas de sua história e na construção de seus próprios mapas.

Compreender a dinâmica desenvolvida entre as pessoas moradoras da Emboaca e sua relação com o ambiente, bem como atender minimamente algumas de suas demandas, é também valorizar os saberes locais e incentivar o fortalecimento de uma gestão comunitária. Porém, este trabalho precede por uma reflexão acerca algumas questões que são apresentadas no capítulo a seguir, que perpassam por temas sobre as resistências das comunidades tradicionais frente às múltiplas violações impostas pela lógica eurocentrada do paradigma vigente.

Finalmente, ressalto que este trabalho foi moldado pela minha vivência e atuação no território pesqueiro da Emboaca – exercitando o brincar, o aprender, como também o dialogar com diversas demandas locais –, trazendo no tema as palavras *marés*, *memórias* e *território*, por estarem completamente entrelaçadas quando pensamos, olhamos, sentimos e vivenciamos a Emboaca. A dinâmica das marés, além de balançar as águas salgadas e cumprir uma série de funções ecossistêmicas, também está presente na origem, desenvolvimento, organização social, brincadeiras, crenças, alimentação, medicina e muito mais do que possamos imaginar sobre a comunidade. Essa dança coletiva com as marés é expressa de forma muito viva através das histórias narradas pelos guardiões e guardiãs das memórias sobre o território da Emboaca, espaço este que permite que essas memórias permaneçam acesas e continuadas, mas que existe graças à relação construída no fazer artesanal comunitário regado de maresia e ancestralidade.

## 2 COMUNIDADES PESQUEIRAS E ETNOCIÊNCIA: BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Objetivou-se neste capítulo realizar uma explicação sobre questões e conceitos envolvidos no tema trabalhado nesta pesquisa a partir de referências estudadas, perpassando por breve contextualização acerca: a) do modo de vida e da luta pelo território nas comunidades tradicionais pesqueiras do litoral, em especial do Ceará; b) da(s) abordagem(ns) etnociência(s) e princípios que guiaram a pesquisa; e c) da metodologia utilizada.

### 2.1 Comunidades tradicionais pesqueiras: existência e resistência

“Entre a terra e o mar! É, neste espaço, que se realizam os encontros e desencontros com companheiros, parentes e desconhecidos; onde crescem os filhos e as filhas; nascem e forjam-se as estratégias de organização e luta; onde se inicia e finaliza o trabalho de cada pescaria e realizam-se outros meios de vida. Tudo isso se realiza sob a égide de relações tecidas no bojo da cultura marítima e ancoradas na apropriação coletiva da terra, que são marcas diferenciais da constituição do território das comunidades pesqueiras.” (LIMA, 2006, p. 46)

Maria do Céu Lima (2006) comenta que no Ceará, em geral, as comunidades pesqueiras litorâneas se originaram a partir da ocupação de terras próximo a regiões propícias à pesca, construindo suas moradas à beira-mar, em topos de morros, ao redores de lagoas, manguezais e, assim, desenvolvendo uma interação muito próxima da terra, do mar e seus elementos, nessas regiões antes não muito valorizadas. A observação e análise de fenômenos naturais por pescadores, possibilitou a eles o desenvolvimento de saberes e técnicas que os permitiu apropriar-se desses elementos originando uma série de adaptações de acordo com suas necessidades (BEZERRA *et al.*, 2016).

Apesar da economia dessas comunidades ser mantida principalmente a partir da pesca, há também a presença de outras atividades econômicas complementares, geralmente associada à prática do extrativismo, pequenos plantios e comércios, além da oferta de serviços comumente representada por serviços domésticos ou relacionados às atividades turísticas (LIMA, 2006).

#### 2.1.1 A luta por direitos no território pesqueiro

Antes de adentrar mais especificamente na luta pelo território das comunidades pesqueiras, é necessária uma contextualização sobre o histórico de luta pelo reconhecimento



das comunidades tradicionais e a importância da garantia de seus territórios para seus modos de vida, pois ainda existe uma ideia equivocada de que, para o ambiente ser conservado, deve ser mantido afastado da humanidade, sendo permitido somente uso indireto. Como destaca Diegues *et al.* (2000), o modelo norte-americano de área protegida, que não permite que as pessoas residam no local – mesmo que tenham uma relação ancestral com aquele ambiente – parte dessa ideia, pressupondo que toda relação sociedade-natureza degrada e destrói o meio natural, generalizando as diversas sociedades. Porém, essa forma excludente de conservação tem fracassado não só no âmbito ético, mas também político, cultural e ecológico, inclusive podendo intensificar conflitos (COSTA; MURATA, 2015; DIEGUES *et al.*, 2000).

No Brasil, a Lei nº 9.985/2000 institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que define categorias de Unidades de Conservação (UCs) e seus determinados aspectos gerais para criação, implementação, manutenção, fiscalização, bem como as diretrizes básicas sobre o que deve ser permitido em cada categoria de UC (COSTA; MURATA, 2015; BRASIL, 2011). Houve um grande avanço nas políticas de conservação ambiental em direção à inclusão sociocultural com a criação das categorias de Reserva Extrativista (Resex) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), que preveem objetivos voltados também para a proteção das comunidades tradicionais inseridas na delimitação da UC e de seus modos de vida.

Porém, existe uma distinção entre essas duas categorias que é decisiva na garantia do uso e ocupação do território pelas comunidades. Santos (2016), realizando uma comparação entre esses dois modelos de UC, inicia sua abordagem já destacando os diferentes percursos que culminaram na criação de cada uma delas. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável se deu a partir da percepção de pesquisadores, sendo proposta pelo Instituto Mamirauá como alternativa à situação conflituosa gerada com a criação da então unidade de proteção integral Estação Ecológica (ESEC) Mamirauá em comunidades ribeirinhas que abrigavam centenas de famílias. Já o modelo de Reserva Extrativista representou uma conquista dos movimentos socioambientalistas iniciados por seringueiros da região amazônica, que reivindicaram a garantia da terra e do uso de seus elementos naturais pelas populações tradicionais nela residentes (SANTOS, 2016).

A grande questão é que a legislação do SNUC explicita a concessão de uso às populações tradicionais na categoria de Resex, determinando que o Estado deve indenizar e desapropriar áreas particulares, enquanto a regulamentação da RDS, além de não especificar o direito ao uso e à ocupação do território pelas populações tradicionais, ainda desobriga o Estado de realizar essa desapropriação de terras particulares (BRASIL, 2011; SANTOS, 2016). Ou

seja, os conflitos fundiários nas RDS permanecem, uma vez que os proprietários de terras continuam impedindo o acesso ao espaço privatizado – isso inclui, por exemplo, corpos hídricos, animais, plantas ou minerais tradicionalmente utilizados pelas populações locais.

Apesar do avanço com a regulamentação das Resex, ainda há possibilidade de conflitos na gestão da UC, visto que o Conselho Deliberativo responsável por essa atribuição é constituído por, além das populações tradicionais residentes, representantes de órgãos públicos e de organizações da sociedade civil, sendo presidido pelo órgão responsável pela administração da Resex. Essa estrutura pode ferir a autonomia da comunidade local e abrir margem para interferências externas dentro da Resex.

A partir de pressão de movimentos sociais pela implementação de uma política nacional voltada para as comunidades tradicionais, em 2004 foi criada a Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais (ALMEIDA, 2008), que gerou a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída em 2007 por meio de decreto presidencial (nº 6.040/2007) no governo de Luís Inácio Lula da Silva. Este documento traz, no Art. 3º, uma definição de territórios tradicionais abordando sua essencialidade para reprodução cultural, social e econômica de seus grupos, e já descreve povos e comunidades tradicionais versando a autoafirmação:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; (BRASIL, 2007)

No entanto, a legislação brasileira não assegura especificamente os direitos das comunidades pesqueiras às suas terras tradicionalmente ocupadas, sendo estes uma reivindicação de muitos movimentos sociais, documentada na cartilha *Projeto de Lei de Iniciativa Popular sobre Território Pesqueiro* (2018), de realização do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), que traz abordagens sobre o reconhecimento e proteção dessas comunidades e a importância da garantia de seus territórios. As reivindicações das comunidades pesqueiras em defesa de seus territórios, da autonomia alimentar e de seus modos de vida, que incluem suas diversas relações – muito além da subsistência – com a biodiversidade e os elementos naturais do ambiente costeiro, representam também uma luta por sobrevivência e dignidade (MANESCHY, 2000).

No planejamento de políticas públicas, o pouco ou nenhum espaço dado para as vozes da pesca artesanal, resultam em políticas excludentes que não apoiam a produção pesqueira dessas comunidades e, pior, invisibiliza os trabalhadores da pesca enquanto profissionais (LEITÃO, 1997). Nesse contexto em que sobressai uma lógica mercantilista, as

mulheres trabalhadoras da pesca estão numa escala ainda menor de prioridade, visto que as atividades não voltadas para o mercado – mas exercidas em toda a dimensão entre a casa e o mundo do trabalho – passam a ser tão desvalorizadas a ponto de serem esquecidas, mesmo que essenciais para o desenvolvimento do trabalho economicamente reconhecido (MANESCHY, 2000).

Maneschy (2000) observa alguns enfrentamentos pela manutenção da pesca artesanal em um cenário de desamparo por parte do governo, como dificuldades de escoar a produção frente à concorrência da pesca industrial e de acessar direitos previdenciários e trabalhistas, mas também chama atenção para as ameaças decorrentes da especulação imobiliária e outras atividades de potencial degradação dos ecossistemas litorâneos. Tais pressões - geralmente incentivadas pelo próprio Estado - costumam ser ocasionadas por empreendimentos econômicos de interesses privados, desencadeando uma série de impactos e conflitos nos territórios tradicionais, como abordado no tópico seguinte.

### ***2.1.2 Atividades econômicas e seus impactos no litoral cearense***

Devido à crescente exploração de recursos naturais na zona costeira, aumenta a necessidade do desenvolvimento de ações que busquem alternativas para solucionar ou mitigar problemas relacionados aos impactos socioambientais (POLLETE; ASMUS, 2015). Muitos autores, realizando estudos de caso de impactos decorrentes de atividades econômicas desenvolvidas em territórios de comunidades litorâneas cearenses, abordam, principalmente, danos e alterações ambientais devido a instalações de parques eólicos (MEIRELES *et al.*, 2013; GORAYEB *et al.*, 2016; MOREIRA *et al.*, 2013), fazendas de criação de camarão (JOVENTINO; MAYORGA, 2008; QUEIROZ *et al.*, 2013; SOUZA; BESERRA, 2007) e turismo de massa (EVANGELISTA *et al.*, 2016; MARTINS; VASCONCELOS; SILVA, 2013).

Muitos grupos de empresários, quando planejam se instalar em algum território tradicional e encontram certa resistência por parte das pessoas que moram no local, atuam politicamente nas comunidades induzindo ou contratando moradores para difundir a ideia do empreendimento como algo positivo, ocasionando disputas internas, como ocorreu/ocorre no povo indígena Tremembé da Barra do Mundaú, em Itapipoca (PINTO; RUFINO; MATOS, 2018), e na comunidade quilombola do Cumbe, em Aracati. Como afirma Mendes *et al.* (2014), o empresariado se utiliza de atividades compensatórias para convencer a população, utilizando-se do discurso de que suas instalações serão benéficas para o desenvolvimento da região.

No entanto, as principais consequências desses empreendimentos estão relacionadas ao distanciamento dos jovens das atividades tradicionalmente desenvolvidas nas comunidades, baixa remuneração e danos à geoecologia local que desencadeiam outros impactos socioambientais (MENDES *et al.*, 2014). Nas regiões litorâneas do Ceará, essa interferência vem afetando negativamente a dinâmica ecossistêmica em ambientes estuarinos, de dunas, lacunas, vazantes, baixios e roçados, alterando fluxos e ciclos de matéria e energia (MEIRELES; ALMEIDA; GORAYEB, 2019).

Como destaca Lima (2006), a emergência de conflitos ambientais na zona costeira cearense a partir da expansão de uma política moderna de “valorização” do espaço litorâneo instaurada na década de 1970, confronta os modos de vida das comunidades pesqueiras que historicamente ocupam essa região marítima. A autora ainda discute a questão incerta dos terrenos de marinha no litoral cearense, cuja disputa entre moradores de comunidades litorâneas e grileiros se intensifica, caracterizando, em geral, uma batalha entre busca de “condições de produção da vida”, no caso das comunidades, e “bons negócios”, pleiteados por posseiros.

Dentro do contexto da globalização, o fomento de países ditos “em desenvolvimento” ao turismo de massa aliado a projetos de modernização nacional negligencia culturas locais, tendo como consequência as perdas de referências (LOUREIRO; GORAYEB, 2017) e mudanças de hábitos comumente praticados pela comunidade (LANDIM NETO *et al.*, 2013). O turismo esportivo para a prática do kitesurf também vem gerando alguns conflitos em comunidades pesqueiras do Ceará. Em Paracuru (CE), por exemplo, a população local reivindicou, junto a Associação de Pescadores e Pescadoras da Barra do Rio Curu, a proibição da prática do esporte no estuário do rio Curu, conquistando uma lei municipal em 2007 que vetou a atividade esportiva (BASILIO; GARCEZ, 2014).

Em estudo realizado na comunidade quilombola do Cumbe (Aracati/CE), Chaves, Brannstrom e Silva (2017) registraram a interpretação das pessoas sobre o processo de transformação das áreas de dunas imposto pela instalação de parque eólico da comunidade. Como mostra a pesquisa, os campos de dunas do Cumbe, utilizados historicamente como espaço de lazer e travessia pelas pessoas moradoras, foi hierarquicamente convertido em uma área industrial, onde agora moram perigos (principalmente devido ao risco de choque), evidenciando uma expressão de violação de direitos. Tal situação – de privatização e descaracterização do espaço e exposição da população a riscos – inclusive desanimou muitas pessoas da comunidade a frequentar o local da mesma forma anterior à instalação da empresa (CHAVES; BRANNSTROM; SILVA, 2017).

Diante disso, percebe-se que o desenvolvimento dessas atividades econômicas avançando no espaço litorâneo cearense vem causando perturbações tanto no equilíbrio ecológico, quanto nos aspectos socioculturais, em comunidades tradicionalmente pesqueiras do estado do Ceará (EVANGELISTA *et al.*, 2016; LANDIM NETO *et al.*, 2013).

## **2.2 A etnociência na ecologia de saberes**

Assumindo que muitas técnicas antropológicas – empregadas também em pesquisas etnográficas – foram utilizadas no processo de colonização, optou-se por trazer uma contextualização de etnociência em cruzamento com as discussões sobre decolonialidade e abordagens acerca da importância da realização de pesquisas construídas com as pessoas protagonistas dos conhecimentos aqui apresentados. Assim, nesta seção, a leitura circula em torno de referenciais sobre decolonialidade, etnociência e pesquisa-ação.

### **2.2.1 Iguapeira: reflexões sobre decolonialidade**

“A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial.” (QUIJANO, 2005, p. 121).

O trecho escrito pelo autor peruano Aníbal Quijano traz reflexões acerca do processo de colonização empreendido pela Europa Ocidental e questiona a diminuição de uma diversidade de histórias, experiências, elementos naturais e culturas a uma só ordem global que obrigatoriamente deve girar em torno da hegemônica cultura europeia ou ocidental. Nesse cenário, a Europa passa a controlar subjetividades, culturas e os diferentes conhecimentos, buscando submeter essas populações ao seu padrão de poder mundial.

Para o estabelecimento dessa relação de dominação na América Ibérica, a Europa Ocidental reprimiu ao máximo as diversas formas de produção de conhecimento dos povos, bem como seu universo simbólico, julgando violentamente as diferentes formas de expressão desses povos como uma subcultura iletrada, atacando suas heranças intelectuais objetivadas. A permanência dos colonizados em seus próprios territórios era sujeita à aprendizagem forçada da cultura dos dominadores de forma a possibilitar a reprodução da dominação (QUIJANO, 2005).

Assim, o autor atenta para o desenvolvimento do etnocentrismo europeu, onde os colonizadores taxaram os povos colonizados como “raças inferiores”, estabelecendo uma

perspectiva temporal da história em que consideraram essas heterogêneas populações dentro de uma trajetória única e linear que culmina na Europa. Dessa forma, “a modernidade e a racionalidade foram imaginadas como experiências e produtos exclusivamente europeus” (QUIJANO, 2005, p. 122). Esse tema é transversal à abordagem realizada por Clifford Geertz (1999), quando o autor critica a postura daqueles que, através de um embasamento academicista, buscam analisar e julgar o saber local como um conhecimento “pré-científico”.

O livro *Epistemologias do Sul* (2009), organizado por Boaventura Santos e Maria Meneses, proporciona uma visão decolonizadora, denunciando violências da colonização. Dessa forma, os autores induzem uma libertação do pensar que se traduz no rompimento com o pensamento eurocentrado para atender às necessidades daqueles que sofreram as violências coloniais, os colocando como protagonistas das articulações e buscas de alternativas às suas demandas. Além disso, atentam para os diferentes saberes de acordo com os ambientes distintos, que influenciam nas experiências individuais e coletivas das pessoas. Assim, Boaventura critica a persistência da ideia da Europa como “a mais avançada” em um caminho linear e unilateral da evolução da espécie.

“[...] O pensamento pós-abissal pode ser sumariado como um aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul. Confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes. É uma ecologia, porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia. A ecologia de saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento.” (SANTOS, 2009, p. 44).

Como aponta Janaína Amado (2000), que traz abordagens acerca do colonialismo na América Latina, foram séculos de condenação do povo à miséria e desigualdade social, arrancando-lhes suas terras, interditando seus saberes, impondo o cristianismo em detrimento de suas próprias crenças, que passaram a ser proibidas. Então, o processo de colonização não só exerceu, como ainda exerce uma forte pressão sobre a memória biocultural e, portanto, torna-se imprescindível para este estudo, cuja estrutura está apoiada na pesquisa etnocientífica, trazer o contexto sobre decolonialidade.

Por isso, *Iguapeira* no título desta seção, nome historicamente utilizado em muitas localidades da costa cearense para fazer referência à estrela que, de acordo com um antigo pescador da Emboaca, sempre guiou pescadores em alto mar rumo ao sul, representando um conhecimento apartado do colonialismo, voltado às necessidades do povo do sul. A fala do entrevistado é apresentada no capítulo 4 deste trabalho.

### 2.2.2 A pesquisa etnocientífica

Enquanto alguns estudos sobre comportamento humano se ocuparam em desenvolver pesquisas na linha de análise da homogeneidade humana, outros buscaram compreender as diversas diferenças de comportamento, que leva a uma análise na linha da heterogeneidade humana, objetivando perceber e entender acerca da riqueza de diferentes comportamentos e culturas, e quais fatores podem ser causadores dessas distintas expressões. Em áreas de interface entre a antropologia e as ciências naturais, esses estudos foram direcionados com enfoque nas pressões ambientais e na interação pessoas-ambiente (BEGOSSI; HANAZAKI; SILVANO, 2002).

Inicialmente, houveram as tentativas de inserir a etnociência nas disciplinas de quem a praticava, porém, as práticas já apresentavam características interdisciplinares e inevitavelmente percebeu-se que essas pesquisas não seriam alinhadas em um conjunto de disciplinas, mas em campos interdisciplinares e no cruzamento de saberes, gerando novos campos e novos cruzamentos (MARQUES, 2002).

A busca pela compreensão dos vínculos de populações humanas com o ambiente, atentando à percepção, conhecimento e usos, é uma análise desenvolvida na Etnobiologia, que contribui na visualização de diferenças culturais e traz observações acerca da heterogeneidade cultural. Tais estudos fornecem informações sobre o conhecimento ambiental das comunidades, que podem gerar novas técnicas de conservação, além de descobertas sobre os organismos e suas interações (BEGOSSI; HANAZAKI; SILVANO, 2002).

A Etnoecologia, de acordo com Marques (2001), estuda conhecimentos, crenças, sentimentos e comportamentos expressados por populações humanas na interação com os demais elementos naturais presentes em ecossistemas que as incluem, estando cientificamente posicionada no campo transdisciplinar. É, portanto, uma ciência que rompe com a proposta de apartar as pessoas do ambiente ecológico com fins conservacionistas (HANAZAKI *et al.*, 2010). A partir de uma análise de estudos – de meados dos anos 80 até a primeira década do século XXI – de diversas áreas do conhecimento que circulam entre as ciências naturais e humanas, Toledo e Barrera-Bassols (2010) afirmam a necessidade de haver a conservação da diversidade de culturas para que haja a conservação da biodiversidade do mundo e vice-versa.

Além do notável valor cultural, o conhecimento tradicional, passado de geração para geração, constitui também fontes de informações fundamentais para elaboração de projetos relacionados à gestão ambiental (EVANGELISTA-BARRETO *et al.*, 2014). As abordagens focadas nas relações entre a conservação biológica e a valorização da sociodiversidade são

positivas na medida em que geram possibilidades de proteção da biodiversidade *in situ*, posicionam-se pela preservação do patrimônio cultural das comunidades tradicionais e pela garantia de seus direitos, além de estabelecer conexão entre os conhecimentos local e acadêmico, que possibilita novas estratégias de manejo (HANAZAKI *et al.*, 2010).

Enquanto é visto na academia um conhecimento sobre um amplo espaço geográfico, o conhecimento tradicional de uma comunidade pesqueira, por exemplo, tem como base os espaços vivenciados, como seu território, o entorno deste e ambientes similares. No entanto, essa ciência tradicional baseada em uma restrita escala geográfica é bastante aprofundada, ou seja, a partir de observações vivenciadas no ambiente em que vivem, essas pessoas distinguem detalhes do ambiente o qual pertencem, portanto conhecem específicas diferenças de solos, águas, ventos, relevos, plantas, animais e outras abordagens (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

As comunidades litorâneas pesqueiras do Ceará, inseridas nos conflitos pela terra e pelo mar, posicionando-se contra aqueles que ameaçam sua sobrevivência, moradia, que põem em risco a pesca artesanal e a manutenção dos ecossistemas costeiros (LIMA, 2006), são, portanto, autores da história do estado e sujeitos ativos atuantes na luta pela conservação ambiental. Nessa perspectiva, a Etnoconservação, abordando a relação entre conhecimento tradicional e conservação dos ecossistemas, é considerada uma alternativa contrária à intensa degradação ocasionada pela lógica de desenvolvimento capitalista (PEREIRA; DIEGUES, 2010).

Porém, acerca do desenvolvimento da pesquisa etnocientífica, é essencial destacar neste trabalho as críticas a um modelo de fazer etnociência que, ao invés de atentar para a riqueza da ciência do outro, de uma determinada cultura, optam por retalhá-la drasticamente para que se adeque a disciplinas meramente acadêmicas, reproduzindo de certa forma um olhar colonialista. Nesse contexto, Campos (2002) traz algumas contribuições quando questiona o estabelecimento de uma pesquisa focada em alguma “etno-x” que recorta o saber do outro para atender a um objetivo específico que se espera alcançar. O autor defende, portanto, uma “etnografia de saberes, técnicas e práticas”.

Esse modo de fazer etnociência corresponde a um diálogo em que se respeite o referencial do outro, de acordo com o observado por Darrell Posey (1986), que relata a importância da compreensão dos conceitos a partir do percurso realizado pelo grupo pesquisado na construção de um entendimento cosmológico e cosmogônico próprio dessas pessoas. É, então, a partir desse posicionamento, que Posey defende uma metodologia “geradora de dados”,



construída numa perspectiva menos restritiva para que o grupo pesquisado expresse seus relatos e saberes segundo seu entendimento próprio.

Diante disso, a concepção acerca do termo “etno” nesta pesquisa é relativa a uma ciência específica de uma etnia, ou seja, uma outra ciência, partindo da premissa de que qualquer organização ou sistematização do conhecimento é considerada uma ciência (CARDONA, 1985). Esse formato de fazer etnociência é, portanto, posto nesta pesquisa em respeito ao protagonismo da comunidade sobre seu conhecimento aqui registrado.

### 2.2.2.1 O “contra-mapeamento”

O *território* é uma construção social refletida em um espaço geográfico com características definidas e redefinidas a partir da vivência dos grupos tradicionais locais, que desenvolvem significações e usos a partir da prática cotidiana com os ecossistemas e das influências sociais e ancestrais herdadas (SUÁREZ, 2017). E esse espaço está sempre passando por transformações, dada a dinâmica dos fatores socioambientais incorporados ao território.

Pensemos: quando foi a primeira vez que «vimos o mundo»? Como foi esse momento em que abrimos nossos olhos para um mundo além do que vivemos cotidianamente? Para mim, olhando para trás, embora não consiga fixar o momento específico em que isso aconteceu, não tive nenhuma dúvida sobre como era o mundo quando meu professor de geografia me apresentou a obra de Gerhardus Mercator (1512–1594), grande cartógrafo do reino de Flanders. Durante séculos, a Projeção de Mercator foi a projeção do mundo, o mapa mundial, universalmente aceita como uma verdadeira representação cartográfica do mundo conhecido. Pouco importava, aparentemente, que a distorção nele fosse tremenda, aumentando à medida que a terra se afastava do equador da Terra. Assim, aprendi como menino que a Groelândia era do mesmo tamanho que o continente da África... enquanto na realidade a África é 14 vezes maior que a Groenlândia. (OSLENDER, 2017, p. 250)

Refletindo sobre o papel da cartografia social, Oslender (2017) critica um modelo dominante de cartografia que perdura desde o século XVI até os dias atuais, representado pelo formato eurocentrado que valoriza o hemisfério norte em detrimento dos países do sul; a conhecida projeção de Mercator. O autor ressalta ainda a grande aceitação desse modelo por geógrafos no mundo inteiro, mesmo que há décadas tenha-se notado essa problemática das injustas distorções presentes nessa projeção e questiona, assim, a imposição desse modelo colonial em livros e paredes de escolas. Assim, ele desenvolve uma análise acerca de uma cartografia historicamente utilizada para a expansão de impérios e também sobre como transformar essa ferramenta – que tanto serviu aos colonizadores – em uma arma de defesa dos povos historicamente agredidos pelo colonialismo.

A Cartografia Social (CS) consiste no processo participativo de elaboração de mapa, ou seja, as comunidades que ocupam historicamente o território a ser mapeado podem

atuar na sua delimitação, além de identificar, compartilhar, analisar, planejar e desenvolver questões socioespaciais de suas áreas (MEIRELES; ALMEIDA; GORAYEB, 2019). Esse processo de mapeamento social gera elementos que incentivam esses grupos a instrumentalizar-se diante de conflitos socioambientais (ASCERALD *et al.*, 2008).

As técnicas utilizadas na CS de delimitação do território e identificação de seus componentes podem variar de acordo com as diferentes relações que as comunidades desenvolvem com o ambiente (MEIRELES; ALMEIDA; GORAYEB, 2019), sendo interessante que as oficinas temáticas de cartografia social sejam iniciadas por uma roda de conversa a fim de contribuir para uma análise contextualizada da realidade local. Trata-se de abrir-se aos olhares e perspectivas locais, na medida em que se busca representar a percepção dos povos e comunidades tradicionais sobre seus territórios.

Porém, por mais que as formas de mapeamentos participativos propostos pela cartografia social possam servir como ferramenta de luta dos povos e comunidades tradicionais pela garantia de seus territórios, ainda existem questões a serem trabalhadas para romper com as cartografias convencionais dominantes (OSLENDER, 2017). Um exemplo nítido são as delimitações territoriais questionadas no processo da cartografia, importantes para defender também áreas essenciais para as comunidades – como travessias, corpos hídricos ou regiões em que se coletam frutos –, no entanto são espaços tradicionalmente entendidos como coletivos, podendo haver o que Agnew e Oslender (2010) definem como territorialidades sobrepostas. Isso ocorre quando determinadas áreas são livremente utilizadas por mais de uma comunidade respeitosamente, de forma que não há violação de direitos entre os grupos envolvidos (OSLENDER, 2017).

É preciso, portanto, que: a) a comunidade reivindique a cartografia social, que queira realiza-la; b) todas as questões apresentadas acima sejam colocadas durante as oficinas de CS, para que moradoras e moradores locais compreendam os benefícios da ferramenta, bem como os problemas que ainda precisam ser desconstruídos, de forma a incentivar a busca coletiva por caminhos descoloniais na luta pelo território; e c) a pessoa facilitadora vivencie o território e os conflitos que o envolvem para que, juntamente com a comunidade, seja feito o uso da CS de modo realmente positivo, com a carga maior possível da visão local na construção do mapa.

### ***2.2.3 Pesquisa-ação: o protagonismo popular na ciência***

Quem poderia entender melhor a realidade de uma comunidade se não as próprias pessoas que nela estão inseridas? Quem poderia conhecer melhor as necessidades locais se não a população que está cotidianamente vivenciando suas próprias realidades? É apenas a academia que questiona e busca respostas? E quem pesquisa não deve se envolver ou interferir?

A pesquisa-ação se constitui a partir de fases metodológicas em que se busca a participação efetiva do grupo pesquisado nos processos de construção da investigação. Esta, entendida como um procedimento reflexivo, porém sistemático e criterioso, em que se pretende gerar uma ação – vista aqui como uma intervenção consequente do modelo de estudo adotado e como fonte de conhecimento – onde aqueles que fazem parte do público-alvo da pesquisa são sujeitos ativos no desenvolvimento do conhecer e do transformar sua realidade (EGG, 1990).

Maria Amélia Franco (2005), percebe três vertentes distintas de pesquisa-ação: colaborativa, crítica e estratégica. Na primeira, o fator de transformação é solicitado pelos sujeitos e, na segunda, uma reflexão coletiva percebe como necessária uma transformação que busque a emancipação dos sujeitos, sendo que, em ambos os casos, as mudanças são negociadas e geridas em coletivo. Já na terceira, a transformação é planejada por quem pesquisa, bem como o acompanhamento e avaliação dos resultados, perdendo o caráter crítico valorizado nos dois modelos anteriores (FRANCO, 2005).

Uma pesquisa-ação não é construída simplesmente com objetivo de garantir o direito das pessoas envolvidas em participar, mas sim conhecer as capacidades de quem pode escrever sua própria história (BALDISSERA, 2001), e que a transmissão de muitos desses conhecimentos traz uma riqueza para a pesquisa que jamais seria alcançada por meio de leituras externas de uma realidade que se vive. Assim, propor uma metodologia voltada para a pesquisa-ação é também assumir que existem limitações de compreensão da realidade do outro, e que não se pode simplesmente falar por uma comunidade, que possui uma carga única de laços, experiências e, portanto, voz própria.

Nesse sentido, esta pesquisa aproximou-se das vertentes de pesquisa-ação colaborativa e crítica, visto que as etapas centrais da pesquisa foram reivindicadas por pessoas envolvidas na articulação da comunidade, que enxergaram a necessidade de registrar a história da Emboaca e realizar seu próprio mapeamento territorial. A partir de então, dialogamos para definir conjuntamente quais seriam as estratégias para executar as atividades propostas.

## 2.3 Percurso metodológico

Inicialmente, foram realizados estudos bibliográficos para fundamentação deste trabalho e reunião com representações da comunidade para obtenção de informações socioeconômicas e questões locais no intuito de definir temas e ações a serem trabalhados. Posteriormente, foi realizada a caracterização ambiental do território da comunidade e seu entorno, a partir da análise de material bibliográfico disponível, imagens satélites e outras ferramentas geográficas, mas principalmente por visitas *in situ*.

A pesquisa é de caráter qualitativo e foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFC (CEP/UFC/PROPESQ), via Plataforma Brasil, e ao Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen). As entrevistas e oficinas realizadas tiveram o acompanhamento assíduo de membros da Associação Comunitária de Moradores da Emboaca (ACME) e foram precedidas por apresentação, breve explicação sobre a pesquisa e pedido de permissão para gravação de voz.

Na escrita deste trabalho, foram utilizadas as sugestões do *Manual para o uso não sexista da linguagem* (2006), escrito por Paki Venegas Franco e Julia Pérez Cervera e traduzido por Beatriz Cannabrava, buscando tratamento equitativo entre gêneros. Nas subseções abaixo são descritos com maior detalhe os modelos metodológicos escolhidos para o desenvolvimento da pesquisa.

### 2.3.1 Contextualização histórica

A motivação em registrar a história da comunidade da Emboaca se deu a partir de uma demanda local, onde foi apontada a importância de não permitir que sua história caia no esquecimento, preocupando-se com a idade já avançada dos moradores que acompanharam o desenvolver da comunidade. Além disso, registrar a relação histórica da comunidade com o território é também um fortalecimento na luta pela terra, que configura uma busca por direitos reivindicada pelas comunidades tradicionais, sendo importante destacar aqui o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) e o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), atuantes em todo o Brasil na frente de reivindicações pelos direitos das comunidades pesqueiras e presentes na comunidade pesqueira da Emboaca.

Para alcançar essa discussão, foi empregado o método da história oral (FREITAS, 2006), buscando uma contextualização histórica com foco nas narrativas vivenciadas pelas pessoas que dela participaram (ALBERTI, 2013). Uma pesquisa em história oral deve conter

um planejamento acerca do público-alvo e das entrevistas a serem realizadas, buscando não destoar quanto ao tempo de duração e, após autorização das pessoas entrevistadas, realizar gravações, transcrições, arquivamento do material, sem deixar de voltar com os resultados, em primeiro lugar, para o grupo pesquisado (MEIHY; HOLANDA, 2007).

Optou-se, então, por cruzar os modelos de entrevistas em história oral de vida e temática (ALBERTI, 2013; GUARIZA, 2010), com breves relatos sobre as trajetórias de vida das pessoas entrevistadas e momentos de ênfase na memória sobre a Emboaca. O método empregado buscou não direcionar a contação de história, a fim de respeitar o referencial do grupo pesquisado (POSEY, 1986) e transmitir liberdade para que as entrevistadas relatem o que julgarem importante ser registrado.

Foram, então, entrevistadas as mais antigas moradoras da comunidade, escolhidas a partir de sugestões de autoras e autores sociais (FERGUSON; MESSIER, 1997), sendo utilizada também a técnica “bola de neve” (NEIS *et al.*, 1999) – que consiste na citação de possíveis entrevistados durante as entrevistas, importando-se não com a quantidade de participantes, mas com *quem*, buscando envolver as pessoas que vivenciaram o período inicial de ocupação do território da Emboaca.

### ***2.3.2 Relações cotidianas com o ambiente***

A ciência tradicional funciona a partir de um sistema cognitivo, ou seja, são percepções, memórias, linguagens, emoções e raciocínio que levam a um conhecimento coletivo sobre o ambiente em que vivem. Essa transmissão de conhecimento ocorre através da oralidade, o que torna a memória um recurso intelectual de extrema importância entre as culturas tradicionais (TODELO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

Assim, além das entrevistas com as detentoras de memórias que trouxeram histórias desde o início da comunidade, esta pesquisa também objetivou perceber relações cotidianas com o ambiente. Para isso, foi utilizada a técnica da observação participante (BERKES *et al.*, 2006), anotando as experiências vivenciadas na comunidade em diário de campo. Porém, na descrição de vivências em que houve comunicação com pessoas, optou-se por utilizar nomes fictícios para manter sigilo e privacidade.

Foram realizadas vinte (20) idas à comunidade entre os anos de 2018 e 2020, com duração variada de dois (2) a dez (10) dias, totalizando 55 dias em campo. Tal inserção permitiu o aprendizado na convivência com as práticas desenvolvidas na comunidade, as problemáticas,

o lazer, as crenças, bem como o contato com as demandas e questionamentos apresentados pela população local.

### ***2.3.3 Pertencimento e conhecimento local sobre o território e sua dinâmica***

De acordo com Posey (1986), entende-se por ecozonas uma área ecológica reconhecida pelo conhecimento tradicional a partir de uma construção cognitiva, podendo ou não ser equiparada à descrição acadêmica. Acerca da biodiversidade, cada zona ecológica possui uma composição distinta, além de diferentes interações com outras ecozonas. Nessa análise, também será explorada uma possível comparação entre as abordagens emicista e eticista (MARQUES, 1995), ou seja, entre conhecimentos tradicionais e literatura acadêmica.

Para registro do conhecimento local sobre as ecozonas e suas interações, bem como analisar os fatores externos que possam estar ocasionando impactos no território, utilizou-se como instrumento a Cartografia Social – outra demanda apresentada em diálogo com representações da Emboaca, associada a turnês guiadas (SPRADLEY; MCCURDY, 1972), que foram registradas com auxílio da ferramenta *Orux Maps*. Além de auxiliar a pesquisa etnoecológica, a CS gera instrumentos para a gestão participativa e articulação da comunidade, fomentando um espaço de sensibilização e capacitação para o enfrentamento de impactos e conflitos ambientais.

Foram realizadas quatro (4) oficinas de Cartografia Social, utilizando diferentes espaços da comunidade: a Escola de Ensino Fundamental Nossa Senhora da Saúde (EEFNSS), a Pousada Comunitária Corais do Mar e a Casa de Apoio (espaço da ACME). Foram feitos convites abertos à comunidade para a participação nas reuniões, tanto presencial, por “boca-a-boca”, quanto virtualmente, através de redes sociais (*Instagram* e *WhatsApp*), assim estiveram presentes 12 pessoas moradoras, dos diferentes gêneros e idades, envolvidas em diferentes espaços, como na pesca, na agricultura, na escola, na associação e no esporte. Optou-se por utilizar nomes fictícios para manter o sigilo das pessoas participantes das oficinas.

Posteriormente, na construção técnica do mapa resultante das oficinas de CS, a partir do Sistema de Informação Geográfica (SIG), foi utilizado o *software* QGIS 3.10 para georreferenciamento das imagens retiradas do *Google Earth* (2017), digitalização dos registros realizados pela comunidade através da produção de *shapefiles*, projeção dos arquivos coletados via *Orux Maps* e complementação do mapa.

Assim, com a coleta desses dados, pretende-se responder aos questionamentos levantados na pesquisa.

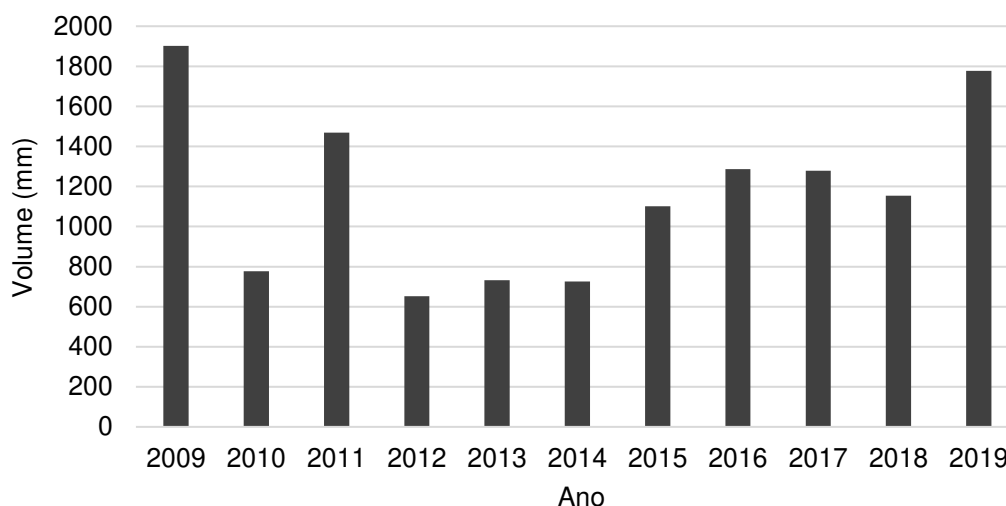
### 3 DO NATURAL AO ARTESANAL: CONHECENDO A EMBOACA

Onde se lê “do natural ao artesanal” neste trabalho, não há intenção de separar os termos, mas, sim, buscar registrar a forte presença de ambos os aspectos no território da Emboaca, como essas características se entrelaçam e, assim, tornam-se indissociáveis. Na visão empregada nesta pesquisa, “do natural ao artesanal” retrata da água salgada ao anzol, da areia à lenda do barco enterrado no *cascudo*, da cultura de algas à cultura do *drama*. De antemão, é importante destacar que, em respeito aos povos e comunidades tradicionais e suas próprias ciências, este trabalho buscou preferência a termos localmente difundidos, na intenção de se fazer entender, especialmente, pela população da comunidade de Emboaca e registrar sua ciência.

#### 3.1 Observação do território

Localizado na zona costeira oeste do estado do Ceará, nordeste do Brasil, o município de Trairi (CE) está inserido na bacia hidrográfica do Litoral e possui 929,023 km<sup>2</sup>, sendo dividido em seis distritos: Trairi, Córrego Fundo, Flecheiras, Gualdrapas, Mundaú e Canaã (IBGE, 2019). Possui clima tropical quente semiárido brando, com média pluviométrica de 1153 mm ao ano (média entre 2009 e 2019), porém com distribuição interanual variável da chuva, como demonstrado na Figura 1 (FUNCEME, 2019).

Figura 1 – Valores médios anuais de precipitação pluviométrica no município de Trairi (CE).



Fonte: elaboração da autora, adaptado de Funceme (2019).

A Emboaca está inserida no litoral do distrito de Canaã (Mapa 1) e possui, de acordo com a agente de saúde da comunidade, cerca de 800 habitantes. A pesca artesanal constitui a base da economia local, acompanhada de serviços turísticos, comércios, renda de bilro, agricultura e outras atividades externas à comunidade, como pessoas que trabalham em distritos próximos. A maioria das atividades econômicas desenvolvidas dentro da comunidade são iniciativas de moradoras e moradores da Emboaca, havendo, portanto, um protagonismo das pessoas da comunidade na geração e circulação de renda.

O território da Emboaca abrange, nas definições acadêmicas, cinco unidades morfológicas terrestres: tabuleiros litorâneos; campos de dunas; lagoas costeiras; planícies de deflação e faixa de praia. Há corpos hídricos perenes, intermitentes e efêmeros, e predominância de vegetação de restinga por todo lugar. As casas construídas na Emboaca ficam protegidas dos dinâmicos *morros*<sup>2</sup> – designação local para dunas móveis e semifixas – por *casquados* – conhecidos na ciência acadêmica pela denominação “eolianitos” –, que desviam o caminho dos sedimentos transportados pela força eólica.

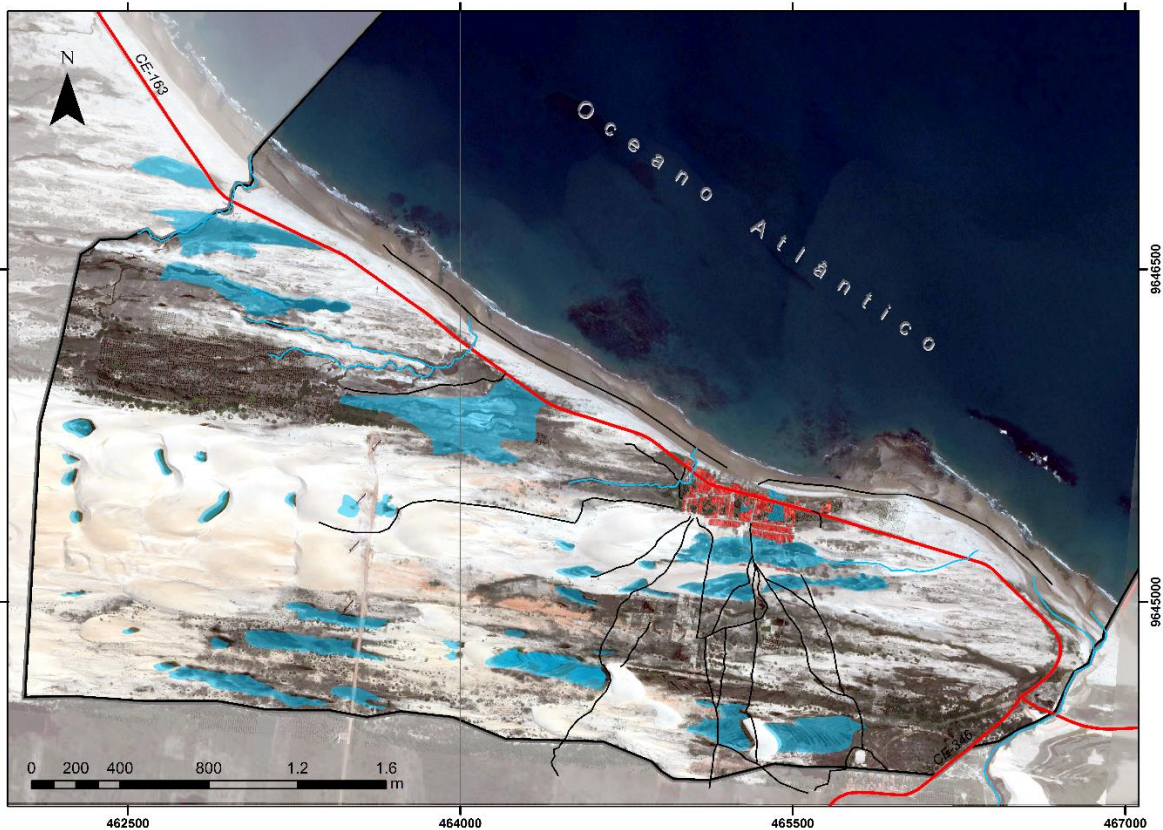
Os morros são representados pelas areias mais dinâmicas do sistema terrestre da Emboaca, sendo movimentados pelos ventos por cerca de 19 metros ao ano predominantemente da direção leste à oeste. De acordo com Meireles (2014), no que se refere aos campos de dunas, existem evidências de que tal disponibilidade de areia está relacionada a eventos de regressão do nível do mar, entendendo uma descoberta recente da plataforma. Além disso, o autor também aponta para as características climáticas da região com certo índice de aridez, que favorece a ocorrência de ventos, insolação e baixas umidade e pluviosidade – características que favorecem o transporte de areia pelo vento.

---

<sup>2</sup> Na geomorfologia, entende-se por “morros” quaisquer elevações terrestres com declive suave (FLORENZANO, 2008), porém, neste trabalho, e de acordo com a comunidade da Emboaca, a palavra “morros” é utilizada para designar dunas móveis e semifixas.



Mapa 1 – Localização da comunidade pesqueira de Emboaca (Trairi/CE).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

Brenda Rozendo Melo

Orientador: Prof. Dr. Antônio Jeovah de Andrade Meireles

**MARÉS, MEMÓRIAS E TERRITÓRIO: ETNOCIÊNCIA NA  
COMUNIDADE PESQUEIRA DE EMBOACA,  
LITORAL OESTE DO CEARÁ**

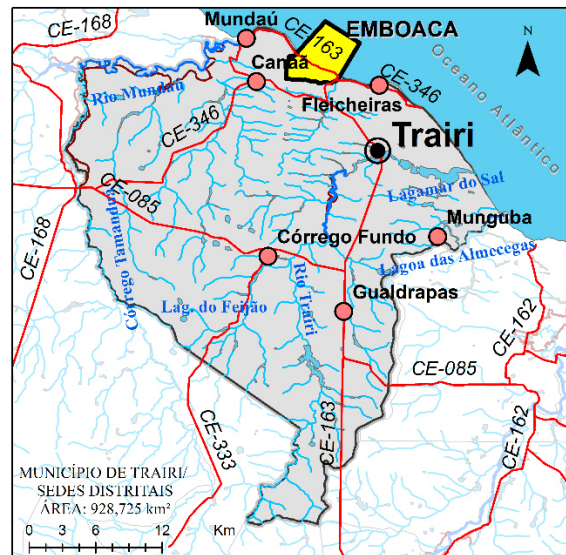
**Legenda:**

- CURSO D'ÁGUA
- LAGOAS E ALAGADOS
- CAMINHOS
- ESTRADAS PAVIMENTADAS
- NÚCLEO DA COMUNIDADE
- DELIMITAÇÃO DA COMUNIDADE

Projeção: Universal Transversa de Mercator  
Datum: SIRGAS 2000 / UTM zona 24S

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) e Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará IPECE (2019); Secretaria dos Recursos Hídricos do Ceará - SRH (2007); Plataforma de imagens Google Earth Pro, 2019.

Organização: Brenda Rozendo Melo



Fonte: elaboração da autora a partir de dados coletados de IBGE (2010), IPECE (2019), SRH/CE (2007) e Google Earth (2019).

Mas nem sempre os morros correm na mesma direção. Certo dia, caminhando pelas dunas com Nalita e Flávio, ela observou uma modificação na direção das dunas. De acordo com Nalita, as dunas eram levadas predominantemente de *cima* para *baixo*, ou seja, de leste a oeste, porém agora estavam levemente sendo carregadas para a direção norte, alcançando quintais de casas de algumas pessoas, que começaram a construir e subir seus muros traseiros para proteger suas moradias. Flávio, então, sugere uma explicação: “*é porque antes ali tinha mais moita, aí segurava a areia. Agora elas secaram, morreram*”. Ele observou a diminuição de uma vegetação que fixava as dunas, reduzindo a ação eólica sobre os sedimentos arenosos, devido a um longo período de estiagem entre os anos de 2012 e 2018, que pode ser observado na Figura 1.

Como explica Meireles (2014), enquanto a formação de dunas é incentivada durante eventos regressivos, eventos transgressivos – quando há elevação média da umidade e do nível do mar – favorecem sua fixação, representada na Emboaca pelos cascudos (Figura 2). Os cascudos são formações que constituem uma característica marcante em toda a extensão litorânea do território, conhecidos na ciência acadêmica pela denominação “eolianitos”. Na Emboaca, essas formações chegam a possuir 20 metros de altura, se estendendo por mais de 200 metros adentro do continente. Localizados entre morros ou na zona de transição compreendida entre a praia e os morros, são sedimentos depositados transversal e paralelamente à direção dos ventos e cimentados por carbonato de cálcio (MEIRELES, 2014).

Figura 2 – Em evidência, a textura sólida do Cascudo de Baixo no território da Emboaca.



Fonte: acervo da autora (2019).



A Figura 3 representa uma paisagem avistada de cima do *cascurado de baixo* – que leva esse nome por estar localizado à oeste da comunidade. Na Emboaca, assim como em muitas comunidades litorâneas da costa oeste do Ceará, a noção de “em cima” e “embaixo” ou “subir” e “descer”, dentre outras variantes para referência de localização, é regida pelo sol, não pelo relevo. Então também não se utiliza os pontos cardeais (norte, sul, leste e oeste) estabelecidos como padrão pela cartografia convencional para direcionamento. Assim, algumas pessoas explicaram que, como o sol “sobe” (nasce) à leste, fala-se, por exemplo, “lá em cima” para referir-se à direção leste e, quando se caminha para a direção do poente, onde o sol “desce”, fala-se que está “descendo”. Essa forma de direcionamento já é algo tão naturalizado na comunidade que nem todo mundo sabe explicar o porquê da utilização desses termos.

Figura 3 – Paisagem da comunidade de Emboaca (Trairi/CE), localizada entre dois grandes cascurados. O registro fotográfico representa uma vista de cima do *cascurado de baixo* (à oeste).



Fonte: autora (2019).

Na Emboaca existem três correntes: o Corrente, o Corrente da Letícia e o Corrente do Bode. O Corrente fica ao lado da escola, é diariamente utilizado para lavagem de roupas, mas por vezes as crianças também são levadas e ficam a brincar nas suas águas. Eventualmente, inclusive supre necessidades hídricas em caso de falha do abastecimento de água da comunidade. Esse corrente é dividido em dois: o grande (Figura 4), que fica em uma área aberta,

próximo ao Cascudo de Baixo, e o pequeno, que também é livre, mas acessado através de um beco entre casas e quintais, portanto é rodeado por cercas, o que passa uma sensação de proteção maior para as mulheres que vão lavar roupas.

Figura 4 – Na foto, o local popularmente conhecido como “corrente grande”, pois é a maior área de lavanderia comunitária.



Fonte: acervo pessoal (2018).

Os correntes, no entanto, são diferenciados da Barra. A Barra é uma pequena área de planície fluvio-marinha, que possui, na desembocadura, uma praia de barreira arenosa, estreitando o contato na água fluvial com o mar. De acordo com Pritchard (1967 *apud* PINHEIRO, 2003), é bastante comum a ocorrência de estuário de frente de barreira arenosa em regiões onde ocorre ativa deposição de sedimentos costeiros.

Em conversa com as pessoas da comunidade, percebe-se a divisão dos recifes costeiros em corais (no caso de ocorrência de fixação biológica) e pedras (conhecidas academicamente como rochas de praia), além de uma região designada por cascalho, que configura uma zona de transição entre as pedras e a areia. Como disse Flávio: “no mar é como na terra”, e comparou as pedras aos cascudos, os morros à areia e as regiões com pedaços de



casculo (Figura 5) – ou cascudinhos<sup>3</sup> (Figura 5) – ao cascalho, compreendendo a região de cascudinhos como uma zona de transição entre morro e casculo e assimilando-a à ecozona cascalho, área de transição entre pedras e areia.

O que a comunidade identifica por cascalho são as áreas academicamente conhecidas por banco de algas calcárias, mas também existe o lodo, que são as algas *Gracilaria birdiae*. Também são identificadas as poças entre as pedras por marinhas (que são as poças de maré) e as correntes de retorno são chamadas pela população local de repuxo.

Figura 5 – Cascudinhos presentes na área de transição entre morros e casculos no território da Emboaca.



Fonte: autora (2018).

Inserido no bioma Caatinga, o território possui uma riqueza florística do Complexo Vegetacional da Zona Litorânea, havendo ampla distribuição de vegetação rasteira, ervas e arbustos em todo o território (Figura 6). Em algumas zonas foi registrada inclusive a presença de espécies características da unidade fitoecológica fluviomarinha, como mangue-de-botão. Na Figura 7 são apresentados exemplares da flora local registrados próximo ao corrente e pelos morros.

---

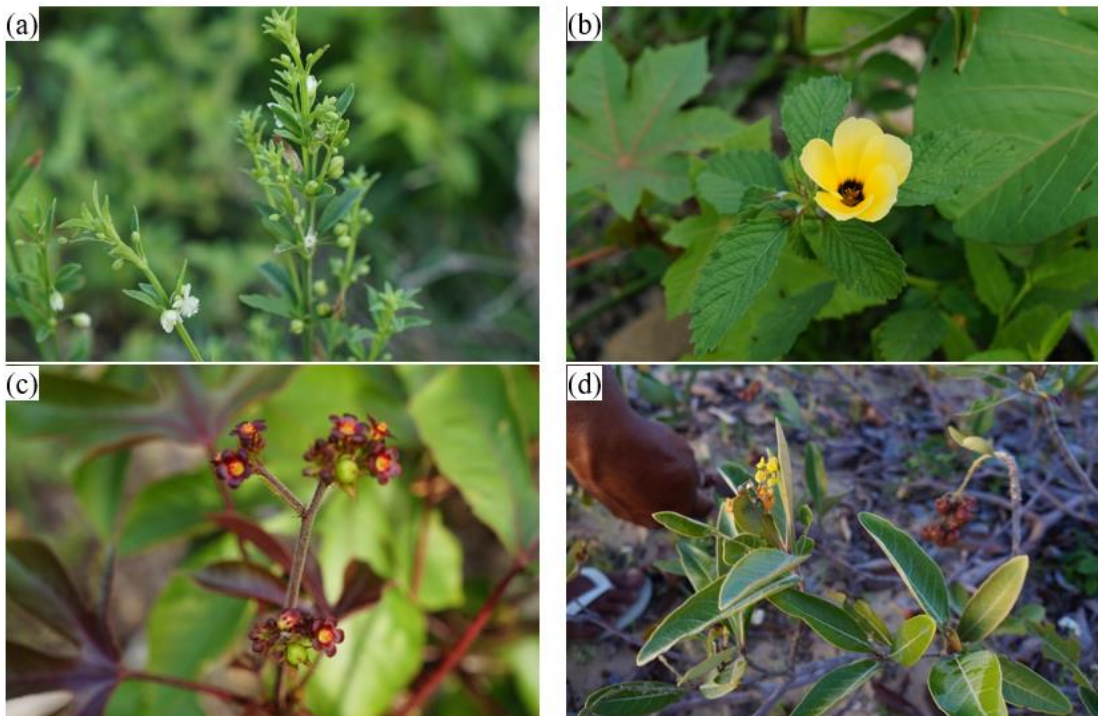
<sup>3</sup> Fragmentos arenosos sólidos, cimentados por carbonato de cálcio, definidos na ciência acadêmica pelo termo “rizocressões”.

Figura 6 – Ambiente transitório entre cascudos, baixas e morros no território da Emboaca (Trairi/CE). A fotografia foi registrada de cima do Cascudo de Baixo e pode ser observada a presença de vegetação de restinga espalhada por todo o território.



Fonte: acervo da autora (2019).

Figura 7 – Exemplos da flora local. (a) Vassourinha de botão (*Scoparia dulcis*); (b) Xanana (*Turnera subulata*); (c) Peão (*Jatropha gossypifolia*); (d) Murici-pitanga (*Byrsonima gardneriana*).



Fonte: fotos da autora (2019).

Para entendimento geral sobre os ambientes de acordo com o conhecimento local, no Quadro 1 são apresentadas as ecozonas seguidas por possíveis comparações nas designações acadêmicas equivalentes.

Quadro 1 – Ecozonas definidas pela comunidade da Emboaca e suas respectivas definições e designações acadêmicas equivalentes.

Ecozona	Descrição	Designação acadêmica equivalente
Alto ou Alta	Dunas não cimentadas com altitude destacadamente maior;	Dunas semifixas ou fixas
Areia	Zona marinha com areia um pouco mais grossa.	Areia ou cascalho
Baixa	Áreas de menor altitude dentre o relevo dos campos de dunas, com ocorrência de alagados em períodos chuvosos;	Planície de deflação
Barra	Sistema aberto de encontro/transição entre água do mar e do continente;	Planície fluviomarinha ou estuário
Canal	Zona marinha onde a água forma uma corrente (canal) paralelo à faixa de praia por diferenças físico-químicas da água, que possui influência fluvial;	-
Capoeira	Região com vegetação aberta, predominantemente arbustiva, por recente supressão vegetal para plantio e criação de animais;	Floresta de sucessão
Cascalho	Área de transição entre as ecozonas pedras e areia e onde estão depositadas algas impregnadas de carbonato de cálcio;	Banco de algas calcárias
Cascudos	Dunas fixadas, textura rígida cimentada por carbonato de cálcio;	Eolianitos
Corais	Recifes costeiros com fixação biótica;	Recife de corais
Corrente	Corpo hídrico permanente que possui uma corrente incentivada pela diferença de altitude;	Córrego / riacho
Lagoa	Corpo hídrico superficialmente fechado, podendo ser permanente ou não;	Lagoas costeiras / lacunas
Marinha	Formações de poças em meio à ecozonas das pedras;	Poça de maré
Mata ou Mato	Área na zona de tabuleiro, com vegetação de porte arbóreo e arbóreo-arbustivo;	Mata de tabuleiro
Morros	Dunas não fixadas, compostas por grãos arenosos constantemente carregados pelos ventos, com ocorrência ou não de vegetação rasteira e pequenos arbustos;	Dunas móveis ou semifixas
Pedras	Recifes costeiros rochosos, podendo haver fixação biótica;	Recifes costeiros
Praia	Compreende a zona coberta pelo mar na maré alta e descoberta na maré baixa (faixa entremarés), dunas frontais <sup>4</sup> e a área eventualmente atingida/alagada pelas marés de sizígia <sup>5</sup> ;	Faixa de praia/zona de estirâncio e zona de berma

Fonte: elaborado pela autora (2021).

Sobre as artes de pesca, foram relatadas treze: arpão, bicheira, caçoira (de peixe), cangaia (manzuá), espeto, landuá, linha e anzol, marambaia, paradeira, pote, rede, rengai e tarrafa. O quadro a seguir traz algumas informações sobre *o que é pescado e aonde* com essas ferramentas artesanais:

<sup>4</sup> São pequenas dunas que se formam na faixa de praia – pela deposição de sedimentos arenosos carregados pelo vento e pelo mar – que “amortecem” a erosão marinha em períodos de maré de sizígia.

<sup>5</sup> Corresponde aos momentos em que há maior amplitude de maré, ou seja, quando a maré seca mais e enche mais de acordo com a influência da lua.



Quadro 2 – Artes de pesca utilizadas por pescadores da Emboaca e informações gerais sobre o que e onde é pescado por cada uma dessas artesanias.

Arte de pesca	O que é pescado?	Ambiente onde é utilizada
Arpão	Peixes	Mar
Bicheira	Peixes	Mar
Caçoeira (de peixe)	Peixes	Mar
Cangaia (Manzuá)	Lagosta e lagostim	Mar
Espeto	Siris e grauçá	Praia (zona de estirâncio)
Landuá	Siris e grauçá	Praia (zona de estirâncio)
Linha e anzol	Peixes	Mar, barra, correntes e lagoas
Marambaia (de pau e manilha)	Peixes, lagosta e polvo	Mar
Paradeira/Aparadeira	Peixes, polvo pena (lula)	Mar
Pote	Polvo	Mar
Rede	Camarão, peixes e siris	Mar
Rengai	Siris, peixes e lagostim	Mar
Tarrafa	Camarão e peixes	Mar, barra e lagoas

Fonte: elaborado pela autora (2021).

### 3.2 Diário de campo

As experiências e aprendizados a partir da observação participante está presente em todo o trabalho, porém nesta seção são apresentados alguns registros do diário de campo sobre um pouco da minha vivência na comunidade da Emboaca. Como o cotidiano local se aproxima do ambiente? Qual a relação entre esses costumes e a conservação da biodiversidade? Buscou-se abordar a proximidade do modo de vida local com o ambiente costeiro.

Apesar de conhecer a comunidade há quase quinze anos, comecei a fazer meus diários de campo a partir do dia 5 de outubro de 2018. Nesse dia, cheguei na casa de Nalita e Flávio, por volta de dez e meia da manhã, e ele já tinha chegado da pescaria; via-se pelos peixes e lagostas frescos no quintal. Sávio e Manel, com idades de aproximadamente dez anos, começaram a me explicar as diferenças entre as lagostas macho e fêmea. Enquanto isso, já estava no fogo uma panela com cavala, lagosta e siri. Quando chegou visita, Nalita perguntou: “já almoçou, Fulana?”, e Fulana respondeu: “já, guarajuba”.

Outro dia que cheguei pela manhã, Flávio tinha chegado do mar com Cecília, sua filha de 8 anos. Ela mesma pegou um balde de piscicas (pequenos peixes) na pescaria, tratou, e fez questão de comer da sua própria pescaria, mas na mesa também havia bonito e sioba. Outro dia, canguito, barbudo e sioba e, outro dia, pescado e corama. De acordo com a época do ano, há uma predominância maior de determinadas espécies no prato. Relato isso para que se tenha ideia da diversidade trazida do mar para a mesa de comunidades tradicionais pesqueiras como a Emboaca. E Flávio comenta sobre esse consumo cotidiano de peixe, analisando a diferença



que é comer carne todo dia e peixe todo dia: “o boi é um só, a carne é uma só, já o peixe tem muitos diferentes” – e complementou citando que há espécies que são e outras que não são “enjoentas”<sup>6</sup>.

Em conversa com Marco, filho de Flávio, ele contou uma história de que, antigamente, os pescadores se baseavam mais pelo Sol e pela Lua. Dentro do mar, dormiam de frente para o Sol, esperando seu nascer, assim, à direita era terra, à esquerda, mar. Porém, no *inverno*, período em que o vento muda com maior frequência e o céu passa mais tempo nublado, o barco virava e não dava para saber a direção certa para alcançar a terra, e então ocorria de entrarem mais para o mar sem intenção.

No mês de fevereiro, avistando um pescador jogando tarrafa em uma zona marinha próxima à praia, Dalton explicou: “*Quando chove, forma essas espumas, aí os peixes vêm comer essas espumas, aí é bom pra pescar tainha*”. A área referida localiza-se *pra baixo* (à oeste) da barra, onde há deságue de águas continentais no mar, especialmente com ocorrência de chuvas, promovendo maior entrada de nutrientes no mar (VON SPERLING, 2005). Em outubro, Marco avista de cima de sua casa, uma mancha de manjubinha no mar, que, para quem não conhece, mais parecia uma sombra de nuvem no mar. E ele ainda conta que, enquanto surfava, saltavam peixes tibirol e espada nas ondas. Um dia, conversando com três pescadores, um deles disse: “*se ver manjuba, pode arriar a rede que os peixes tã tudo embaixo*”.

Em conversa com Flávio sobre as influências da Lua na pesca, ele explica que na Lua Nova não precisa levar isca, porque sempre tem isca, como sardinha e agulha, enquanto na Lua Cheia é mais difícil, tem que ter isca. Ele também percebe diferença na mudança de fase da Lua: “*a maré agora já tá expulsando, já tá ficando mais ruim pra peixe*” – relatou no último dia de Lua Minguante, ou seja, um dia antes da Lua Nova. O pescador comenta também sobre a esperteza de alguns peixes: “*tem peixe que é sabido, se aproxima pra comer da isca devagarzinho, fica lá por aculá vendo os outros*”.

Em geral, é em dia de domingo que a população da Emboaca costuma se divertir na praia, sendo comum ver simultaneamente três a cinco jogos de futebol quando a maré seca. É comum ver pescadores fazendo rede de pesca em frente suas casas. Certo domingo, perguntei a um deles a finalidade da rede que estava fazendo e ele respondeu ser para pescar camarão – no domingo também tem trabalho, o que não é motivo para desassossego, visto que é uma atividade que faz parte do cotidiano de gerações de forma muito natural.

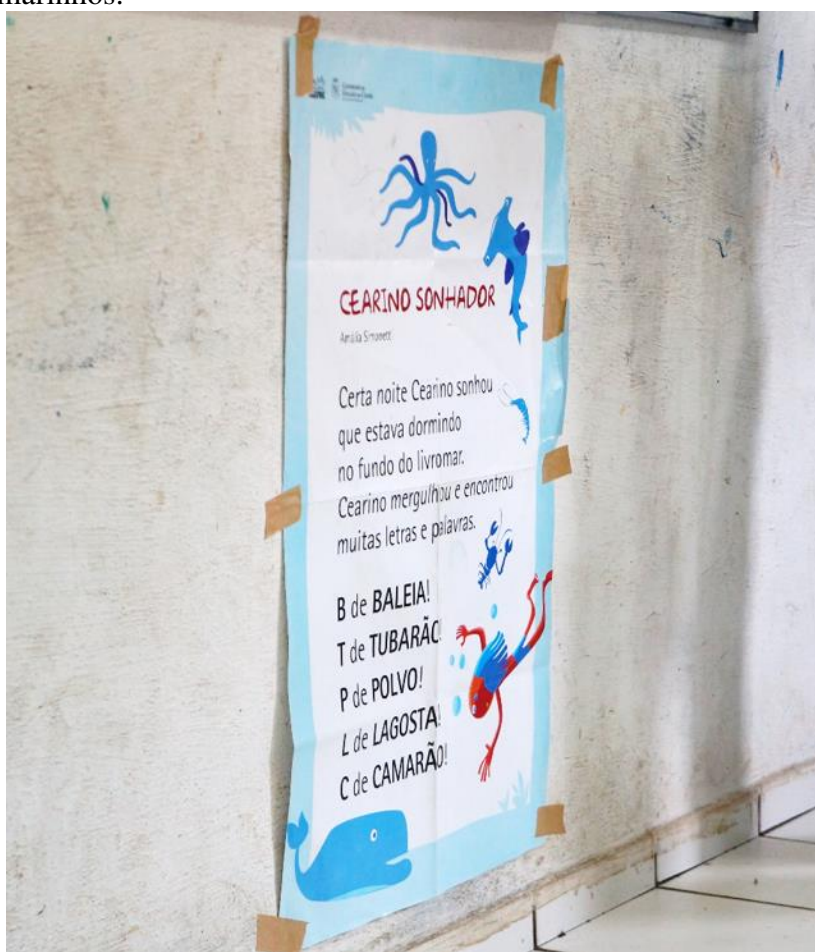
---

<sup>6</sup> Entende-se por um alimento “enjoento” aquele que se enjoa fácil quando consumido repetidamente.

Estive na escola algumas vezes. Certo dia, chamou-me atenção um poema infantil com tema costeiro na parede de uma sala de aula (Figura 8). No início do ano, as pessoas da associação em conjunto com as da escola costumam realizar uma semana de campanha de sensibilização sobre a problemática do lixo, intitulada “Semana da Limpeza”. Durante esse período são realizadas atividades na busca de sensibilizar e debater acerca da questão dos resíduos sólidos, que na última década vem sendo um problema crescente na comunidade.

O plástico foi introduzido na vida cotidiana das pessoas em poucos anos, porém a forma de lidar com o resíduo – que não se degrada facilmente – não acompanhou esse processo. O resultado é muito plástico (sacolas, fraudas, copos) acumulado devido ao uso indiscriminado em uma comunidade que possui baixa assistência do poder público, tanto no que se trata de Educação Ambiental, papel desenvolvido de forma autônoma por membros da comunidade, quanto no que diz respeito à coleta de resíduos.

Figura 8 – Pannel colado na parede de uma sala de aula da EEFNSS, com um poema temático sobre animais marinhos.



Fonte: autora (2019).

Sobre a coleta de resíduos por parte da prefeitura, moradoras relataram quatro principais problemas: a) ocorre de o caminhão da coleta não chegar, o que ocasiona acúmulo de lixo, pois o serviço que deveria ser feito três vezes na semana, às vezes só é efetivado duas ou até uma; b) o caminhão passa primeiro por Guajiru (outra comunidade pesqueira de Trairi) e, por vezes, já chega cheio na Emboaca, não havendo possibilidades de realizar a coleta completa; c) as pessoas colocam o lixo em tambores espalhados pela comunidade para que sejam recolhidos, porém ocorre de animais soltos (vacas, cães, gatos, galinhas) vasculharem, espalhando o lixo de tal forma que o pessoal do caminhão não recolhe; d) existe a necessidade de ter mais garis, pois só há uma pessoa paga pela prefeitura para realizar esse serviço em toda a comunidade.

Apesar dos percalços, a semana de sensibilização para a questão do lixo organizada por moradoras da Emboaca foi um sucesso, atingiu objetivos e ampliou o debate sobre o tema na comunidade. No entanto, a população local que se preocupa com a problemática possui o entendimento de que tais ações devem ocorrer com maior frequência. Todavia, percebe-se que o fato de simplesmente existir tais iniciativas já é algo positivo com potencial de transformação social.

#### 4 EMBOACA DE HISTÓRIAS E MARÉS: MEMÓRIAS SOBRE O INÍCIO DA COMUNIDADE

Neste capítulo, são apresentados os resultados e as discussões referentes à história cultural da Emboaca, relacionando tais aspectos a sempre presente convivência com o natural. As histórias escritas são referentes às memórias relatadas a partir de entrevistas realizadas com troncos velhos<sup>7</sup> da comunidade. Sendo esse registro uma demanda local, o texto é redigido buscando a maior aproximação possível da visão e do entendimento local, valorizando também as falas a partir de citações diretas transcritas buscando manter a linguagem das pessoas entrevistadas.

Durante o ano de 2019, foram entrevistadas sete mulheres da comunidade, conhecidas na Emboaca por: Alvina, Francisca, Raimunda Ciça, Maria Carneiro, Deusimar, Zeli e Lúcia; e dois homens, conhecidos por: Tanácio e Antônio (conhecido na comunidade por Marilane). Além disso, foi entrevistada também a parteira, a senhora Mana, que mora na comunidade vizinha, chamada Pé do Morro, mas que, com toda a sua vivência e sabedoria de parteira, viveu tempo suficiente na Emboaca para relatar preciosas memórias da comunidade com muita serenidade. Os nomes foram escritos da forma como as entrevistadas e os entrevistados se apresentaram.

Quadro 3 – Pessoas entrevistadas na etapa de contextualização história desta pesquisa, e suas respectivas idades e tempo de vivência na comunidade de Emboaca (Trairi/CE).

Entrevistada/o	Idade	Tempo de vivência na Emboaca
Alvina	92 anos	56 anos
Francisca	71 anos	53 anos
Raimunda Ciça ( <i>in memoriam</i> )	Faleceu em 2019 aos 90 anos	54 anos
Maria Carneiro	86 anos	Mais de 50 anos
Deusimar	78 anos	Aproximadamente 44 anos
Zeli	80 anos	59 anos
Tanácio	80 anos	59 anos
Lúcia	63 anos	42 anos
Antônio	64 anos	51 anos
Mana	75 anos	Aproximadamente 60 anos

Fonte: elaboração da autora (2021).

<sup>7</sup> A expressão “troncos velhos” refere-se às pessoas detentoras de memórias que guardam saberes e histórias culturais da comunidade.

Figura 9 – Registros fotográficos de oito das dez das pessoas entrevistadas, guardiãs das memórias do território da Emboaca. (a) Alvina; (b) Francisca; (c) Raimunda Ciça; (d) Maria Carneiro; (e) Deusimar; (f) Zeli e Tanácio; (g) Mana.



Fonte: fotos registradas pela autora (2019).

#### 4.1 Emboaca: de onde veio esse nome?

Antes de iniciar essa busca mais aprofundada pela origem do nome da Emboaca, havia ouvido falar apenas que se deu a partir de um índio que se chamava Imbu, algo próximo do que conta D. Alvina, a primeira entrevistada, porém com mais detalhes do que eu conhecia:

*Ele (Amarilho) disse que morava aqui. Morava bem alí perto do... do Pingão. [...] Diz que esse lugar é porque... era deles aí, aí botaram o nome dele. O nome dele era Imbú. Índio Imbu. Aí ele botou o nome de Imbuaca. Desse índio. Num sei pra quê, num sei quem foi que pegou esse nome. (Alvina, 2018)*

Ela contou que seu esposo “baixava uns caboco” e, certo dia, ele chegou contando essa história do índio Imbu, que morava debaixo de um coqueiro na beira da praia. Pingão é uma barraca de praia<sup>8</sup> que leva como nome o apelido do dono. Depois dessa conversa, Rozeni me alertou que existiam outras versões dessa história, que se entrelaçam de diversas formas. A segunda entrevista foi com D. Francisca:

*Pessoal diz que era Emboaca porque de primeiro só tinha uns índio que morava aqui né. Aí diz que tinha um tal de um homem que apareceu das outras terras, aí fez um barraco lá na Ondas do Mar, aí este homem se chamava Imbuá. Faz muitos anos, aí toda vida eu conheci por Emboaca. (Dona Francisca, 2018)*

“Ondas do Mar” é o nome de uma barraca de praia de um morador da Emboaca, próxima à barraca do Pingão. Já D. Raimunda Ciça foi mais específica: “*ouvi falar que ele morava na casa da Emboaca, na casinha do curral*”. D. Francisca citou ainda outra versão – mas que não era a versão mais amplamente aceita e disseminada – que também já escutou, sobre a origem do nome a partir de um inseto muito presente nos morros, conhecido por *Embuá*.

*Há muitos tempos atrás, ouvi dizer que passou uma mulher aí na praia grávida, chamada Maria Emboaca. Ela chegou nessa casa, ela chegou grávida, a mulher, e aí ela teve uma meninazinha, essa meninazinha debaixo da casa do curral, deu a luz à criança. Ela criou essa menina, essa menina morava no Mundaú, foi simhora pro Mundaú, morava no Mundaú. Chamava era Maria Emboaca. (Raimunda Ciça, 2019)*

Nesse trecho, D. Raimunda Ciça já trouxe a história de Maria Emboaca, que chegou grávida na comunidade e teve sua filha na casa do curral. Mais uma narrativa diferente sobre o mesmo assunto. A mesma contada por D. Zeli: “*A Maria Emboaca teve uma menina aqui, aí foi e pegaram o nome da muié que teve a menina e botaram o nome Emboaca. Pelo que eu sei foi assim. O nome da muié era Maria Emboaca, como a mulher teve a menina aqui, aí deixaram o nome Emboaca*”. A cada entrevista, nossa curiosidade na empreitada pela busca da origem do nome crescia. A última entrevistada, D. Mana, trouxe mais uma versão:

---

<sup>8</sup> Apesar do nome “barraca”, que remete à ideia de um modesto abrigo temporário, compreende-se por barraca de praia qualquer restaurante localizado à beira-mar, na zona de deriva.



*[...] a Emboaca, ela foi fundada, o nome de Emboaca ficou... meu avô, pai do meu pai, foi quem botou esse nome. Ele pescava de paquetinho, na praia, aí ele botou o nome de Emboaca, até apelidaram ele de Joaquim Emboaca. Joaquim dos Santos. O papai era Joaquim dos Santos Filho, e ele era Joaquim dos Santos Araújo. O tronco réi, um índio véi. [...] Tremembé. Meu avô era índio Tremembé lá de Almofala. (Mana, 2019)*

Joaquim dos Santos Araújo é um dos troncos mais velhos da Emboaca; avô, bisavô ou tataravô de muitas pessoas que moram na comunidade. Foi muito interessante Dona Mana trazer para a história da Emboaca essa ancestralidade indígena do Povo Tremembé de Almofala, indígenas aldeados no município de Itarema (CE) e que possuem forte presença da pesca em sua cultura. No entanto, é importante perceber que a história contada por D. Mana não exclui as demais. Seria Joaquim dos Santos o índio que conheceu Maria Emboaca, batizou o território com o nome da mulher e, por isso, passou a ser chamado de “índio Imbú”?

Em janeiro de 2020, fui à Festa do Murici e do Batiputá na terra indígena Tremembé da Barra do Mundaú, localizada logo após o rio Mundaú, no município de Itapipoca, cerca de 9 km da Emboaca. O evento durou seis dias e tive a oportunidade de conversar com o Sr. Léo (*in memoriam*) – cujo nome de registro é Manuel Castro – sobre muitas memórias, inclusive relativas à Emboaca. Nessa conversa inesperada, ele contou uma história sobre o nome da Emboaca que lembra as duas versões mais contadas pelas pessoas entrevistadas: a do índio e a da Maria Emboaca.

De acordo com Sr. Léo, a Maria Emboaca era uma índia nômade que vendia cachaça pelo litoral de Itapipoca e Trairi, sendo a primeira a fazer morada na Emboaca. Maria Emboaca era uma mulher sozinha e, quando faleceu, seu corpo foi encontrado por um pescador. Em homenagem à Maria Emboaca, Francisco – um indígena que morava em Macacos (comunidade próxima à terra indígena Tremembé da Barra do Mundaú) e depois se mudou para a região de Canaã (distrito da comunidade de Emboaca) – nomeou a localidade com o nome de Emboaca.

Como se pode perceber, não podemos definir uma versão certa ou errada. No entanto, a partir da contação dessas histórias por antigas e antigos moradores locais, foi possível ter noção do que levou o território a receber esse nome, compreendendo que as narrativas sobre a mulher e o índio não são opostas, podendo, inclusive, se complementar.

## **4.2 Como tudo começou?**

*“Aqui só morava a nossa família. Só a nossa mesmo. Dos Santos. Era só nois que morava aqui. Depois foi chegando mais gente, foi chegando gente... o lugar foi crescendo...”*

[...] só tinha três casa assim” (Raimunda Ciça, 2019). A fala de D. Raimunda Ciça traz uma observação sobre a família Santos, que teve presença marcante no início da ocupação no território da Emboaca. A entrevistada relatou a presença de apenas três moradias no momento de sua chegada: dos senhores Henrique, Amarelho e Luís Macumbeiro.

*Quando eu cheguei aqui né, que foi no 68, eu cheguei aqui nessa Emboaca, só tinha uma casinha do meu sogro (Henrique) e uma barraquinha que meu esposo fez pra nois morar lá em cima do morro. Lá em cima daquele morro, naquela ponta de cima lá, alí num tinha casa, era uma baixa direto, sabe? (Francisca, 2018)*

As falas sobre quem foram as primeiras pessoas que assentaram suas moradias no território às vezes não convergem, isso pode ter ocorrido pois a noção sobre a delimitação do território não era tão fixa. O que se pode compreender é que as pessoas tinham suas casas mais distante da praia, muitas delas moravam próximo à comunidade Pé do Morro. Assim, aos poucos foram estabelecendo suas moradias mais perto do mar. Ainda que complexa essa questão territorial, foram relatados alguns nomes em comum nas entrevistas realizadas sobre quem foram as primeiras pessoas moradoras da Emboaca.

*Raimundo, Henrique, Tanácio... tudo morava por aculá. Aí finado Henrique deu pra vim cá... finado Henrique, depois seu Raimundo, depois veio o Tanácio... e aí... começou. Eles moravam por aqui pra cima. Nesse tempo que eles vieram, o homem já... o Zé Mendes tinha ido simhora pra Baleia. Com todos os filho, foi simhora pra Baleia. Nós ainda fiquemo aqui só. Aí com poucos anos foi que chegou os outro. (Dona Alvina, 2018)*

Segundo D. Alvina, ela e seu marido chegaram na Emboaca no ano de 1964. Depois foram chegando outros netos do sr. Joaquim dos Santos. Quando foi perguntado a D. Alvina sobre quem morava no território quando ela chegou para morar, a entrevistada lembrou de Zé Mendes. Podemos entender, a partir dos relatos, que um dos primeiros moradores da Emboaca foi o senhor Zé Mendes, porém ele partiu para a comunidade pesqueira da Baleia, localizada no litoral do município vizinho de Trairi; Itapipoca.

*Era o finado Zé Mendes e casa de três, quatro filho dele. Num tinha nada. Essas baixa num tinha nada, trazia lá da Timbaúba. Aqui num tinha nada, ninguém num tinha nada. Só os peixe, que os pescador pescava. Eles vendiam os peixe, nera? Mas negócio assim de farinha, feijão... nada... [...] Aculá morava um bocado... [...] Pra cá do Pé do Morro num tinha... O Gonçalo, o Ernesto, o ti João dos Santos... que morava mais pra cá. Assim naquela... naquela barriga de morro... do Chico Rita pra cima... ainda tem coqueiro lá. (Alvina, 2018)*

Percebe-se que era uma característica muito recorrente o plantio de coqueiros no local onde se instalavam as moradias. Desde a lenda do índio Imbu, fala-se da presença de coqueiros associada ao local onde se vivia. D. Zeli faz um apanhado da história de forma resumidamente explicada:

*Aqui na Emboaca num tinha ninguém não, tinha só os pescador que vinha pescar, chegava do mar e ia simhora. Aí tinha um senhor que chama Miguel Ribeiro, aí vei e*



*fez uma barraquinha, uma casinha de taipa né, um quartim. Aí ali ele recebia os pescador quando vinha esperar os outros, né? As pessoas que vinham esperar os pescador pra comprar o peixe, né? Aí ficava ali na barraca dele né? Bebendo uma cachaça, se alegrando... aí ali ficou. Aí com pouca, aí esse homem foi simhora, aí o finado Fruto comprou, o butequim. Num foi, Tanácio, o finado Fruto que comprou o butequim? Aí nesse botequimzim... aí foi crescendo as pessoas, né? Chegou o Zé Mendes, um senhor com quatro filho, aí casaram, fizeram as casinha... Aí depois um filho vendeu a casa p'um senhor que chamava Luís Macumbeiro, aí fez uma casa ali... dali... aí foi crescendo né? Nós chegemo também, aí chegou... aí foi só chegando gente, foi chegando, chegando, aí hoje é assim. (Zeli, 2019)*

As narrativas de todas as pessoas entrevistadas evidenciam que a pesca foi o que motivou o estabelecimento de suas moradias na Emboaca. Esse foi o principal fator, que envolve toda a história da ocupação e do desenvolvimento da comunidade, que carrega a pesca como uma característica indissociável.

*Ele vinha pescar. Vinha pescar aqui de linha de anzol, aí num pegava nada. O pai dele pescava de tarrafa, gostava muito de pescar de tarrafa. [...] aí ele ficou trabalhando, depois aí deu pra botar umas caçoeira, nesse tempo tinha muito peixinho, peixinho des'tamaim... caçãozim... (Alvina, 2018)*

Alguns pescavam mais, outros menos, mas, como citou D. Raimunda Ciça, todo mundo se aventurava na pesca. Assim, a atividade sempre esteve presente no fortalecimento da autonomia das pessoas, que também complementavam a alimentação com alimentos da terra:

*Todos os anos fazia roçado. Quando era a época da farinhada, nois ia fazer farinha. [...] De lá pra cá, chei de farinha, tapioca, bolo, tudo no mundo. [...] Peixe, minha filha, você pra vender um peixe era um sacrifício. Mas fatura tinha muito, hoje não. [...] Pra mim o bom era o outro tempo, que tudo era de fatura, tudo era farto. Quem é que comia cação? Quem é que comia lixa? Quem é que comia arraia? Ninguém comia, não tinha quem fizesse! Queria era os peixe bom! Cavala, serra, peixe assim, arabaiana... só peixe bom! [...] Cará-peba, salema, dava até camurupim! [...] Dá é muito, esse menino aí (aponta para seu filho) pegou, esse rapaz aí. Aqui todo mundo pegou camurupim. Todos os pescador. (Raimunda Ciça, 2019)*

Nesse trecho, D. Raimunda Ciça relembra tempos de fartura conquistada na construção coletiva de produção de alimentos, seja em terra, ou mar. Rozeni destaca que é uma característica muito presente das pessoas mais antigas da Emboaca acolher outras pessoas em casa para além da família. E citou como exemplo o seu avô Henrique e D. Maria Carneiro, que fala sobre o assunto:

*Lá em casa teve sabe quantos? Aquele Chico Paula [...], finado Alberto, aquele Zé Galdença, tudim lá em casa, finado Narciso, Neném Galdenço, tudim moravam lá em casa, tudim era pescador. Um bocado ia numa jangada e os outros ia no outro. Quando chegava era desse jeito, uns iam assar o peixe, outros ia fazer a tapioca e eu ia botar a janta no fogão. Tinha muita gente lá em casa. Minha casa era cheinha de gente. (Maria Carneiro, 2019)*

Abordando brevemente um serviço cotidiano para prover alimentação, Maria Carneiro fala sobre a distribuição das atividades entre as muitas pessoas que moravam em sua

casa, onde a quantidade de gente não foi problema na medida em que a contribuição coletiva manobrava as tarefas a serem realizadas.

#### 4.2.1 A pesca

“*Todo mundo pescava!*” – explica D. Raimunda Ciça, contando que a pesca era geral na comunidade, praticada por todas e todos. Suas narrativas inclusive desmistificam a ideia de que a pesca de barco é coisa de homem, relatando a forte presença das mulheres pescadoras no mar:

*Tinha a pesca de barco, de bote, que ainda hoje tem, né? Navegação na praia de bote, de pacote. Tinha essa aí. Tinha o polvo nas pedra, que eu pescava muito nas pedra caçando polvo. Eu pegava lagostim de narigu lá na arrebentação, lá... [...] aqui inda hoje tem polvo nas pedra, eu que num posso mais ir. Mas quando eu era nova, eu e minhas cunhada, a família do meu marido... todas as pessoas era pescador, as muié e os homem... [...] nois ia tudim, as muié apanhava lodo pra vender. Apanhei muito lodo pra vender... pesquei já de anzol... ia com a cumade Zefa Bela, minha cunhada, nós pegava um pacote nós duas e botava dentro d'água e ia pras umas pedra que chama serrote. Pescava de raiz\* de anzol [...] (Raimunda Ciça, 2019)*

O sr. Marilane conta que morava em uma localidade próxima de Timbaúba, chamada Cantim, e caminhava cerca de 6 km para chegar na Emboaca. Assim, ele narra sua rotina de pesca antes de ter sua própria moradia na comunidade:

*Eu num posso pescar eu todo dia indo e todo dia eu vindo, porque as pescaria primeiro era de dia amanhecer. Num era como é agora, de gelo. Era... quando começava as pescaria de dormida, era com sal. Num era de gelo, era sal. Aí eu... chegava e dizia: rapaz eu venho pescar na sua embarcação. Porque eu sempre fui uma pessoa assim que tinha responsabilidade, tá entendendo? Quando eu pescava na embarcação eu fazia por zelar o que eu fazia, o pessoal gostava de pescar mais eu. Aí eu dizia assim: eu num posso todo dia vir, e eu todo dia ir, que é... Num era de dormida, era de ir e vir. Todo dia ia pro mar e todo dia vinha. Entrava às duas horas da madrugada, olha como as coisas era difícil, seis horas tava chegando em terra de novo. Aí trazia aquela produção e aí vendia. No outro, dormia, no outro dia nois vai, continuava de novo. Passava a semana todinha desse jeito. Era diferente de hoje em dia, né? Era muito diferente. [...] Aí a maneira que eu, por exemplo, eu chegava aqui, eu cheguei aqui com treze anos. Aí eu ia pra casa quando? Sábado. Aí ia sábado, aí eu dormia. Domingo, quando era domingo de tardezinha a minha rede já ficava aqui. Ela já ficava aqui na casa do dono da embarcação, tá entendendo? Aí eu vinha, aí quando era na segunda-feira eu já me mandava de novo pro mar, e assim passava a semana, passava até de maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro. Quando era em novembro aí ia de dia amanhecer. [...] Aí a gente ia, já entrava de sete horas, aí chegava de madrugada do outro dia. Bem cedo. Aí não era de dormida, era de dia amanhecer. De dia amanhecer você entrava aqui, [...] agora cê entra oito hora, nove hora, agora com gelo, né? Aí quando é no outro dia, dez horas, ali de tarde, é que retorna de novo. Que as pescaria mudaram, né? Era diferente de antigamente pra hoje em dia. (Antônio, 2019)*

Sr. Antônio narra detalhes da pesca realizada antigamente, como a forma de conservação, os horários de saída para o mar e as diferentes estratégias de acordo com a época do ano, assim como a dificuldade de morar um tanto mais distante da Emboaca, que lhe exigia

uma dedicação a mais. E continua falando de conhecimentos necessários à pesca artesanal no passado, mas que continuam sendo importantes na atualidade para maior autonomia.

*Pois sim, já que você perguntou do peixe... Como era que você ia pro mar? Você ia pro mar... você ia de noite... sempre entrava de noite, sabia pra onde você ia não. Quando você ia de lá pra cá de noite, pra terra, [...] você via pelos planetas. [...] Pra você num ir pras bandas do Acaraú, pras praias de baixo, pra ir aqui pra riba, lagoinha, Paracuru... pra você não fazer isso aí, você tinha que correr pelos planetas. Você já ouviu falar no Cruzeiro do Sul? Pronto, pois era o guia dos pescador. A boca da noite. Pra madrugada era a Iguapeira. Uma estrela que sai, bem acesa, que ela sai nesse canto aqui, que de lá pra cá, ela sai aqui. A Iguapeira. Aí a Iguapeira, você vinha correndo por ela. Até o farol sair. Depois que o farol saía, aí você... era o seu caminho era o farol. (Antônio, 2019)*

O Sr. Antônio explica como se localizar – sem o auxílio do Sistema de Posicionamento Global, o conhecido *GPS* – em alto mar, momento em que as estrelas são guias fiéis para indicar o caminho de volta à terra, ou seja, a direção sul. Assim, na madrugada, a principal guia é a Iguapeira, estrela de brilho intenso que também indica qual percurso seguir para alcançar a posição correta na terra. A observação dessa estrela por pescadores também foi registrada nas localidades de Baleia (Itapipoca/CE), Fortaleza e Redonda (Icapuí/CE) por Miguel Sávio Braga (2013), que identificou através do simulador do planetário Rubens de Azevedo, localizado em Fortaleza, a estrela correspondente: Canopus, pertencente à constelação Carina.

*As embarcação que tinham antigamente mais era piúba. Aqueles mais ou menos, que podiam... faziam jangada de tauba, aquelas de Fortaleza, ou então faziam um bote. Bote triângulo. Quem num podia era na piúba. [...] O máximo que ela durava era três anos. [...] Aqui no Ceará se chamava Piúba. Se você fosse fazer essa pergunta no Pará, era bananeira do Pará. [...] Mas é uma bananeira mesmo. [...] Era comprado. Ia lá pra Fortaleza, lá comprava os pau, chegava aqui, cortava o tamanho que você queria. Era seis metro, cinco metro, quatro metro. [...] Nas Flecheira tinha um fazedor que era o finado Luís Prudêncio. Luís Prudêncio. Já morreu tá com muitos anos... [...] Aí depois da Piúba, veio o pacote de isopor. Você faz o gradeado de madeira, e bota o isopor dentro e cobre, [...] e salva vida. Não era pra gente chamar “pacote de isopor”, era pra gente chamar “pacote da salvação”. É um salva vida. Você pode se virar, duas, três vez... num se largue dele que você não morre afogado. Porque o isopor não afunda. [...] De primeiro morria muita gente, porque as embarcação era de casco. Ainda existe muita embarcação de casco. Só que hoje em dia tem muita proteção, pra trás não tinha, proteção. (Antônio, 2019)*

O pacote de piúba (*Apeiba tibourbou*) – relatado por todas as pessoas entrevistadas nesta pesquisa – foi amplamente utilizado em muitas comunidades tradicionais pesqueiras do país, mas, de acordo com Diegues *et al.* (2000), ocorreu uma diminuição no uso na medida em que foi se tornando mais difícil encontrar a espécie na mata, constatando a presença de jangadas com esse material apenas em comunidades que possuem a planta disponível na sua mata nativa. Porém, a pesquisa realizada por Isis Andrade *et al.* (2016) traz um relevante fator que também induz à não utilização da piúba nas embarcações: a proibição da extração da espécie, que

desencorajou a utilização por parte de quem pesca e por quem é dono da terra onde há espécies da planta, já que existe um receio que a fiscalização flagre a retirada da madeira. Assim, observa-se também a questão envolvendo a propriedade privada, tendo em vista que muitas matas hoje estão dentro de fazendas particulares.

*Meus filho virou tudo pescador. Aí só que é muito perigoso a vida de pescador, né? O pai é pescador e ensinou os filho tudim. Mas só que a vida é muito difícil de pescador. Eu sempre falei pros meus filho e dizia que a pessoa... um pescador, ele não pode viver só da pesca, porque se for só da pesca ele num dá pra sobreviver. Tem que ter outros meio de trabalho, né? E aí meus filho foram crescendo, foram crescendo pescador, mas é um sofrimento muito grande. Tem dias que a ventania, né, aumenta. Ai meu deus, a gente fica com o coração bem aqui na boca vendo a hora acontecer um perigo. Os meus menino, o Denildo, e meus filhos, graças a deus, eu sempre agradeço muito a deus, né? Meus filho tarem tudo vivo. Mas um dia eles foram pro mar... três filho. Logo três filho, né? Foram pro mar e quando chegou lá no alto mar, o pacote se virou-se, e era um pacote grande. E aí, minha filha, era o Antenor, o Denildo e o Vavá... tem gente que diz que Deus num existe, mas Deus existe. Tão bom e tão poderoso. Porque eles viraram com esse pacote grande, e aí minha filha [inaudível], e a gente rezando, rezando... passou da hora e nada, e nada... quando chegou, se virou-se, foi preciso arrancar o... que só Deus mesmo... e ficaram [inaudível] pau, encima, se virou-se e ficaram encima do pacote, aí conseguiram... foi Deus mesmo. Conseguiram arrancar uma tauba foi do pacote, sabe? Porque eles não podiam desvirar... aí eles vir... conseguiram bater, furando... arrancaram duas tauba, aí conseguiram tirar um bocado do isopor de dentro do pacote, sabe? Aí eles escoraram, Deus ajudou, escoraram, né? Ele ficou com a coxa assim inchada, quando foi no outro dia doente, de escorar a perna, botando força pra poder desvirar o pacote em alto mar, né? E aí ele... até que conseguiram! Conseguiram desvirar o pacote. E aí, quando chegou né, o pacote faltando um bocado de isopor... três pessoas, né? Eu sei que graças à Deus chegaram em casa com vida! Isso eu num me esqueço não. Aí é que a gente fica mais preocupada, meu Deus... Aí ele se casou, né? Mas ele era pescador, o outro era pescador fino, ave maria, o Denildo... era muito pescador. E... tudim! Era pescador. Aí casou-se, aí a sogra foi e comprou uma saca de farinha pra ele vender aqui, né? Já tá com... [inaudível] [...] E aí graças a Deus ele botou um botecozim. Botou uma bodega, aí foi indo, foi indo, foi indo... aí graças a Deus mora naquele mercantil. (Francisca, 2018)*

As narrativas de Sr. Antônio e D. Francisca sobre os perigos com as embarcações no mar reflete dificuldades enfrentadas pela pesca artesanal, uma atividade ainda não tão valorizada quanto merece. No entanto, adaptações como o uso de gelo e o uso de isopor na estrutura da embarcação foram boas mudanças que Sr. Antônio fez questão de ressaltar, pois isso contribuiu muito no trabalho da pesca desenvolvida pelas comunidades tradicionais.

*“Quando ele num tá pescando, ele tá costurando rede. Ele costura rede pro pessoal, pago, sabe? Ele entraia, ele arremenda, sabe? Aí num falta caçoeira, sabe? Remendando rede de pesca. Toda rede”* – comenta D. Francisca sobre seu filho com altivez. Portanto, como pode-se observar, a pesca é motivo de orgulho na Emboaca, sendo que essa atividade sempre fez parte do desenvolvimento da comunidade promovendo o bem-viver local.

### 4.3 Relação histórica com os elementos naturais

Sobre as moradias, D. Alvina relata que naquele tempo as casas eram todas feitas de palha, tanto o teto, como as paredes. Assim como também relatou D. Francisca, que depois fez sua casa de taipa:

*Num tem os uru, que chama uru né? Aí a gente fazia a bolsa feita de palha né, pegava aqui, botava aqui no ombro, ia trocar por farinha, nós chegava lá, nós trocava por farinha, por goma, por coco, rapadura, essas coisas assim sabe? Aí levava o peixe e trazia outras coisas. Aí a gente comida dois, três dias, né? Aí quando tava com necessidade de novo – que ele pescava todo dia, né? –, e levava o peixe de novo. Desse jeito, isso foi muitos anos, né? A gente tinha muitos conhecidos lá, na Timbaúba, no Tixeiro(?\*) né... [...] Eles traziam farinha, e aí a gente ficava pagando em peixe. Inté minha primeira casinha, que a nossa casa era de palha... aí tinha um senhor, que era o Seu Joice né? O dono do curral, tinha um curral lá dentro do mar, aí a casinha ficava lá, aí a casinha tava lá abandonada coberta de telha né? Aí eu disse pro Raimundo: “Raimundo, umbora falar o Seu Joice, talvez ele até vendesse essa casinha, pra nós tirar a telha, tirar tudo e aproveitar pra fazer nossa casa de telha, né?”, que era de palha. Aí ele disse: “é mermo, tu tem coragem de ir lá?”, eu digo: “eu tenho coragem de falar com ele”, aí eu fui. Pessoal dizia que este homem era tão ruim, vixe! Mas eu vou, eu vou falar. Aí ele me vendeu. Me vendeu a casinha com tudo né, num sei se nós pagamo com peixe ou com dinheiro, eu sei que ele pagou com dinheiro de pescaria sabe? Aí nós desmanchemos, cobrimos a metade da casinha nossa de telha, aí fizemos uma parte de telha, uma parte de palha. [...] As paredes de barro. Eu tampei porque eu fui criada assim em agricultura né? Tiremos galha do mato, tiremos pau, e rarei, e tampei, tampei bem tampadim. (Francisca, 2018)*

“A corda da rede era cipó, não existia corda” – acrescentou o filho de D. Raimunda Ciça Várias foram as pessoas entrevistadas que citaram o fogão à lenha e a busca quase diária pela lenha nas matas:

*Cozinhava alí no fogo de lenha. Depois eu fiz um fogãozinho de lenha mesmo, que eu num tinha fogão. Eu fazia fogo no fogo de lenha, depois eu fui pro fogãozinho de barro que eu mesma fiz. Cozinhava alí, cozinhava pra mim e pros meus filho. Eu num tenho vergonha de contar pra você, a minha pobreza era grande e era rica. [...] Num tem as latinha de doce né, redondinha? Meu marido enrolava um arame, fazia uma paperinha e alí fazia a papa [...] Criei meus fi tudim. (Raimunda Ciça., 2019)*

*A lenha nós ia buscar passando esse morro todim, lá nas mata. Meu fogão era cheinho de lenha. E eu só trazia lenha lascada. [...] Eu achava era bom carregar lenha! Mas depois que eu vim pra essa casa aqui, que eu saí daquela, do lado de lá, que aculá, morando lá em riba daquele cascudo, me deu um ano pra eu levantar essa, sabe? Aí as minhas meninas compraram um fogão de segunda mão, mas eu num cozinhava... era no fogo de lenha, e o fogão ia guardado aculá, aí quando eu vim pra cá já trazia o fogão, mas eu num cozinhava no fogão... eu não tinha fé! Tinha fé era na lenha! [...] Bota uma panela no fogo, só falta num ferver mais! (Maria Carneiro, 2019)*

D. Maria Carneiro, inclusive, lembra que não havia banheiro nas casas da comunidade:

*Cozinhava na lenha. Aqui era a cozinha, aí eu tinha um fogão de uma ponta a outra. Fogão de tijolo. Essa largura todinha. Aí ele desmanchou a cozinha de novo, aí fez um banheiro e fez este outro quarto, que aí ele botava as caçoeira dele aí, e aí fez o banheiro. [...] Num tinha banheiro não, de primeiro num tinha banheiro não. Ia nos mato! (Maria Carneiro, 2019)*

E D. Alvina rememora as comidas que fazia utilizando o pilão, como o café, o sal, a castanha e o gergelim. Ainda conta como e de onde tirava o sal:

*A gente comprava o café só descascado, sabe? O carocim tirado só a casca. Mas era branquim, branquim, quase branco. Os carocim... Aí a gente torrava e ficava preto! Bem pretim! Aí quando tava bem pretim botava o doce, a rapadura, aí mexia, mexia, quando tava querendo pregar assim, tirava e, quando esfriava, pisava no pilão... Aí o cumpade Frudo(?) morava lá na Timbaúba, aí quando ele vinha pra cá, que ele sempre vinha pra cá, pra praia [...] peixe [...] dizendo ele que quando subia no morro, sentia o cheiro. Sentia o cheiro de café torrado. E dizia “aquilo é a cumade Alvina, eu vou já tomar o café dela!” Ora... quando chegava... às vezes eu já tinha feito, às vezes eu ainda tava pisando o café... tudo no mundo de primeiro era pisado! Era sal... [...] Pegava no lagamar, lagamar... qualhava o sal perto do mar. Chamava lagamar, lagamar do sal. Conheço por lagamar do sal. Pois sim, aí os home iam e aí ajuntava... a água do mar, bota pra fazer ela secar, a água do mar... salgada. Pois sim, aí tudo no mundo, salgava o peixe, ou uma carne, tinha que pisar aquele sal. Tudo no mundo, tudo no mundo! Farinha de castanha, farinha de torrado, farinha de gergelim, tudo pisado no pilão! Mas era bom! Com rapadura! Ah meu deus mas era bom demais! A minha madrinha que mora lá na Fortaleza, ela tem, um genro dela, Marcos, ainda hoje saiu daqui, ela disse que ele agora compra umas farofa... num sei se é de castanha, se é de castanha, ou é de torrado, ou gergelim... E aí... vai comer, cadê? Nem um farelo de doce! Como é que pode? Num presta não! Sem doce é ruim demais! Sem doce é muito ruim! Ô pessoal... e hoje em dia é tudo.. hm.. muído. (Dona Alvina, 2018)*

Ainda sobre atividades domésticas, D. Maria Carneiro trouxe memórias sobre a lavagem de roupas:

*A gente batia as roupa era nas lagoa. [...] Quando chove ienche, ainda. Mas tão enchendo de casa! Aterrando... Tem é casa dentro das lagoa. Lá aculé onde eu morava, do lado de lá, tinha era uma lagoa bem assim [inaudível] do alpende. Cascudo alto, sabe? A lagoa na frente. A água era tão azul! Ora, batia roupa era quase dentro de casa! Agora, pra beber nós tirava d’outra lagoa. Tinha uma lagoa que nem ninguém se banhava, nem batia roupa. (Maria Carneiro, 2019)*

É interessante quando dona Maria Carneiro relata os diferentes usos das lagoas, evidenciando uma gestão das águas por parte da comunidade, que utilizava lagoas para lavar roupas e tomar banho, por exemplo, mas conservava uma lagoa apenas para consumo humano.

*Dinheiro num tinha não. Era vintém, pataca, tostões, tostão. Era muito interessante, num tinha cédua não. Eu já tinha bem 10 anos quando começou a aparecer umas céduas. Assim bem des’tamaim. Uma assim quase amarelinha, 2 mil réis. E a outra era azulzinha, destões. (Alvina, 2018)*

D. Alvina então, narra algumas experiências econômicas da época. Sobre quando apareceu o dinheiro, por exemplo, e sobre tempos ruins, relacionados a períodos de seca.

*E aí teve os tempo ruim, nera... e aí os pobe arrancava Mucunã. [...] Aí serrava... e num era assim batata meia grossa não, era meia fina. Aí tirava a raiz da mucunã, aí rapava, serrava... [...] E aí assentava aquelas coisinha... bem fininha! Aí eles faziam grolado pra comer. Num tinha... foi parece que uns três anos sem chover. [...] Tinha 10 anos, tinha 11 anos, eu, nesse tempo. E a roupa? A roupa ficava canadinha\*. E num largava mais não... da tinta da Mucunã. Largava não. (Alvina, 2018)*

Para complementar a renda, muitas pessoas coletavam lodo no mar.

*Vendemo muito lodo. Aí foi proibido, né? [...] Passamo muitos ano vendendo lodo, né? E rapaz se nós fosse vender lodo hoje, num tinha. Da onde que a gente ia arranjar tanto lodo daquele jeito? Porque encalhava o lodo da \*laía\*, a gente ajuntava de noite e de dia, nera? [...] A gente apanhava só um... tinha um lodim comprido assim, compridozim, redondo, aí a gente arrancava, carregava pro alto, aí estendia, estendia o lodo, aí quando dava de tarde colhia bem finim. [...] Até gente de fora, gente do Estrela, gente da Timbaúba, tinha era muita gente, quando era assim de tarde, nera? Ficava lotado de gente! Tudo juntando lodo! [...] Eu já tenho experiência, ele seca três quartos, acredita? A gente apanhava quatro saco, pra dá um seco. E este seco, minha filha, você levantava assim com uma mão. Vendia no quilo. (Francisca, 2018)*

Dona Francisca lembra do tempo em que era muito presente a coleta de lodo – como é conhecida a alga denominada por *Gracilaria birdiae* na ciência acadêmica – na comunidade. Era um trabalho frequentemente praticado no mar da Emboaca, tanto por pessoas moradoras da comunidade, quanto das localidades vizinhas. O lodo coletado com tanto trabalho, após ser posto para secar, era vendido para alguns atravessadores locais repassarem para um empresário que comprava por um valor muito baixo, diga-se de passagem, como conta Rozeni, que rememora valores estipulados em cerca de cinquenta centavos a um real por quilo: “*imagina o quanto ele lucrou às nossas custas?*” – ela observa.

*Até gente de fora, gente do Estrela, gente da Timbaúba, tinha era muita gente, quando era assim de tarde, nera? Ficava lotado de gente! Tudo juntando lodo! [...] Eu já tenho experiência, ele seca três quartos, acredita? A gente apanhava quatro saco, pra dá um seco. E este seco, minha filha, você levantava assim com uma mão. Vendia no quilo. [...] Aí foi proibido, se não acho que nós ainda hoje arrancava o lodo, nera? Mas num tem não, aqui acolá vou pras pedra, às vezes... Num encalhou mais aquele lodo que [inaudível] nos inverno tão abundante, nera? Grande os inverno... Todo lodo possível, e agora num tem mais. (Francisca, 2018)*

D. Francisca aponta também para o esgotamento do lodo, após tanta exploração.

Sobre o transporte, Dona Alvina trouxe memórias ainda relativas aos dias atuais: nunca andou de carro em sua vida. E recorda suas andanças:

*Eu num ando é de nada! [...] Andava era com os pés, que de primeiro todo mundo andava era de pés! [...] Até pra cidade eu ia de pés. Que num tinha nem carro, nem estrada... até pra cidade eu fui de pés! [...] Ia pra missa no Mundaú, pra missa na Canaã, pa missa nas Fleicheira, no Trairi... tudo de pés, tudo de pés! (Alvina, 2018)*

As longas travessias realizadas a pé foram relatadas por todas as entrevistadas. No período dos anos 60, não havia atendimento médico próximo à Emboaca e as pessoas da comunidade não tinham acesso a transporte motorizado. Dona Raimundinha conta que teve que ir a pé para Itapajé (CE) atrás de atendimento médico quando teve *sangue na cabeça* (acidente vascular cerebral – AVC), são mais de 90 km. Assim, também caminhavam quilômetros para ir às festas de outras comunidades, como relata D. Mana:

*Nessa época, ninguém num tinha terra, onde chegava, botava um barraco e ia morar, né? Aí também num tinha negócio de televisão, festa nenhuma, aí quando havia uma festa num lugar, aí juntavam muita gente, passavam de 3, 4 dias andando, queriam ir pra 'quela festa! Pra 'quela animação! (Mana, 2019)*

### 4.3.1 As curas pelas plantas

Para a cura de enfermidades, predominava o uso do *remédio do mato*. Essa ciência ancestral, conhecedora das propriedades das plantas, que deu início ao que hoje é academicamente conhecido por fitoterápicos, medicamentos regulamentados pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) através da Resolução nº 95/2008.

*De primeiro nós só se tratava, como não tinha médico, só com remédio do mato. Cházim pra'qui, cházim pra'culá... e aí nós ficava boa. Hoje não, hoje qualquer coisinha toma remédio. [...] Mato daqui mesmo, era jurubeba, eucalipto... eucalipto é bom pra febre. Uma coisa que é muito bom pra diabetes é azeitona, a folha da azeitona pra diabetes. Diz que a folha do guajiru também diz que é ótima pra diabetes. [...] A manjirioba-do-Pará também é ótima. (Raimunda Ciça, 2019)*

D. Raimunda Ciça cita plantas de fácil acesso dentro do território da Emboaca, como o guajiru (*Chrysobalanus icaco L.*), abundante nos morros da Emboaca, onde há presença das três variações: branco, preto e vermelho. Ela disse que a espécie possui boas propriedades no tratamento de diabetes, tal benefício já foi abordado em trabalhos acadêmicos, a exemplo de Albuquerque *et al.* (2007) e Silva e Peixoto (2009).

*Remédio do mato mermo. Negócio de hortelã, boldo, essas coisas assim, aquela... que a mamãe plantava muito... de primeiro ninguém comprava remédio, era mais era remédio do mato, era eucalipto, parreira. Hoje em dia é comprimido, outros remédio líquido, né? Mas eu criei meus menino... difícil eu comprar um remédio, só era remédio do mato mesmo. (Maria Carneiro, 2019)*

No trecho acima, D. Maria Carneiro rememora plantas que utilizava para tratar as doenças em sua casa antigamente, realizando uma comparação com os dias atuais, falando dos remédios de farmácia e que, mesmo quando esses alopáticos já existiam, ela preferia fazer o uso das plantas.

*A Dona Zeli ela mandava buscar aqui né... a Dona Zeli: “menino vai lá na Lúcia pegar umas folha preu fazer um mel”. Aí ela mandava buscar, aí eu enchia uma sacolada. Aí dizia: “mulher num quero muito deste jeito não”. Aí eu dizia: “faz assim, leva, aí o pé... que ela usa, e o resto ela enterra. Aí depois quem sabe, se eu num tenho, e aí ela me dá?” (Lúcia, 2019)*

Segundo pessoas moradoras, todo mundo da comunidade já sabia que D. Lúcia tinha alternativas de plantas para curar enfermidades. Na verdade, ainda hoje ela é uma referência das curas naturais. Interessante que, na sua fala acima, ela recorda períodos em que eram frequentes as visitas de pessoas que vinham buscar plantas. Além disso, D. Lúcia entrega além do necessário, incentivando as pessoas a plantarem da espécie medicinal para quando ela ou outras pessoas precisarem. Isso reflete um pensar coletivo, entendendo não haver autonomia de uma pessoa só, mas sim uma autonomia comunitária.



#### 4.4 Arte e espiritualidade

“*Eu rezo de tudo no mundo*” – afirmou Sr. Tanácio (2019), rezadeiro, assim como D. Lúcia e D. Maria Carneiro. Além da diversidade e das múltiplas utilizações do *remédio do mato*, na Emboaca também se cultiva a cura pela reza. São rezadeiras e rezadeiros que recebem pessoas – não só da Emboaca – cotidianamente com algum problema para curar através da crença, uma amostra da forte espiritualidade presente no território.

“*Eu rezo de espinhela caída, de peito aberto... e quebrante. Vem é gente do Mundaú. Criadura...*” – informa D. Maria Carneiro, rezadeira, que, inclusive, precisou pausar a entrevista para atender uma pessoa que chegou precisando de reza. Espinhela caída, ou peito aberto, é quando a pessoa sente muitas dores na coluna e no peito. A reza para quebrante, ou ventre caído, cura crianças que estão tristes, com o corpo mole e diarreia.

*Ainda essa semana eu rezei na menina do Zé de Mar. Aquele que mora... eu esqueço o nome dela, que estudava nessa escola aqui. [...] Eu rezei nela agora essa semana. Ela tinha vindo pra cá, eu rezava... fazia uns três ou é quatro ano. Que ela vivia doente, e agora veio de novo, eu num tava nem reconhecendo a muié. “E a dona Maria, num tá mais me reconhecendo não?”, “tô assim, a mente é que...”, ela disse: “É eu, dona Maria! Aquele tempo que eu vim... fiquei em tempo de morrer e fiquei boazinha” Agora ela disse que trabalha demais, que pega muito peso. Mas ela era peito aberto. Ela pegava os peso, sabe? Era o baldão d’água. Era trabalhando mais a mãe. (Maria Carneiro, 2019)*

Dona Alvina ainda relata que, poucos anos após estabelecer moradia na Emboaca, seu marido começou a frequentar espaços de religião de matriz africana, não identificada especificadamente pela entrevistada. Abaixo está transcrito seu relato, registrando a presença da prática espiritual no território:

*Eu passava a noite todinha sem dormir... eu e ele passava a noite todinha sem dormir. Com medo... bater nas coisa e rindo tanta... de toda, num sei d’aonde. Os caboco! Nera, os caboco! Era... macumba! Pegava ficava doidim, sumia no mundo, queria entrar pro mar, o pessoal num deixava... [...] Nós sofremos muito. Eu e ele. Aí fazia uns tempo que ele tinha esse negócio, que era um tal de médium, que era pa trabalhar... E aí nunca foi desenvolver bem. E aí, sofre, sofre é muito em ver os caboco. Pois sim, e aí passou uns pouco de ano, num foi só um ano nem dois não, num sei nem quantos ano foi, fazendo esse negócio. Mas num era toda noite não. [...] Finado Catí começou a fazer alí, por aculá, pra baixo de onde morava o finado Rodolfo. Ele morou alí uns tempo, o finado Catí. Uns pouco de gente alí [...] Carlos bode [...] Tem outro homi também que trabalha essas coisa. Num lembro o nome dele agora. Ele ia pra lá... Aí... [...] Foi um sofrimento medonho. Aí deus nossa senhora ajudou que um tempo... um tempo eles deixaram. Sofremo uns pouco de ano. (Dona Alvina, 2018)*

Dona Francisca, muito católica, acompanhou todo o desenvolvimento da igreja dentro da comunidade. Ela disse que o padre sugeriu em reunião que o padroeiro da Emboaca fosse São Raimundo Nonato, pois havia muitos moradores chamados Raimundo, assim, foi

aceito e então levou uma imagem do santo para a comunidade. No entanto, a entrevistada conta que ela e sua comadre Argentina desejavam que a padroeira fosse Nossa Senhora da Saúde. E, quando perguntada sobre quem era Argentina, respondeu:

*Ela trabalhou muito dentro da comunidade, ela fazia drama. A Maria Carneiro... [...] Fazia drama, fazia tertulha nera? (risos) Tertulha era festa, festinha... [...] E coco também, tinha muito coco também, fazia coco... tinha muito coco. Ainda tem, só que esse homem que fazia coco, ele mora agora lá no Alagadiço, em Canaã, sabe? Mas ele sempre apresenta o coco, né? E ainda tem o coco ainda. Ano passado eu vi na festa de São Raimundo, vi um pessoal depois da festa, sabe? E ele até disse que quem quisesse... lá tem agora até as mulheres, de primeiro era só os homem que fazia o coco, mas agora é homens e mulheres. [...] Alí dos Peixinhos quase todo mundo brincava de coco! (Francisca, 2018)*

Dona Francisca fala de Mestre Moisés, o “homem que fazia o coco”, que antes morava na comunidade do Bode e depois foi morar no Alagadiço, mais próximo da sede do distrito de Canaã. Ainda hoje ele faz coco onde vive, sendo reconhecido em 2007 pelo Governo do Estado do Ceará como Mestre da Cultura. Dona Francisca relatou que muita gente das comunidades vizinhas ia brincar de coco na Emboaca. E D. Raimunda Ciça ainda destacou: *“Tinha coco de dança. Tinha o coco de improvisar e tinha o coco de dança. [...] ‘Raimundo’, ‘quíé?’, ‘dona [inaudível] disse que tu fosse lá porque vai ter um coco, vem um bocado de gente do estrela.’ Aí ele se levantava e ia lá”* (Raimunda Ciça, 2019)

O coco é uma prática popular, de origem afro-indígena, que envolve musicalidade, poesia e muita brincadeira entre palmas e instrumentos de percussão. Como observa Camila Farias (2014), o coco é construído por uma diversidade de pessoas e localidades, que possuem suas formas singulares de se manifestar e, portanto, devemos pensar em “cocos”, no plural, entendendo a diversidade da prática cultural.

Já o drama, dona Maria Carneiro explica: *“É sapateando, tanta da coisa, cantando também. Só quem sabia dançar bahiana era eu. Vestia uma saia grande, enfeitada todinha, a blusa, coroa, aí ia cantar e ainda ia sapatear”*. E é muita coisa mesmo; o drama consiste em uma performance teatral popular, geralmente praticada por mulheres, com poesia e melodia, acompanhadas de dança e humor. Tal prática cultural é lembrada com muita importância para as pessoas da Emboaca, sendo, inclusive, uma manifestação de articulação da comunidade em prol de conquistas coletivas, como aborda o próximo tópico.

Perguntada sobre a lenda do cascudo de baixo, dona Raimunda Ciça respondeu: *“é, diz que alí tem um navio. Pessoal diz. Muita gente vê. Eu nunca vi não, mas tem gente que vê”* (Raimunda Ciça, 2019)

#### 4.5 Articulação comunitária

*Fizemo um bocado de drama pra levantar o salão. Arrumar dinheiro que era pra comprar o material. Nós fazia drama, aí ajuntava o dinheiro e dava pra comunidade. [...] Aqui o meu marido chegava do mar, e dava uma baciada de peixe pra venderem pra dinheiro pra comunidade. Vendia o peixe, e o dinheiro juntava pra comunidade, pra comprar o material, comprar tijolo, comprar telha, ripa. [...] Fizemos [drama] lá onde eu morava. Aí quando viemos pra cá, fizemos outro aqui. [...] Fizemo um leilão... Eu fui pedir esmola no Angelim, lá no mei da minha gente, passei três dias mais a mãe, de pé, num tinha transporte... [...] de primeiro era de pé. (Maria Carneiro, 2019)*

D. Maria Carneiro lembra das articulações na comunidade para construção do salão que serviria de escola e local de reunião e celebração para a Emboaca. Assim, conseguiram material para erguer o espaço através de práticas da comunidade, como o drama e a pesca.

*“Aí começou a questão de terra, os donos da terra começou a querer tirar os barracos das pessoas aqui na praia, nera? Não sei que ano era, mas já tava com uns 10 anos que eu morava aqui, uns 8 anos”* – relatou D. Francisca (2018), começando a abordar disputas por território. As ameaças foram muitas, vindas de diferentes pessoas. *“Este local aqui era do Ernesto. Só quem tinha carteira era ele, tinha todos os documentos. Era ele, o cumpade Raimundo e o finado Henrique. Aí veio o capitão dos portos, sabe? A capitania. Veio aqui e aí queria tomar”* (Maria Carneiro, 2019). Assim, dona Francisca narra as resistências da comunidade pela garantia do território:

*Era um tal de um empresário de Fortaleza. Foi uma luta. Porque se num fosse uma luta nós num tava aqui, num morava mais aqui. Ele cercou aqui, cercou até lá em cima. Aí a gente foi, se reuniu, e arrancou os mato né, arrancamo tudim sabe? E aí fomos denunciar né? Aí a gente arrancou e eles ameaçaram. Aí a gente arrancou né, e aí a gente foi pra prefeitura, a gente foi pro padre Tomás, o pde Tomás reuniu oito pescador aqui dentro da comunidade, sabe? Que aqui nasceu e se criou-se e viveu aqui com as famílias. Aí foi o seu Amarilho, seu Casimiro, seu Raimundo rei, e o Raimundo do Henrique, umas oito famílias né? Aí o capataz lá da capitania deu uma ordem: olhe, eu vou dizer pra vocês, vocês num usam fogão não? Usam? (era umas boca de cimento). Pois vocês podem arrancar tudim, e tocarem fogo. Aí foi e nós fizemos isso sabe? Aí ele foi e... num mexeu mais não. Espantou pra banda dacadá. [...] Tivemos uma ajuda muito grande do CPP, foi uma luta muito grande aqui dentro da nossa comunidade né? Sempre estive aqui com a gente ajudando, orientando, incentivando, ensinando, né, que a gente num tinha instrução de nada, né? [...] Até hoje eles apoiam a gente. (Francisca, 2018)*

E assim seguiu o aprendizado na luta contra outras pessoas de fora que quiseram tomar posses indevidas dentro da Emboaca:

*Aí, quando nós... tinha o salãozim aí, aí veio uma mulher, trouxe a polícia, e cercou a frente do salãozinho, sabe? Aí cercou. Eu digo: “ei, senhora, a senhora não pode fechar este beco, que este beco é a frente da igreja aqui, do salãozinho, e você não pode cercar”. “Não, vou cercar, trouxe foi a polícia”, aí cercou. Cercou, né? Aí quando foi de noite, de tardezinha, a gente arrancou com estaca, com arame, com tudo, sei nem adonde botaram, né? O arame com estaca, com tudo, sabe? (Francisca, 2018)*

Mais recentemente, em 2013 houve a tomada de espaços no território por empresas do ramo de energia, para instalação de uma usina eólica nos morros da Emboaca.

*Foi assim, começaram a iniciativa, foi assim... porque, essas eólica veio, sabe? Porque ninguém podia meter o bico nesses morro pra lá, ninguém podia nem triscar! Sabe? “É terra de Fulano!” Terra de Fulano ninguém pode bulir, né? Um tempo a gente fez um barraquinho alí pra banda de baixo do corrente, veio foi um caminhão, chei de caboco, chegou e derrubaram as barraca e deu um tiroteio mais medonho do mundo, foi uma confusão medonha. Aí amedrontou, os pobre derrubaram... tinha bem umas três, quatro barraca, derrubou todim... Aí entrou essas eólica, aí uns diziam que o homem tinha comprado a terra, outros diziam que a terra era do Governo, nera? Aí liberou, que as terra era do Governo. Se as terra era do Governo, aí era de todos, né? Porque deu pras eólica, né? Aí diz que as eólica tinham comprado, alugado por vinte ano, num sei por quantos ano... eu sei que botaram a eólica, né? Aí partiram e botaram as eólica. Aí era do Governo. Se era do Governo, nós também podia fazer... num botaram as eólica, né? Aí botaram as eólica, aí a gente também podia botar um cercado, né? Botar uma coisa, botar uma planta, botar uma coisa, né? Porque uma eólica dessa, abriu os terreno, né, e tudo... Aí diz que essas terra num era mais de Maciel, essas terra era da União, ou era da Marinha... Aí o pessoal invadiram! Agora já tá tudo invadido, inté essa que o homem fez um tiroteio, derrubou tudim... esse que fez isso já morreu, né? E aí a terra ficou. Diz que é de uns espanhol, num sei quê... mas aí o homem morreu... tá tudo invadido, tudo marcado! Alí do cascudo pra cá tá tudo marcado. Dos morador mermo, né? (Francisca, 2018)*

Como relatou D. Francisca, o estabelecimento de cercados por parte das pessoas moradoras da Emboaca nos morros se deu após a permissiva do Estado para o uso e ocupação de terras pela empresa de energia eólica, que degradou uma significativa área de campos de dunas. Por receio de perder mais de seu território para pessoas de fora, a população começou a ocupar os morros e aproveitar para fazer seus plantios nas baixas.

#### 4.5 Transformações e impactos

“Era cheio de olho d’água, mangue... Cheio mesmo!” – relatou dona R.C., lembrando a configuração ecossistêmica do território algumas décadas atrás. Na conversa, ela lembrou de um olho d’água próximo à Pedra da Emboaca (recifes costeiros localizados em frente à comunidade), onde havia inclusive “pé de mangue”, como contou. O diálogo ocorreu em seu quintal, e seu filho, que estava ao lado trabalhando na construção de um pacote, entrou na conversa para falar do manguezal:

*[...] quando eu era pequenininho eu lembro [inaudível], a maré botou três pezim de mangue, que vinha na água do mar na época do inverno... uns talozim, duas florzinha, aí eles encaham, e muitos pega, aí pegou dois alí, nasceu três pé. E desses pé, eles pegaram, nasceram, se seguraram na areia, aí ele foi crescendo, crescendo... aí na época do verão ventava muito e as raíz começava a jogar areia, e a areia arrudiava por de trás dos mangue, [inaudível], desses tempos pra cá esses mangue cresceram, tá da altura desse pé de planta aí, e aí criou um morro grande até aqui assim. Nessa época, depois, até que finado Zequinha fez uma casa no último morro, de trás do último pé de mangue. Esse pé de mangue acabou-se também, desse tempo, acabou,*

*mas foi ele que criou o morro aí. [...] Aqui onde é a estrada. Me lembro disso aí tudim.*  
(filho de Raimunda Ciça, 2019)

Em uma breve narrativa, o filho de D. Raimunda Ciça traz muitas análises ambientais. Primeiro ele retrata a forma de reprodução de uma espécie de mangue, conhecida por mangue-vermelho (*Rhizophora mangle*), que possui uma semente em formato de caneta capaz de flutuar por um longo período na maré até esbarrar em uma superfície favorável para sua fixação e posterior desenvolvimento. Ele também traz uma análise geomorfológica sobre a formação de dunas, a movimentação da areia a partir da força dos ventos, para determinar o local do depósito arenoso, compreendendo a mudança do caminho da areia após a fixação do mangue-vermelho.

A Sra. Raimunda Ciça ainda narra sua percepção sobre o nível do mar. Ela afirmou que o mar era muito mais distante, inclusive sua mãe contou que há uma igreja no Mundaú embaixo das águas, devido ao avanço da maré. A entrevistada até relatou ouvir uma história de que o “*Mundaú ia ser mar*” (Raimunda Ciça, 2019). Tal observação de D. Raimunda Ciça, obtida a partir de sua longa vivência nas comunidades de Emboaca e Mundaú, também é apontada pelo IPCC<sup>9</sup>, que explica as consequências das mudanças climáticas sobre o aumento médio do nível do mar global: a elevação da temperatura global ocasiona expansão térmica das águas oceânicas e ganho de massa do oceano gerado principalmente devido ao derretimento do gelo terrestre (OPPENHEIMER *et al.*, 2019).

Houve vários relatos nesse sentido, sobre transformações que ocorreram na Emboaca, que se deram tanto devido à dinâmica costeira, quanto à intervenção humana empregada no território por decisões, em sua maioria, externas à comunidade. As visões das pessoas entrevistadas sobre os impactos e transformações trazem percepções sobre mudanças não só física, mas também no modo de vida da comunidade.

*Minha casa era em riba do cascudo. Aí nós assentamos a casa. Aí o morro de lá da banda da praia... e aí, quando nós saímos, o morro passou. Ficou limpinho. [...] Lá tudo era uma baixa, uma baixona. Aí num tinha morro não, era tudo umas baixa. E agora é tudo morro. Num tinha morro alí não. Era tudo umas baixa, tinha era pé de guajiru, de mangue. Aqui em baixo eu queria que você visse, era uma mata de mangue, guajiru verde... [...] e agora tudo limpo. Mas eu vim pra cá num foi de gosto não, [...] num queria ter saído daculá não. Sai porque o morro tava botando dentro de casa. Lá era descansado de criar, criava muito; pato, capote, porco, eu tinha era muito. Mas agora lá tá cheinho de casa [...] É como aqui! [...] Aculá era uma lagoona mais medonha do mundo, tu conheceu? E agora é casa dentro da lagoa.* (Maria Carneiro, 2019)

---

<sup>9</sup> O IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*) é uma equipe internacional de especialistas sobre mudanças climáticas que reúne informações sobre o tema desde 1988 com o objetivo de realizar análise integrada sobre as causas, possíveis consequências e estratégias para lidar com a questão climática.

No início dessa fala da Sra. Maria Carneiro, ela narra a dinâmica costeira de transporte eólico de material arenoso que ocasiona a movimentação de dunas não vegetadas, e como convivia com essas transformações, migrando para regiões dentro do território onde observava ser mais estáveis. Relata, ainda, a presença do ecossistema manguezal ao lado de sua moradia atual (próximo à estrada), e observa o aumento populacional e da área construída na comunidade, que expandiu para as regiões de morro, ocupando inclusive áreas de lagoas. Mas, outro detalhe que impactou no seu modo de vida foi a dificuldade de criar seus animais, aprofundada no trecho seguinte:

*Aí quando eu vim pra cá, criava muito era cabra. Eu tinha lá um chiqueiro, era cheim. Mas aí começou essas moto... o pessoal roubava muito e matava [atropelado] também. Foi... e aí eu... eu tinha dois chiqueiro aí, no lugar desses quarto era dois chiqueiro, um com galinha e outro com bode... [...] Tinha um bode que todo mundo respeitava ele, era dessa altura o bode, medoim. Era... enfrentava era todo mundo! Era valente. [...] Era estrada, carroça, carroçal. Quando eu vim morar aqui, num tinha estrada não. Vinham era por a praia. Aí abriram essa estrada, aí fez de piçarra, sabe? Aí quando fizeram a estrada de piçarra, aí mataram os coqueiro que tinha...* (Maria Carneiro, 2019)

E quando perguntada se as cabras morriam atropeladas, ela respondeu: “*Ora, morreu foi muito. Esse meu bodão grande morreu atropelado*”. Dona Maria Carneiro, portanto, deixa nítido sobre o quanto a estrada modificou seu cotidiano, algo também relatado por D. Alvina, que conta sobre seu problema de dor-de-cabeça desde que pegou febre amarela quando criança, mas a dor é agravada pela movimentação da estrada: “*Às vezes esses carro passa, me dá uma coisa tão ruim na cabeça, parece que eu caio, vou rodando, vou caindo...*” (Alvina, 2018).

“*Armaria, teve um período aqui que eu tava vendo a hora de nós ser alagado... porque tem o mar aí, né? E as lagoa mais grande do mundo... [...] Água demais*” – Dona Francisca relata um ano em que a precipitação pluviométrica foi intensa e a lagoa do morro ficou muito cheia, prestes a transbordar para as casas. Isso ocorreu quando já havia a construção da estrada, que impedia o escoamento da água para o mar. Então foi preciso abrir (quebrar) a estrada para dar passagem às águas e garantir que as casas da comunidade não fossem alagadas.

*Nós ia buscar lenha lá na mata do finado Zabela, todo mundo, tinha gente que pegava uns pau deste tamanho e vinha carregando. Quando eu... tinha meus filhos, achava muito bunitim, né? Botava tudim na frente e ia pros morro, quando vinha era uns com uns moi desse tamanho, outros com uns moi desse tamanho, e eu com um moi maior, né? Aí dava pra gente queimar seis dias, oito dias, né? Quando se acabava, nós ia de novo! [...] Mas agora se fosse pra nós usar lenha, nós ia morrer de fome, porque as mata se acabou-se. As mata que nós tirava, era alí as mata do Pé do Morro, da Timbaúba, todo canto, aí nós ia morrer de fome, num ia? Não tem mais lenha, mulher. Queimaram, acabaram com as mata. Mas tinha uma mata medonha. Aí num tem mais essa mata.* (Francisca, 2018)

A fala de dona Francisca retrata a atividade de busca pela lenha como uma forte memória afetiva de quando fazia a travessia com seus filhos pelos morros para chegar na *mata do finado Zabela* e coletar lenha para trazer e preparar a comida, não deixando de ressaltar que ainda existem pessoas na Emboaca com poucas condições financeiras que cozinham à lenha. No entanto, ela relatou as mudanças sobre a mata, que hoje está escassa.

A derrubada da mata gerou transtornos para além de relações ecológicas com perda da biodiversidade e degradação do solo – impactos já gravíssimos –, mas também pensemos: quanto a destruição dessas matas no entorno da Emboaca gerou de impactos à comunidade? Além de acabar com um ambiente utilizado para extrativismo vegetal (frutos, folhas e madeira) e gerar danos às memórias afetivas construídas nesses ambientes, ainda há uma desvinculação da população com os sistemas naturais atrelada a uma maior dependência do sistema capitalista.

*Quase todo dia ia buscar lenha, quase todo dia ia buscar lenha. Só comia, fazia tudo no mundo no fogo de lenha, no fogo de lenha... aí começou a aparecer esses bujão de gás... e caro, agora tá é caro. [...] E aí num tem pobre que aguenta. [...] E nem tem mais lenha nos mato! Pessoal arrancaram os mato! Cada vez vai ficando mais longe. (Alvina, 2018)*

Assim, na medida em que o pecuarista destrói as matas, torna as pessoas obrigatoriamente dependentes da indústria do gás, que fica à vontade para estabelecer seus valores para lucrar às custas das pessoas.

*Tinha era bomba aí. Mas num presta mais não, agora a gente só lava de água comprada. Lava, toma banho, faz tudo no mundo... tudo no mundo é comprada! Num é pra ninguém fazer nada! [...] Tudo agora tem que comprar. Um tostãozinho num dá pra nada, as carístia mais medonha do mundo. De primeiro até que dava, eles tiravam bem pouquim, pra nois comer assim [inaudível] 50 real. [...] Ah, mas 50 real dava pra muita coisa! [...] Aí começou a subir, e as coisa a subir... e as coisa sobe mais do que o dinheiro. E aí num dá pra nada. [...] Tem uns que diz que esse dinheiro num serve de nada – o dinheiro do aposento –, “num serve”, serve! [...] Que é bom, que devia dar graças a deus esse dinheiro. A gente dá graças a deus, mas... cara vez vai ficando mais caro. (Alvina, 2018)*

D. Alvina retrata a época em que não dependia de água comprada, pois poderia usar sua bomba para puxar água e utilizar para tudo, mas agora é necessário utilizar a água do Sistema Integrado de Saneamento Rural (Sisar). Dona Maria Carneiro (2019) também recorda: “*Num tinha água encanada, eu vivia da minha bomba*”.

Perguntada onde era localizada a salina, D. Francisca respondeu:

*Aqui embaixo, no Mundaú. Até assim, quando foi que... tomaram de conta da salina... “valha me deus, como é que vamo viver sem sal”, né? Porque num tinha sal, proibiram de vender sal. [...] Aí comprava o sal, trazia o sal de lá. Aí num podia mais pegar, foi proibido. Mas aí, antes de proibirem lá, aí começou a aparecer os pacote de sal. Aí, de repente, ninguém num comprou mais sal lá na salina, mas logo apareceu os pacote de sal! (Francisca, 2018)*

Outra questão problemática muito presente no território, assim como em quase toda a zona litorânea do Nordeste do Brasil, é a especulação imobiliária. É muito comum haver a geração de conflitos por especulação de fora para dentro das comunidades tradicionais, como ocorreu (e ainda ocorre) na Emboaca, a exemplo da seguinte fala de D. Francisca: *“Este Raimundo Maciel, que tinha uns terreno aí fora, um tempo encheu de bandeirinha aí na beira da estrada, né? Dizendo que aqui era Frecheirinha, num era Emboaca não”*; e ocorreu no local onde era a comunidade do Bode, onde, segundo D. Francisca (2018), *“fizeram um sítio e venderam”*.

*Num tinha quase ninguém não, as casa eram longe uma das outra, achava tão bom. Oh mas eu acho tão ruim casa assim... antes num era não, achava tão bom. [...] Hoje em dia tá muito diferente. [...] Pessoal foi chegando, chegando, chegando. Diz que é pq um tempo [...] que todo mundo que morava lá pelo sertão, pras serra, tudo do mundo, teve que vir morar tudim na praia, na beira do mar. E veio foi muita gente. Da Itapipoca, tem casa... um bocado de casa aqui... Num mora assim né, mas passa o fim de semana e vão simhora. Da Itapipoca, da Fortaleza, num sei mais de onde... Nessa rua alí que tem casa de gente que mora lá na Rondônia, tem casa que, qual é o outro... lá em Brasília. Às vezes vem e passa uma semana... aí vão simhora. Um bocado de casa assim. [...] E vai, todo dia aumentando, aumentando mais, aumentando, e aí tem que fazer mais casa, mais casa, mais casa... [...] Agora é pracadá, pros morro... Aqueles morro num tinha nem nada por alí... hoje, tudo cercado, chei de planta do pessoal... [...] Tinha não. Agora tem toda... começa lá de baixo e sobe até perto da barra, casa cercada, o pessoal cercaram os morro... (Alvina, 2018)*

Importante ressaltar que conflitos de especulação imobiliária também podem ocorrer dentro da própria comunidade, mas não deixam de refletir um paradigma imposto de fora para dentro.

#### **4.7 O papel das mulheres na resistência pelo território**

*“Aqui o homem e a mulher é eu, minha filha”* – Maria Carneiro (2019)

São múltiplos os enfrentamentos que as mulheres vivenciam em uma sociedade marcada pelo patriarcado, onde o machismo está presente nas bases dessa construção social e, portanto, manifesta-se de forma estrutural. E isso é, portanto, refletido dentro de muitas comunidades pesqueiras. Mesmo com tantas pressões sociais, as mulheres representam força de enfrentamento aos diversos percalços que surgem em todos os momentos e em todos os sentidos.

*“Eu ia pros polvo... lagostim. Apanhava lodo... ah, apanhei muito lodo! Pesquei umas vezes lá aculá no canal da Barreta. [...] Pegava uns peixe destamaim de anzol! Lá no canal. A água bem aqui. Eu vinha aqui e fazia todo o serviço”* (Maria Carneiro, 2019). Apesar de estarem diretamente envolvidas com o setor pesqueiro, as mulheres veem suas questões



serem colocadas em segundo plano inclusive pelas organizações de trabalhadores da pesca (SHARMA, 1996). Quando perguntada sobre quem ia buscar lenha para preparar a comida, dona Maria Carneiro respondeu:

*Era eu, sozinha. Quando eu tinha minhas meninas, que eu morava praulá, elas ajudavam, mas quando casaram tudo, quem trazia era eu. E meu fogão era cheio de lenha, faltava lenha não, antes de faltar eu ia buscar. Mas tinha muita lenha. [...] Mas agora acabaram até as mata, num tem mais mata não. Fizeram foi roçado! Agora tudo é no gás. (Maria Carneiro, 2019)*

Além das mulheres pescadoras e marisqueiras, que estão envolvidas diretamente na pesca, há também muitas que fazem tarefas essenciais para garantir a pesca dos homens, como preparar a comida, café e carvão para eles levarem a bordo, confeccionar ou reparar velas, armadilhas de pesca e roupas de trabalho (MANESCHY; ALENCAR; NASCIMENTO, 1995).

*[...] ele foi simhora pra cidade pescar lá que aqui tava ruim. E eu fiquei tomando de conta da jangada. Eu e meu genro. Ele pra lá e eu aqui dava conta de tudo. Era quem comprava [inaudível] e ia deixar. Ficava e ia comprar anzol, ia comprar [inaudível], [...] ia pesar o peixe, ia pra lá pra fazer compra... toda vida fui disposta, tanto que ele lá nem se preocupava. [...] Comprou um paquetim lá, com aquele bocado de coisa e veio numa balsa de noite... Saio lá de tardezinha da cidade com este bocado de coisa neste paquetim pro mar, veio encalhar foi no outro dia já de tarde, aqui no Bode. Sozim mais eu. Meu marido era pescador! (Maria Carneiro, 2019)*

Maneschy (2000), trazendo esse debate da questão de gênero em comunidades pesqueiras, ressalta que a maior presença das mulheres em terra, cuidando dos filhos, da casa e mesmo pescando e plantando para consumo familiar, percebe-se o quanto elas estão à frente das dificuldades cotidianas, podendo levantar demandas essenciais à qualidade de vida em suas comunidades. A autora também destaca que as atividades das mulheres possuem caráter multidirecional e, apesar de passarem o dia exercendo múltiplas atividades, tais tarefas não são vistas como trabalho, assim, além de não serem remuneradas, exercem um serviço invisibilizado que dificulta até mesmo a autoidentificação enquanto trabalhadoras e encontram empecilhos no momento que buscam garantir seus direitos sociais e previdenciários.

*Ele me deixava aqui com a casa, a casa bem ruinzinha de palha. [...] As parede num segurava nem a lamparina. [...] era preciso ir todo dia atrás de comprar as coisa. Tinha que... Porque ele trabalhava lá... aí eu ia atrás das coisa. Ele saía daqui e me deixava só mais esses cinco minino. E aí ele saía no domingo de noite, ele ia dormir lá. Daí ele vinha chegar no sábado quase de noite. E eu só e Deus e esses minino. Eu e mais quatro casinha pra'lí. Ah minha nossa senhora... Quando eu saía, que eu ia trabalhar pra Timbaúba, corria pra Timbaúba, eles iam lá pras casa dos vizinho. Minino. Lá pra casa dos vizinho (risada). Deixava a casa sozinha. (Alvina, 2018)*

A Sra. Alvina conta como era sua jornada de multitarefas, inclusive trabalhando fora de casa, na comunidade vizinha chamada Timbaúba, nas farinhaadas e, também, lavando roupa. A jornada de D. Maria Carneiro, que até atravessava os morros para chegar em outras comunidades e vender suas cabras: “*Eu ia vender essas cabra perto do Mundaú! Ia por rima*

*do morro! Era por riba do morro, só com uma vara na mão e os dois cachorro”* (Maria Carneiro, 2019).

E assim segue atualmente, onde as mulheres da Emboaca, mesmo tocando diversas tarefas da casa ao trabalho, participam assiduamente de articulações comunitárias, com envolvimento essencial nas lutas em defesa do território e do bem viver. Assim, desenvolvendo importantes caminhos com relação direta no enfrentamento de conflitos ambientais.

## 5 DOMÍNIO DA COMUNIDADE DE EMBOACA SOBRE O TERRITÓRIO

Entendendo o conhecimento local sobre a dinâmica ambiental como uma ciência, este capítulo buscará descrever essa apropriação do território pela comunidade da Emboaca a partir dos diálogos realizados com a população local. Compreendendo que são vivências historicamente construídas – onde o modo de vida está atrelado ao território e que, portanto, ninguém entende mais desse lugar do que aqueles que com ele se relacionam cotidianamente – o texto buscará relatar diversos saberes sobre ecossistemas, da terra ao mar, presentes na Emboaca, finalizando com seus questionamentos e demandas.

Afinal, o que se faz em toda essa terra? Buscou-se registrar nas próximas subseções a presença da comunidade da Emboaca em seu território, porém reconhecendo ser a impossibilidade de transmitir a vivência de fato. As oficinas de cartografia social realizadas na comunidade (Figura 9) trouxeram representações da diversidade que fortalece a autonomia alimentar da comunidade, os espaços de memória, de brincar, contemplar, coletivizar ou mesmo aquelas áreas importantes para manutenção de ciclos naturais.

Ademais, foram registrados os conflitos existentes, com suas problemáticas, como também questionamentos e demandas levantados pela comunidade durante todo o processo desta pesquisa, visando suas necessidades e potencialidades, entendendo que não é somente a academia que constrói questionamentos, busca respondê-los e apresenta considerações. As comunidades tradicionais possuem uma série de indagações e noções – inclusive mais reais – sobre o que estão precisando desenvolver em seus territórios na busca pelo bem viver e garantia de direitos.

As oficinas de cartografia social realizadas na Emboaca resultaram no mapa intitulado por Mapa de Domínio do Território pela Comunidade Pesqueira da Emboaca (Trairi/CE), de autoria das pessoas moradoras da comunidade (Mapa 2). O mapa foi reavaliado e complementado coletivamente três vezes, durante as três oficinas. No entanto, devido ao quadro de pandemia pela disseminação da COVID-19, não foi possível realizar o evento de validação do mapa por medidas preventivas de distanciamento social, sendo este apenas revisado pela presidenta da ACME para apresentação desta dissertação. Porém, o evento de validação do mapa será marcado logo que houver segurança, a qual possa garantir também a participação de movimentos e instituições convidadas à desejo da comunidade de Emboaca.

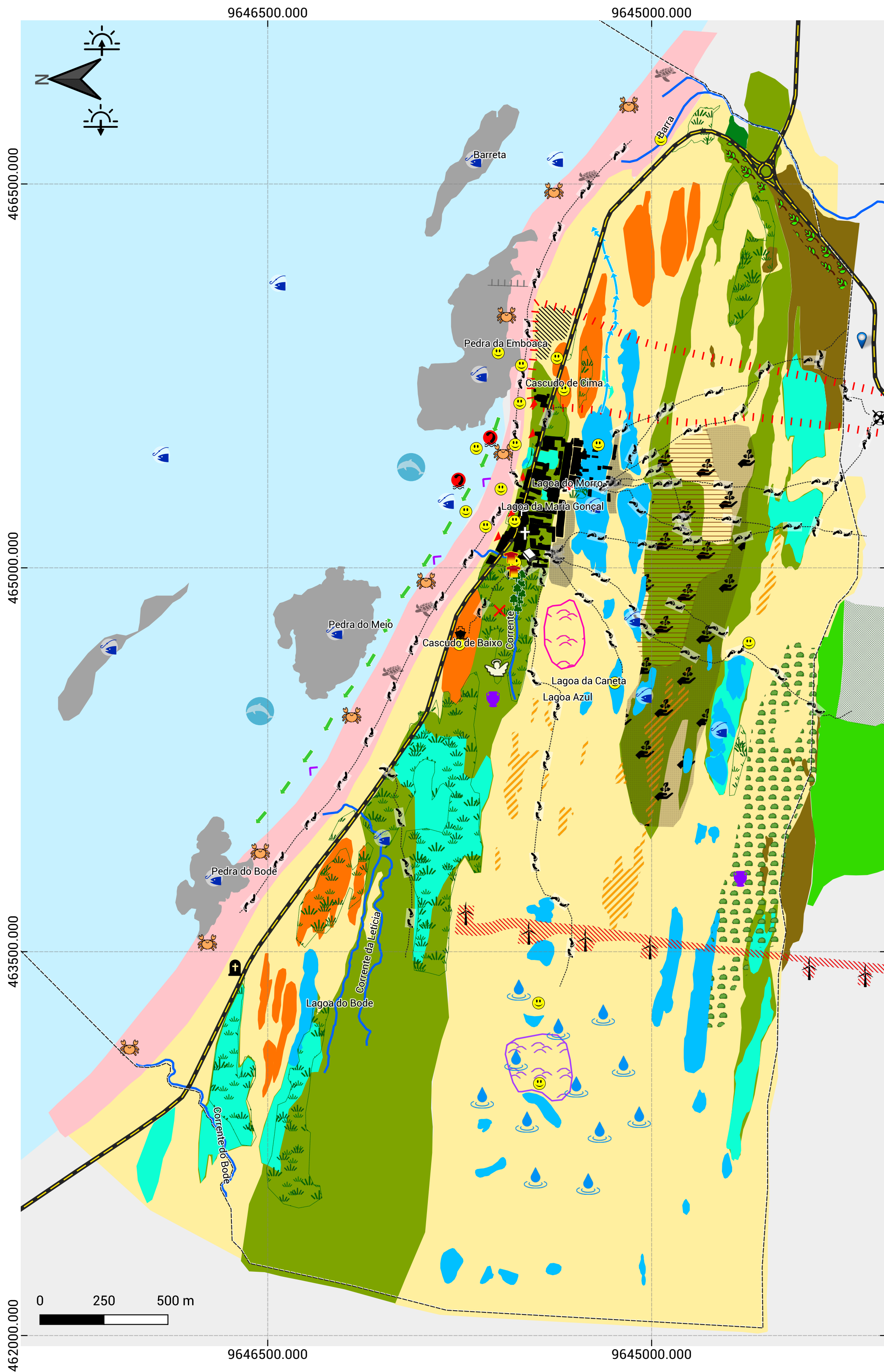
Figura 10 – Registros fotográficos das oficinas de cartografia social da Emboaca, realizadas durante os meses de janeiro e fevereiro de 2020.



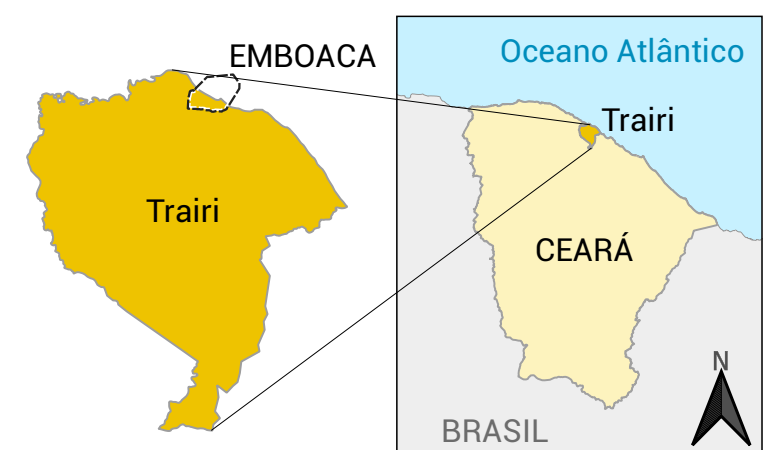
Fonte: fotos de Amanda Guimarães da Silva, Anna Erika Ferreira Lima e Antônio Jeovah Meireles e da autora (2020).



# MAPA DE DOMÍNIO DO TERRITÓRIO PELA COMUNIDADE PESQUEIRA DA EMBOACA (TRAIRI/CE)



Projeção: Universal Transversa de Mercator  
 Datum: SIRGAS 2000 / UTM zona 24S  
 Base de Dados: IBGE, 2017; Google Earth, 2017  
 Ícones: www.onlinewebfonts.com; www.gratispng.com  
  
 Parceria: Movimentos de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) e Associação Comunitária de Moradores da Emboaca (ACME)  
  
 Autoria: pessoas moradoras da comunidade de Emboaca (Trairi/CE)  
  
 Responsável Técnica: Brenda Rozendo



Legenda				
Território da Emboaca	Mata Ciliar	Curral desativado	Lavanderia comunitária	Percursos frequentes
Pista	Cursos de água	Alta densidade de vegetação de restinga	Importância histórico-cultural	Comunidade do Pé do Morro
<b>Ecozonas</b>	Lagoas	Plantas rasteiras	Lenda do navio enterrado	<b>Conflitos e impactos</b>
Pedras / Recifes Costeiros	Escoamento da Lagoa do Morro	Muricizeiros	Resquícios arqueológicos	Aerogeradores
Canal	Barro	Guajirus	Túmulo de Maria Adélia	Área degradada pelas eólicas
Praia / Faixa de Praia	Zona de repuxo	<b>Comunidade</b>	Morro do Judas	Área de posseiro
Morros / Campos de Dunas	Golfinhos	Escola	Cemitério dos anjinhos	Fixação de morro por posseiro
Alagado	Encalhe e desova de tartarugas	Igreja	<b>Agricultura familiar:</b>	Erosão marinha
Baixas / Planícies de Deflação	Grauçás	Pousada Comunitária	Área de agricultura	Campo destruído por posseiro
Cascudos / Eolianitos	Área de recarga de aquíferos	Torre de comunicação	Área de expansão da agricultura	Ameaça de resort
Alto / Dunas Fixas	Morro do Barriga de Aluguel	Casa de Apoio	Área de pesca	Prática de kitesurf
Mata / Vegetação arbóreo-arbustiva		Área construída	Áreas de lazer da comunidade	
Capoeira / Floresta de Sucessão		Área de expansão de construções		
Mangue / Manguezal				



## 5.1 Autonomia alimentar: plantas, pescas e outras ecologias

Os moradores e as moradoras da comunidade definem as ecozonas do território não só de acordo com a estrutura física, mas também considerando fatores bióticos e compreendendo a conexão entre todas as áreas, incluindo a influência de suas próprias ações sobre o ambiente. A vivência constrói um olhar tão integrado que se torna até grosseiro apresentar separadamente áreas continentais e marinhas, visto que sempre há zonas de transição que não se encaixam exclusivamente em terra ou em mar e as interações são constantes.

A dinâmica da zona costeira é bastante ativa e a observação desses movimentos é analisada de forma complexa pela ciência tradicional desses territórios. As pessoas da Emboaca conhecem seus morros, lagoas, moitas, praia, mar, e tantas diversas ecozonas dentro do ecossistema em geral abrangido neste trabalho. Sabem, portanto, a importância da conservação de determinadas áreas para manutenção dos ciclos naturais desse espaço, e que o equilíbrio desses ciclos está intrinsecamente relacionado à manutenção da autonomia alimentar de quem vive *no e do* território.

Com isso em vista, as águas não poderiam deixar de ser marcadas no mapa. Inicialmente foram identificados os três correntes e a barra, seguido pelas lagoas e depois as áreas alagadas (alagados). Inclusive, foi registrada a ocorrência de mata ciliar (Figura 10), que presta um valioso papel de proteção do curso de água. Além disso, foi circulada no mapa uma grande região de dunas móveis como sendo área de recarga de aquíferos, compreendendo a importância de respeitar os espaços essenciais à manutenção do ciclo hídrico. As águas também são as principais marcadoras da delimitação do território da Emboaca, que começa na barra e vai até o corrente do Bode e, ao sul, a demarcação segue até onde terminam os morros.

Figura 11 – Vegetação que acompanha o curso de água (mata ciliar) do Corrente da Emboaca.



Fonte: acervo pessoal (2018).

Ademais, a comunidade também marcou a presença de organismos marinhos sensíveis a desequilíbrios ambientais. Assim, registrou-se áreas onde aparecem golfinhos no mar e locais de encalhe e desovas de tartarugas na praia.

Os terrenos utilizados para agricultura familiar são chamados de *cercados*, eles ficam localizados entre os morros, em regiões de baixa. Entre os fartos coqueiros, tem plantio de melancia, de jerimum, ao lado o roçado de milho, em consórcio com feijão e, próximo ao poço – onde se cria cará –, bananeira, cana-de-açúcar e outras sementes sendo germinadas. Entre tudo isso, cultivos arbóreos, como caju, limão, siriguela, abacate em meio a muitas ervas e rasteiras nativas, além de árvores que foram consideradas importantes de se manter vivas, como o mangue-de-botão (Figura 11). Isso é só um exemplo de uma breve observação em 40 metros de caminhada na área produtiva de Flávio e Nalita.

Figura 12 – Registro do mangue-de-botão (*Conocarpus erectus* L.) registrada nas baixas do território da Emboaca (Trairi/CE).



Fonte: acervo pessoal (2018).

Além disso, também é realizada a coleta de plantas para consumo. Essas plantas estão disponíveis nos morros, nos altos, na capoeira e na mata, onde encontra-se, por exemplo, ubaias (Figura 12). As espécies de guajirus, da família Chrysobalanaceae, e de muricis, família Mapighiaceae, foram destacadas no mapa pela comunidade em legendas próprias justamente

por representar importância alimentícia, que também faz parte da cultura local. Essas espécies pertencem à vegetação de restinga, que foi demarcada no mapa nas regiões onde está presente em maior densidade, apesar de – e é importante ressaltar – haver vegetação de restinga espalhada por todo o território da Emboaca.

Figura 13 – Ubaias coletadas nas áreas de mata e capoeira, localizadas em Timbaúba, comunidade vizinha à Emboaca.



Fonte: autora (2020).

Assim, foi realizado o registro no mapa das áreas de agricultura familiar e áreas de expansão da agricultura familiar, áreas de muricis e áreas de guajirus, que devem ser garantidas como territórios de domínio da comunidade, tendo em vista a importância para a autonomia alimentar da população da Emboaca. No Quadro 2, são apresentados exemplos de plantas coletadas no território e cultivadas nos cercados ou em quintais produtivos.

Quadro 3 – Plantas coletadas e cultivadas utilizadas na alimentação da comunidade da Emboaca.

Local de coleta	Alimentos
Coletados no ambiente	Murici, murici-pitanga, ubaia, guabiraba, caju, guajiru preto, guajiru vermelho, guajiru branco, camapu.
Cultivados nos cercados	Coco, melancia, feijão-de-corda, milho, batata-doce, batata-jerimum, beterraba, jerimum, coentro, cebolinha, pimenta-de-cheiro, maxixe, caju, banana, cana-de-açúcar, mandioca, macaxeira, coentro, cebolinha, alface, couve, brócolis, manjeriçã, hortelã, capim-santo, tomate.
Cultivados nos quintais	Mamão, ata, jambo, manga, caju, romã, acerola, coco, banana, coentro, cebolinha, manjeriçã, hortelã.

Fonte: autora (2020).



Ademais, existem as plantas utilizadas nas curas naturais, utilizadas historicamente pela comunidade no tratamento de enfermidades, como visto no capítulo anterior. A presença dessas plantas, também chamadas de “remédio do mato”, está principalmente concentrada na vegetação de restinga. Há disponibilidade de plantas de ocorrência natural na zona costeira cearense, como manjerioba, xanana, pepaconha, manjerioba-do-mato, jurubeba, batiputá e guajiru (Figura 13), mas também são utilizadas plantas cultivadas, como boldo, eucalipto, hortelã, agrião, arruda e romã.

Figura 14 – Fotografia do guajiru preto (*Chrysobalanus icaco L.*) registrada nos morros da Emboaca (Trairi/CE).



Fonte: acervo pessoal (2018).

### ***5.1.1 A diversidade da pesca***

Em curta conversa ou caminhada, compreende-se que a pesca na Emboaca é muito diversa. Não se faz necessária a busca por extrair informações quando a presença da pesca está estampada no cotidiano e no modo de vida das pessoas, já que em curta caminhada se vê pessoas confeccionando e consertando artes de pesca, seja pela areia da praia, pelos quintais, na frente

das casas, pela praça ou até fazendo parte das cercas que protegem os terrenos de plantio. Mas, afinal, na Emboaca só tem pesca no mar?

A pesca marinha é muito forte na comunidade, foi relatado que os pescadores chegam a entrar até 60 km no mar. Porém, além da pesca em alto mar, existe a pesca nas pedras próximo à costa, onde há, por exemplo, a caça de polvo. No cascalho pode-se encontrar camarão e lagostas, que Alan especifica explicando que *“tem a lagosta normal, a sapata, o lagostim e a lagosta azul”* e ainda complementa afirmando que *“quando a lagosta não tá no cascalho, a gente sabe que tá na areia”*, se tratando da areia grossa.

Dentre os peixes coletados no mar, alguns exemplos são: guarajuba, bonito, ariacó, cavala, serra, arabaiana, espada, piscica, sardinha, tainha, sioba, canguito, barbudo, corama e camurupim. Na areia da praia, são capturados grauças, com presença registrada no mapa. A coleta de lodo, relatada nas entrevistas com moradores e moradoras antigas, já não é mais praticada na comunidade. A pesca no morro também sempre ocorre, principalmente quando a chuva enche lagoas e alagados. Além disso, há pesca na barra e nos correntes, onde há, por exemplo, pitú (camarão de água doce) e traíra.

Torna-se nítida, portanto, a percepção sobre o quanto a pesca é fundamental para a comunidade, e que ela não ocorre isoladamente em alguns espaços, é praticada em todo o território. Importante ressaltar que não foi bem destacado nesta pesquisa o território marinho da Emboaca, mas que necessariamente é um espaço que precisa ser garantido em fortalecimento da autonomia alimentar e, também, da cultura da comunidade, que se desenvolveu a partir da prática da pesca.

## **5.2 Mapas de memória, de brincar e coletivizar**

Existem espaços que aparentemente, para pessoas de fora desavisadas, não têm dono, ou não representa muito para o território. As memórias guardam histórias da comunidade e sua ancestralidade, sendo passadas de geração a geração a partir da oralidade. Sem nenhum registro em letras, um dos principais fatores que mantém essas memórias firmes até os dias atuais é a conservação do território, a presença viva desses espaços históricos.

O Cascudo de Baixo e o Cascudo de Cima, além de serem espaços de lazer da comunidade devido à beleza cênica da paisagem possível de ser avistada de uma altura de dezoito a vinte metros, são também potencialidades para o turismo comunitário. Ademais, eolianitos conservam memórias tanto ambientais, registrando mudanças e acontecimentos de

períodos geológicos, quanto culturais, resguardando resquícios arqueológicos de antigos grupos humanos que viveram na região.

Mas, para além tudo isso, ambos os cascudos possuem memórias passadas de geração para geração na comunidade da Emboaca. O Cascudo de Baixo possui uma lenda bastante conhecida pela população local: o navio enterrado em seu interior. E o Cascudo de Cima, localizado à leste da comunidade, foi local de construção de uma das primeiras moradias da Emboaca, a do senhor Henrique dos Santos, de acordo com as histórias contadas pelas pessoas entrevistadas.

Próximo ao Cascudo de Baixo, localiza-se o Cemitério dos Anjinhos, onde foram enterradas as crianças que morreram precocemente, local sagrado para a comunidade. Na praia, mais embaixo, está localizada a cruz que representa o túmulo de Maria Adélia, mulher morta pelo marido, assim, ficou registrado no mapa esse caso de feminicídio ocorrido na Emboaca.

Figura 15 – Final de tarde com maré seca na praia da comunidade da Emboaca (Trairi/CE).



Fonte: autora (2020).

Perpetua também na cultura da Emboaca o morro do Judas. No período da Semana Santa, é feito um ou até mais bonecos para representar o Judas. O senhor Pilá é uma das pessoas que todos os anos desenvolve essa arte para criação de um novo Judas. Após passar de casa em casa pedindo uma contribuição – que pode ser financeira ou não –, o Judas é levado para o alto de uma duna para ser vigiado. Uma boa parte da comunidade visita a vigília do Judas no morro, alguns passam pouco tempo, outros ficam por muitas horas. Sempre na companhia de música. E é por esse motivo que esse morro foi apelidado de *morro do Judas*, este que, mesmo se distanciando devido ao deslocamento eólico dos grãos de areia, é sempre revisitado.



Finalizada a vigília, no dia seguinte, o boneco do Judas é levado para a praia, onde é queimado no campo da comunidade. Esse campo é local também de muito lazer na Emboaca, além da prática cotidiana de jogos futebolísticos, também é realizada, por exemplo, a festa junina da comunidade. Aliás, a praia inteira, além de espaço de trabalho, é espaço de lazer para crianças, jovens, adultas e adultos, idosas e idosos. Quando a maré seca, é momento de jogar futebol (Figura 14) e brincar com areia, de tomar banho no mar tranquilo ou nas pequenas lagoas que se formam na faixa de praia e, quando enche, é aproveitada pelas pessoas da comunidade para a prática de surf.

Nos morros também há muita diversão. As altas dunas são muito aproveitadas pelas crianças e pela juventude que se aventura no *sandboard*, além de serem sempre favoráveis para contemplação paisagística. Já as lagoas ficam cheias no período chuvoso, tanto de água, como de pessoas da comunidade de todas as idades, que aproveitam o banho na água doce e translúcida, realizando também muitas brincadeiras (Figura 15). Nessa época, a Lagoa do Morro, a maior do território, se torna uma grande atração. Inclusive, essa lagoa fica tão cheia de água da chuva, que transborda pelo caminho entre os cascudos à leste da comunidade e até ocasionou rompimento da pista (CE-163).

Figura 16 – Diversão de moradoras e moradores da Emboaca na Lagoa da Caneta, localizada no território da comunidade.



Fonte: acervo pessoal da autora (2019).

A comunidade da Emboaca também realiza muitos eventos coletivos, como comemorações de datas importantes para a comunidade. A programação da Semana Santa, por exemplo, é cheia. Inicia na quinta-feira com vigília na igreja católica, na sexta e no sábado ocorre a vigília e a queima do Judas, como já falado, e, no domingo – chamado Domingo de

Páscoa ou de Ramos – também há missa. Abaixo, o Quadro 3 apresenta os eventos anuais da comunidade e seus respectivos locais de realização.

Quadro 4 – Eventos coletivamente realizados na comunidade de Emboaca, suas respectivas datas ou período, e os locais onde ocorrem.

<b>Data/Período</b>	<b>Evento</b>	<b>Local(is)</b>
2 de fevereiro	Homenagem a Nossa Senhora dos Navegantes	Ruas da comunidade, praia, mar e igreja católica.
Fevereiro ou Março	Carnaval	Ruas da comunidade, campo, lagoa do morro e praia próxima à barraca do Arthur;
Março ou abril	Semana Santa	Ruas da comunidade, morro, praia e igreja católica.
Maio	Dia D da família na escola	Escola.
Maio	Coroação	Igreja católica.
Última sexta de junho	Encerramento de semestre da EEFNSS com festival junino (quadrilha de São João)	Na escola e no campo.
29 de junho	Homenagem a São Pedro	Ruas da comunidade.
31 de agosto a 10 de setembro	Festa do padroeiro São Raimundo Nonato e Festa do Sagrado Coração de Jesus	Ruas da comunidade, praia, mar e igreja católica.
12 de outubro	Festa das Crianças	Escola e pousada comunitária.
31 de dezembro	Festa de encerramento/início de ano	Na praia, próximo à barraca do Artur.

Fonte: autora (2020).

Além desses eventos, também existem outras comemorações esporádicas, por exemplo, a festa da comunidade quando a Emboaca é campeã no campeonato de futebol de Trairi. Existe também a atividade anual da Semana da Limpeza, como já relatada no capítulo 3 deste trabalho, um evento no qual são utilizados espaços da EEFNSS e depois é expandindo para ruas, morros, corrente e praia da Emboaca, locais onde as pessoas da escola realizam intervenções para combater o problema do lixo na comunidade.

Como pode-se perceber, a Igreja Católica também é um importante espaço coletivo que reúne as pessoas da comunidade há muitas décadas e, por isso, foi marcada no mapa, assim como a Escola, a Pousada Comunitária e a Casa de Apoio, onde são realizadas reuniões e, principalmente, atividades voltadas para a saúde da população, como vacinações e consultas médicas.

### 5.3 Tem trilha na areia?

Como observado a partir de vários tópicos abordados nesta pesquisa, os morros da Emboaca, além de representarem locais de contemplação, lazer, prática cultural, memórias, alimentação e cumprirem funções no ciclo hídrico e ecossistêmico em geral, também são locais de passagem. Nas histórias registradas sobre o início da comunidade, houve frequentes relatos das travessias realizadas pelos morros para chegar ao mar, principalmente para a prática da

pesca. Esse fluxo de pessoas indo pescar no mar da Emboaca foi crucial para a ocupação do território e desenvolvimento da comunidade da forma em que ela se configura hoje. Então, não se sabe desde quando existem as trilhas pelos morros, mas o concreto é que – apesar de serem mutáveis de acordo com a dinâmica ambiental influente – elas sempre estão lá.

A utilização das trilhas para travessias sobre os morros ainda hoje se mantém intensa, nas entranças dos morros existem diversos caminhos que ligam a comunidade da Emboaca às plantações cultivadas nas baixas, às lagoas onde se pesca e se brinca, aos correntes, aos morros altos onde há visão panorâmica, às matas onde existem plantas coletadas para alimentação e cura e conecta a comunidade às comunidades vizinhas: Pé do Morro, Timbaúba e Peixinhos.

Além disso, ainda existem pessoas dessas comunidades próximas que realizam a travessia pelas dunas com o objetivo de alcançar a praia da Emboaca para pescar. Por isso, foram registradas algumas trilhas – não todas, pois são muitas – na cartografia social, visto que são terras de grande circulação que, na visão de quem não conhece, não aparentam ter grande importância, mas que precisam ser defendidas pois, uma hora privatizadas, muitas dessas passagens seriam interrompidas.

#### 5.4 Conflitos

Na região que abrange o cemitério dos anjinhos, o Cascudo de Baixo e o Corrente – espaços de grande importância e significado para a comunidade –, existe a ameaça de construção de *resort*<sup>10</sup>. Foi relatado nas oficinas de CS que a área é de um posseiro, porém as pessoas que moram na comunidade não sabem dizer ao certo o tamanho da posse. O conflito se torna inevitável, visto que a obra colocaria em risco todo o local, junto à memória que ele guarda. Essa região também abriga características ambientais sensíveis, consideradas como Área de Proteção Permanente (APP) pelo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) e pela Resolução Conama nº 369/2006, como vegetação de restinga, curso hídrico e mata ciliar.

Aditivamente, é essencial ressaltar que já foi encontrado resquício arqueológico nesse espaço, indicando ser área de sítio arqueológico, onde há a materialização de memórias históricas e ancestrais de grupos que vivenciaram o lugar no passado. Assim, o local de intenção do empreendimento foi demarcado na cartografia social como “ameaça de *resort*”, na região

---

<sup>10</sup> Consiste em um equipamento turístico de grande infraestrutura – característica comumente empregada no turismo de massa – que proporciona, além do espaço de hotel, descanso e diversão à sua clientela.

onde foram também indicados os aspectos socioculturais e ecossistêmicos tão importantes para a comunidade.

Um grande exemplo de forma sustentável de oferta de serviços turísticos é o Turismo Comunitário, onde essa atividade pode converter-se a uma complementação na renda da economia local, sob a premissa básica de ser desenvolvido e gerido pelas próprias pessoas moradoras da comunidade, que também devem estabelecer limites dessa atividade no território (GUZMÁN-LÓPEZ; BORGES; CASTILLO CANALEJO, 2011). No Ceará existem trabalhos nesse sentido, como a Rede Tucum – Rede Cearense de Turismo Comunitário, presente nos assentamentos de Coquerinho e Maceió, na terra indígena Jenipapo-Kanindé e nas comunidades de Batoque, Caetanos de Cima, Curral Velho, Ponta Grossa, Prainha do Canto Verde, Tatajuba, Tremembé e Vila da Volta (INSTITUTO TERRAMAR, 2017) e, na Emboaca, já existem iniciativas próximas a esse modelo, a exemplo da Pousada Comunitária Corais do Mar.

No ano de 1987, um proprietário de uma grande escola particular de ensino infantil, fundamental, médio e superior em Fortaleza (CE), apareceu com uma documentação e tomou posse de um grande espaço de terra dentro do território da Emboaca, abrangendo inclusive outras comunidades do distrito de Canaã. Antes disso, um local dentro dessa grande terra apossada já estava sendo utilizado coletivamente por várias comunidades da região: o campo de futebol no Pé do Morro. Nos anos oitenta, pessoas dessas comunidades se juntaram para arrancar a mata manualmente e, assim, fizeram seu próprio espaço público de lazer para brincadeiras, treinos e campeonatos de futebol, fundado em 1982.

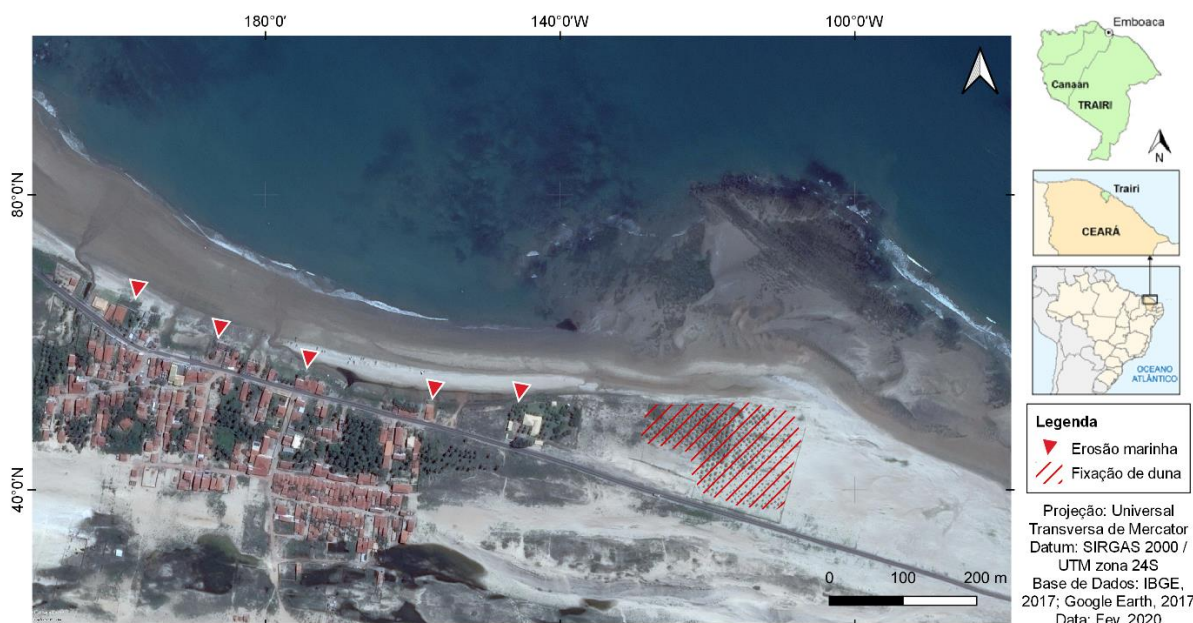
Inicialmente, o posseiro não gerou tantos conflitos na comunidade, pois não havia cercado todo o terreno, tendo construído apenas uma casa na beira da praia aparentemente para descanso, e concedeu “permissão” às pessoas moradoras locais que continuassem utilizando o campo de futebol que elas mesmas construíram antes de sua chegada. Porém, a comunidade da Emboaca cresceu e passou a ter que construir suas casas para cima dos morros, já que o espaço à leste estava privatizado desde a praia até a zona de tabuleiro.

Posteriormente, o posseiro plantou coqueiros para fixar dunas cujo percurso atravessa sua terra. Tal intervenção ocasiona a intensificação da erosão marinha na praia em frente à comunidade, pois, devido à fixação por plantio de coqueiros, as dunas não estão mais suprindo a recarga de sedimentos a oeste (Figura 16), diminuindo a formação de dunas frontais em frente à comunidade. Essa observação foi relatada por um pescador durante a primeira oficina de cartografia social:

*“Essa parte aqui é uma parte da duna móvel que é muito importante pra comunidade, onde tem um cercado de coqueiro aqui, ó. Aqui é uma corrente de areia que vai lá*

*pra baixo, muito importante pra comunidade, que abastece a frente de areia. É o que defende a... que alimenta todos os anos, no período da tormenta, alimenta a frente, cria morro, faz barricada. Aí, hoje, que fizeram esse cercado de coqueiro aqui, aí matou a duna. Aqui é uma duna móvel, ela vem da barra, lá de cima. [...] Ela passa aqui, ó. Ela vem e passa por aqui assim, na frente da casa dele. Aí ela desse aqui, ó. [...] Tá causando impacto, né? Porque nas maré medonha tem o avanço do mar. Porque normalmente, anterior, quando tinha as maré grande, tinha areia acumulada na beira da praia pro mar tirar, né? E agora num tem mais! Quando a maré grande vem, entra com tudo.” (pescador morador da Emboaca, 2020)*

Figura 17 – Ilustração dos impactos da erosão costeira ocasionada pela fixação de duna através do plantio de coqueiros realizado por posseiro na comunidade de Emboaca (Trairi/CE).



Fonte: elaboração da autora, com base de dados do IBGE (2017) e Google Earth (2017).

Como explica o pescador, as dunas frontais, depositadas pelo vento entre a faixa de praia e a área construída da comunidade no período da tormenta<sup>11</sup>, são essenciais para amortecer o impacto da erosão marinha, principalmente nos momentos em que há maior avanço do mar. Além de ser ruim para as construções da comunidade mais próximas à praia, isso impacta até mesmo na pesca, pois os pescadores precisam encontrar outro local para atracar seus barcos, visto que o espaço de areia está sendo cada vez mais inundado. Portanto, as indicações de “erosão marinha” na legenda do mapa estão posicionadas no espaço de “conflitos e impactos”, por haver estreita relação com a “fixação de morro por posseiro”.

<sup>11</sup> Na Emboaca, entende-se por “período da tormenta” a época em que predominam ventos fortes, ou seja, de maior velocidade. Os ventos fortes favorecem a movimentação de dunas móveis, incluindo as dunas frontais, que protegem a comunidade da erosão marinha.



Outro conflito com o mesmo posseiro foi quando ele decidiu, em 2020, que não permitiria mais a utilização pública do campo de futebol localizado dentro de sua posse alegando que suas terras estavam sendo invadidas. Assim, ele enviou pessoas protegidas por policiais militares alegando possuir mandado judicial, para escavar no centro do campo com trator de forma a inutilizar o espaço (Figura 17). Tal atitude do posseiro gerou uma certa revolta e tristeza em muitas pessoas moradoras locais, como Madson, que comentou: “*ele fez só de maldade*”.

Figura 18 – Campo construído por várias comunidades sendo escavado com trator à mando do posseiro na comunidade de Pé do Morro.



Fonte: imagem registrada por morador local (2020).

As comunidades tentaram recorrer para a Prefeitura de Trairi na esperança de recuperar o campo, porém o então prefeito não quis se posicionar frente à situação. Em consulta junto ao Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar, órgão da Assembleia Legislativa do Ceará, localizada em Fortaleza (CE), moradores locais descobriram que não havia abertura de processo por parte do posseiro para a situação em questão e, portanto, não há possibilidade de ele ter portado mandado judicial no momento de escavação do campo. Assim, foi marcado no mapa a indicação do memorável campo do Pé do Morro sob a legenda: “campo destruído por posseiro”.

Acerca da instalação de usina eólica no território da Emboaca, participantes das oficinas marcaram a área diretamente impactada como “área degradada pela eólica”, compreendendo as mudanças que ocorreram naquela região, onde o empreendimento

simplesmente passa por cima de todo o ambiente com suas vias de acesso para a instalação dos aerogeradores (Figura 17). A região da usina, localizada nos morros, sempre foi utilizada pelas comunidades locais que transitam pelos campos de dunas, a exemplo de pessoas da Emboaca que visitam o morro do Barriga de Aluguel e pescadores que moram na comunidade de Peixinhos (Trairi/CE) e vão pescar na Emboaca. Além disso, foi relatada por uma moradora a explosão de um aerogerador no local, porém, a área onde foram implementadas as eólicas, como pode-se observar na Figura 18, não possui nenhuma medida de segurança para evitar acidentes.

Figura 19 – Via de acesso aos aerogeradores construídas em meio ao campo de dunas da Emboaca (Trairi/CE).



Fonte: acervo pessoal da autora (2018).

“A gente escuta lá, dependendo de como está o vento” – relatou Rosali (2020). A moradora explica que, por vezes, quando há variações na velocidade e direção do vento, escuta um pouco as eólicas, fatores também observados por Evans e Cooper (2012) como intensificadores dos ruídos emitidos pelos aerogeradores. Além disso, também foi relatada interferência no sinal de telefonia, havendo maior dificuldade de realizar e receber chamada telefônica após a instalação do empreendimento. Porém, o que incomoda ainda mais pessoas da comunidade é a poluição visual, ou seja, a interferência na paisagem. No momento de contemplação ao pôr-do-sol, por exemplo, os aerogeradores preenchem a paisagem natural visualizada, como mostra a Figura 19.

A instalação da usina eólica no território da Emboaca destruiu ambientes enquadrados no Código Florestal como sendo Área de Proteção Permanente (APP), como lagoas e vegetação de restinga. No entanto, de acordo com o RIMA apresentado pela empresa, o empreendimento usou a justificativa de “utilidade pública”, expressa nos termos do Art. 4º do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) e do Art. 1º da Resolução Conama nº 369/2006. Importante ressaltar também que a audiência pública obrigatória para a implementação do empreendimento ocorreu na sede de Trairi (CE), porém poucas pessoas da comunidade ficaram sabendo e o evento não ocorreu no intuito de consulta pública, mas simplesmente de informar que a usina seria instalada. Tal informação foi relatada por uma moradora da Emboaca.

Figura 20 – Impacto visual dos aerogeradores localizados na Emboaca (Trairi/CE) registrado no horário em que o sol se põe.



Fonte: acervo pessoal da autora (2018).

Por volta de oito anos atrás, o aumento da prática do *kitesurf* por turistas já havia gerado um certo conflito na praia da Emboaca, assim como em outras praias de comunidades pesqueiras, como na Pedra do Sal (Parnaíba/PI) (SILVA; SANTOS, 2017) e Barra Grande (Cajueiro da Praia/PI) (RODRIGUES; BRAGA; FILHO, 2019). O ápice desse conflito ocorreu quando um esportista atingiu uma criança que se banhava na praia, o que gerou revolta por parte de moradores locais, que passaram a não permitir mais a prática do esporte no território da comunidade. Após alguns anos, em 2017, pessoas de fora do estado do Ceará abriram uma barraca de praia na Emboaca que, além de funcionar como bar e restaurante, lançou-se com a

proposta de servir de apoio a turistas praticantes de *kitesurf* e oferecer aulas [pagas] para seus clientes aprenderem a praticar o esporte. Assim, novamente houve a inserção do *kitesurf* na comunidade.

No entanto, algumas pessoas banhistas têm receio de entrar no mar com medo de serem atingidas pelos praticantes de *kitesurf*. O fato de haver também praticantes em fase de aprendizagem manejando o equipamento na areia e no mar, aumenta ainda mais a probabilidade de ocorrer acidentes. E, de acordo com pescadores, a prática de esporte também atrapalha a pesca, pois os *kitesurfistas* circulam livremente, sem, pelo menos, manter distância adequada dos pescadores em mar. Essa reclamação também foi explanada por um surfista morador da Emboaca: “*ai quando a gente vai pegar as ondas, os cara falta passar por cima da gente. Tem vez que a gente quase não pega onda*” (Olavo, 2020), que também fez questão de destacar que não há conflito com os *kitesurfistas* moradores locais, pois estes respeitam os espaços coletivos de lazer e da pesca.

Sobre essa questão do *kitesurf*, uma alternativa apresentada por moradores e moradoras da Emboaca foi o diálogo com os praticantes para delimitar uma área para o esporte. Assim, a ideia é destinar um espaço onde seria permitida a prática de *kitesurf* para que sejam amenizados os conflitos em áreas comumente utilizadas por banhistas, surfistas, pescadores e pescadoras da comunidade. Tal alternativa foi utilizada, por exemplo, no Parque Nacional de Jericoacoara (CE), onde o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) demarcou e sinalizou com placas e boias as zonas liberadas ou proibidas para a prática do esporte náutico (BRASIL, 2012).

Em uma oficina de cartografia, foi relatado que uma pessoa proprietária de uma barraca-de-praia na Emboaca não permitia que os pescadores deixassem sua embarcação e material de pesca na faixa de praia em frente ao seu estabelecimento. Moradores afirmaram que essa prática é comum em Flecheiras (Trairi/CE), a comunidade vizinha onde o turismo de massa foi amplamente instalado. Porém, após a oficina, a situação foi resolvida na comunidade da Emboaca, onde os pescadores decidiram não admitir que seu direito ao espaço da praia seja negado.

## **5.5 Questionamentos e demandas**

Como dito anteriormente, o conhecimento cognitivo das comunidades tradicionais não é algo estagnado em tempos passados; mesmo mantendo e valorizando a sabedoria ancestral, ele se transforma. Assim como o ambiente costeiro apresenta suas mudanças, as

vivências locais acompanham essas transformações e desenvolvem percepções acerca das modificações manifestadas por um sistema aberto, sujeito a distintas interferências, inclusive socioeconômicas e culturais. Nesta seção, portanto, são apresentadas demandas da comunidade relativas a adaptações importantes para o bem-viver da comunidade.

Atualmente, uma das principais formas de escoamento da produção é a venda do pescado para atravessadores<sup>12</sup>. No entanto, nessa cadeia econômica, o pescado acaba sendo vendido por baixos preços por quem pesca, havendo desvalorização do trabalho exercido por essas pessoas. A partir dessa análise realizada pela população pesqueira, a comunidade da Emboaca demanda a construção de um mercado comunitário para venda direta do pescado por pescadoras e pescadores artesanais ao público geral.

Além disso, a disponibilização de gelo também é muito importante para a pesca, pois os pescadores utilizam gelo cotidianamente para conservar o pescado em alto mar, sobretudo durante o período chuvoso, temporada em que costumam permanecer no mar durante dias. Para tanto, os pescadores da Emboaca precisam se deslocar até Mundaú (Trairi/CE) para adquirir a barra de gelo<sup>13</sup> por valor acessível, pois não há fábrica de gelo na comunidade, o que aumenta o custo e o trabalho. Por isso, seria importante a fabricação do gelo na Emboaca.

Algo que gera muito incômodo para as pessoas moradoras da Emboaca é a especulação imobiliária, representada pela venda de terra irregular para pessoas e empresas de fora da comunidade. *“Nesses terrenos que estão sendo ocupados, os moradores plantam, né? Por isso que deveria ser preservado, poderia ter uma forma de impedir que esse povo vendesse”* – relatou Ramira demonstrando sua preocupação com a perda de terras importantes para a autonomia da comunidade e sua reivindicação por soluções que possam combater essa especulação.

A comunidade reconhece que seu território é bastante visado por empresas do ramo de turismo e energia, portanto compreende a importância da regularização fundiária, configurando essa mais uma demanda local. A defesa das áreas de morros (campos de dunas) e baixas (planícies de deflação) da Emboaca é essencial para o planejamento futuro da comunidade. Tanto visando a expansão de moradias com o aumento populacional, como também as áreas de plantios para garantia da autonomia alimentar das pessoas moradoras.

---

<sup>12</sup>Atravessadores são negociantes que compram para vender, ou seja, são agentes intermediários na cadeia econômica da comercialização.

<sup>13</sup> Para conservação do pescado nas embarcações em alto mar, é preciso que o gelo seja em barra pois o tempo de derretimento é maior.

Além disso, como informa o relatório do IPCC divulgado em 2019, as regiões mais próximas da costa devem sofrer cada vez mais impactos devido ao aumento do nível médio do mar aliado a eventos nos quais o mar alcança níveis extremos (OPPENHEIMER *et al.*, 2019). O documento indica que, futuramente, eventos extremos do nível do mar serão mais frequentes e que, portanto, é imprescindível considerar essa situação no planejamento costeiro e na tomada de decisões, sendo aconselhável a preparação de um sistema de monitoramento para compreensão desses eventos.

O aumento do número de casas na comunidade, principalmente em cima dos morros, trouxe uma preocupação para moradoras e moradores: a qualidade das águas de seus poços. A população traz esse questionamento sobre como manter a água adequada para uso geral em suas casas, já que muitas pessoas não possuem renda suficiente para arcar com as despesas da água tratada do Sisar. Algumas pessoas inclusive já pensaram em buscar estratégias através do sistema individual de fossa ecológica, mas precisam de assessoria técnica e financiamento para execução.

A Pousada e Restaurante Corais do Mar, administrada por famílias da Emboaca, foi construída com o objetivo de fortalecer o comércio local e o turismo comunitário, o que favorece uma distribuição de renda para a comunidade. No entanto, são altos os custos para manter o espaço enquanto ainda não foi totalmente estabilizada a gestão e geração de lucro da pousada. Por isso, existe a demanda de instalação de placas solares para diminuir esses custos e garantir maior autonomia energética para o equipamento comunitário.

O futebol é muito valorizado na comunidade, um esporte que traz lazer para crianças, jovens, adultas e adultos, idosas e idosos. A Lei Orgânica do Município de Trairi descreve que o município deve incentivar atividades físicas e culturais, além de prover equipamentos necessários para a realização dessas atividades, como indicado no Art. 145:

Art. 145 – É dever de Município apoiar e incentivar, com base nos fundamentos da educação física, o esporte, a recreação, o lazer, a expressão corporal, como formas de educação e promoção social e como prática sociocultural e de preservação da saúde física e mental. (NR ELOM N° 001/2014)

Parágrafo Único – O Município destinará recursos orçamentários para incentivar: (NR ELOM N° 001/2014)

I - o esporte formação, o esporte participação, o lazer comunitário, e, na forma da lei, o esporte de alto rendimento; (NR ELOM N° 001/2014)

II - a prática da educação física como premissa educacional; (NR ELOM N° 001/2014)

III - a criação e manutenção de espaços próprios e equipamentos condizentes às práticas esportivas, recreativas e de lazer da população. (NR ELOM N° 001/2014)

(TRAIRI, 2014)

De acordo com o Art. 30 da Constituição Federal (1988), a prestação do serviço de iluminação pública é de responsabilidade da prefeitura municipal (BRASIL, 1988). Porém, o

campo da comunidade nunca é reformado, possuindo altos e baixos, alagando em período chuvoso, além de não ser recoberto totalmente por grama. Após muita reivindicação, a comunidade conseguiu refletores para a prática noturna do esporte há cerca de cinco anos, porém, a conta de energia é destinada à ACME, que divide o custo através de cotinha com as pessoas que utilizam o campo com frequência para a prática de esporte.

No início do ano de 2020, em negociação com a prefeitura de Trairi após a inativação do campo do Pé do Morro pelo posseiro, ocorreu a promessa por parte do então prefeito para fazer um campo novo no morro. Após meses sem o cumprimento da promessa, o prefeito anunciou que iria pedir reintegração de posse para tornar público novamente o campo do Pé do Morro, no entanto, de 2020 para 2021, ocorreu a eleição e posse de outro prefeito e o processo se encontra parado. Assim, é importante destacar neste trabalho que é sempre manifestada a reivindicação da comunidade por um espaço adequado à prática de futebol.

Importante destacar que o registro de alguns questionamentos e demandas apresentados nesta pesquisa não afirma a inexistência de outros. Além disso, são questões bastante dinâmicas, que podem sofrer mudanças, transformações, atualizações ou até mesmo deixar de existir em decorrência de resoluções ou outros acontecimentos. No entanto, para compreensão das realidades aqui escritas, é imprescindível que sejam ouvidas as vozes de quem vive na comunidade, incluindo suas demandas e questionamentos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De certo que há muito para registrar sobre a Emboaca, são histórias, costumes, ciências e relações sociais e espirituais tão ricas que pouco, apesar de muito, foi trazido para este trabalho. Os registros das histórias contadas sobre a ocupação do território pela comunidade, a organização do espaço social e as relações construídas entre as pessoas e o ambiente costeiro expressam imensa afetividade dessas pessoas com a Emboaca e suas adaptações desenvolvidas a partir de saberes passados de geração para geração que continuam em constante transformação.

As narrativas apresentadas por troncos velhos da Emboaca expressaram memórias sobre o início da ocupação do território e seu desenvolvimento, registrando a pesca como fator principal desse processo. Além disso, a partir das entrevistas, a pesquisa anotou transformações socioambientais experienciadas pela comunidade e diversos conhecimentos ancestrais, bem como adaptações desenvolvidas por sua ciência tradicional. Assim, também foi possível a compreensão da estreita relação entre os costumes socioculturais da Emboaca e a conservação de ciclos e elementos naturais do território.

A comparação entre as linguagens emicista e eticista sobre definições de ambientes foi plausível, porém dificultada em algumas ecozonas devido às diferenças na forma de ver e sentir o território, não havendo obrigatoriamente equivalência única entre as segmentações e nomeações estabelecidas no conhecimento acadêmico e no tradicional. Todavia, foi possível estabelecer um diálogo entre as duas ciências, de forma a tornar minimamente entendível os aspectos das unidades ambientais em ambas as linguagens.

A cartografia social trouxe muitas informações sobre a presença da comunidade da Emboaca em seu território, demonstrando usos, ocupações e memórias. Assim, também houve breve apresentação da biodiversidade local, porém, é importante ressaltar que não foi realizado estudo aprofundado de fauna e flora, e que, é impossível registrar tamanha diversidade integralmente apenas com relatos em algumas oficinas e alguns meses de vivência. Portanto, é necessária a realização de mais estudos sobre o meio biótico do lugar, bem como sobre os tipos de solos, dentre outros componentes ambientais.

A constante companhia de moradoras e moradores da Emboaca na construção e desenvolvimento deste trabalho foi um fator não somente enriquecedor, mas essencial para que o trabalho pudesse alcançar uma compreensão profunda sobre a relação da comunidade com o ambiente e ainda ser capaz de gerar resultados demandados pela comunidade. Já que ninguém



conhece melhor o território do que suas moradoras e seus moradores, aconselha-se que haja o máximo acompanhamento de pessoas locais para guiar pesquisas etnoscificas.

O atendimento de algumas demandas locais deu uma força a mais na articulação já existente da comunidade, não só pelos resultados, mas por todo o processo de rememorar histórias e visualizar coletivamente o território e suas principais questões. Esse movimento coletivo de realizar o registro das memórias sobre a Emboaca e as oficinas de cartografia social gerou diversos diálogos, impulsionou a participação da comunidade em espaços burocráticos de reivindicação de direitos, estreitou laços e incentivou a construção de muitas ideias para utilização do material gerado nesta pesquisa em benefício do território pesqueiro. Espera-se que esse apoio ao protagonismo social na gestão comunitária tenha incentivado positivamente a comunidade frente ao enfrentamento de conflitos ambientais e na busca pelo bem-viver.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Introdução: o debate sobre cartografia e processos de territorialização - anotações de leitura. *In: ACSELRAD, H. et al. (org.). Cartografias sociais, lutas por terra e lutas por território*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional, 2015. p. 8-29.
- ACSERALD, H. (org.). **Cartografias Sociais e Territórios**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.
- AGNEW, J.; OSLENDER, U. Territorialidades superpuestas, soberanía en disputa: lecciones empíricas desde América Latina. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 13, p. 191-213, dez. 2010. ISSN 1794-2489.
- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. 236 p.
- ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de *et al.* Medicinal and magic plants from a public market in northeastern Brazil. **Journal of ethnopharmacology**, v. 110, n. 1, p. 76-91, 2007.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.
- AMADO, Janaína. Nós e o espelho. *In: ALBERTI, V.; FERNANDES; T. M.; FERREIRA, M. M. (org.). História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 204 p. ISBN 85-85676-84-1.
- AMOROZO, M. C. M.; MING, L. C.; SILVA, S. M. P. (ed.). **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. Rio Claro: UNESP/CNPq, 2002.
- ANDRADE, Isis Leite Medeiros Mascarenhas *et al.* Espécies arbóreas utilizadas por pescadores para a construção de jangadas, Área de Proteção Ambiental Costa de Itacaré-Serra Grande, Bahia, Brasil. **Rodriguésia**, [s. l.], v. 67, n. 1, p. 45-54, mar. 2016.
- ANGELIS, Igor d’; MOURA, Gilson. O cenário social, econômico e ambiental da pesca artesanal em uma comunidade no litoral paraibano. **Revista Eletrônica do PRODEMA**, Fortaleza, v. 10, n. 2, p. 62-75, jul. 2016.
- BALDISSERA, Adelina. Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 7, n. 2, p. 5-25, ago. 2001.
- BASILIO, Thiago Holanda; GARCEZ, Danielle Sequeira. A pesca artesanal no estuário do rio Curu, Ceará-Brasil: saber local e implicações para o manejo/The artisanal fishery in the Curu river estuary, Ceará Brazil: local knowledge and implications for its management. **Acta of Fisheries and Aquatic Resources**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 42-58, 2014.
- BEGOSSI, Alpina; HANAZAKI, Natalia; SILVANO, Renato Azevedo Matias. Ecologia humana, etnoecologia e conservação. *In: AMOROZO, M. C. M.; MING, L. C.; SILVA, S. M.*

P. (ed.). **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. Rio Claro: UNESP/CNPq, p. 93-128, 2002.

BERKES, Fikret *et al.* **Gestão de pesca de pequena escala: diretrizes e métodos alternativos**. KALISKOSKI, Daniela C. (org. da versão em português). Tradução de Ronaldo Costa. Rio Grande: Editora FURG, 2006. Título original: *Managing Small-scale Fisheries Alternative Methods and Directions*.

BEZERRA, Dandara M. M. *et al.* Estratégias e técnicas de pesca influenciadas pelas marés, ciclo lunar e ventos. *In: MOURÃO, José da Silva; BEZERRA, Dandara Monalisa Mariz.* (org.) **Etnobiologia, etnoecologia e pesca artesanal**. Campina Grande: EDUEPB, 2016. 416 p.

BORGONHA, Maíra. **A “arte do mar”**: ciência dos pescadores da Caponga, litoral do Ceará. 2008. 213 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

BRAGA, Miguel Sávio de Carvalho. **Embarcações a vela do litoral do Estado do Ceará: construção, construtores, navegação e aspectos pesqueiros**. 2013. 342 p. Tese (Doutorado em Ciências Marinhas Tropicais) – Instituto de Ciências do Mar, Universidade Federal do Ceará, PPGCMT, Fortaleza, 2013.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, atualizada até a Emenda Constitucional nº 107, de 2020. Brasília, DF: Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 27 jan. 2021.

BRASIL. Decreto nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF, 7 fev. 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm). Acesso em: 08 ago. 2019.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Icmbio). Ministério do Meio Ambiente. **Jericoacoara sinaliza áreas para a prática de esportes náuticos**. 2012. Comunicação ICMBio. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/3244-jericoacoara-sinaliza-areas-para-a-pratica-de-esportes-nauticos>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 / Ministério do Meio Ambiente. – Brasília: MMA/SBF, 2011. 76 p.

BRITO, Daguiete Maria Chaves *et al.* Conflitos socioambientais no século XXI. **PRACS**: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, n. 4, p. 51-58, nov. 2011.

CAMPOS, Marcio D’Oliveira. Etnociência ou etnografia de saberes, técnicas e práticas? *In: AMOROZO, M. C. M.; MING, L. C.; SILVA, S. M. P.* (ed.). **Métodos de coleta e análise de**

**dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas.** Rio Claro: UNESP/CNPq, p. 47-92, 2002.

CARDONA, G. R. **La Foresta di Piume, Manuale de Etnoscienza.** Roma: Laterza, 1985.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura de; GRÜN, Mauro; TRAJBER, Rachel (org.). **Pensar o Ambiente:** bases filosóficas para a Educação Ambiental. Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2006.

CASAL, Francisco Cousiño; SOUTO, Francisco Bezerra. Conhecimentos etnoecológicos de pescadores da RESEX marinha Baía do Iguape sobre ecologia trófica em ambiente de manguezal. **Ethnoscientia**, [s. l.], v. 3, p.1-18, 4 mar. 2018.

CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Secretaria do Planejamento e Gestão. **Perfil básico municipal 2016.** Trairi. 2016. Disponível em: [http://www.ipece.ce.gov.br/perfil\\_basico\\_municipal/2016/Trairi.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/perfil_basico_municipal/2016/Trairi.pdf). Acesso em: 4 out. 2017.

CHAVES, Leilane Oliveira; BRANNSTROM, Christian; SILVA, Edson Vicente da. Energia eólica e a criação de conflitos: ocupação dos espaços de lazer em uma comunidade no nordeste do Brasil. **Sociedade e Território**, Natal, v. 29, n. 2, p. 49-69, jul./dez. 2017.

COSTA, Ana Clara Giraldo; MURATA, Afonso Takao. A Problemática Socioambiental na Unidades de Conservação: conflitos e discursos pelo uso e acesso aos recursos naturais. **Sustentabilidade em Debate**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 86-100, 30 abr. 2015. Editora de Livros IABS.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, USP, 2000. 161 p.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana (org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil.** São Paulo: PROBIO/MMA, NUPAUB/USP, fev. 2000. 211 p.

DIEGUES, Antonio Carlos. Conhecimentos, práticas tradicionais e etnoconservação da natureza. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s. l.], v. 50, Seção especial: Diálogos de Saberes Socioambientais: desafios para epistemologias do Sul, p. 116-126, abr. 2019.

EGG, Ezequiel Ander. **Repensando la investigación-acción-participativa.** México: El Ateneo, 1990.

EVANGELISTA, Ana Nery Amaro *et al.* A construção de mapas sociais para o reconhecimento dos problemas ambientais e a busca da qualidade de vida da comunidade da praia das Fontes, Beberibe – Ceará. *In: V CBEAGT.* Curitiba: Programa de Pós-graduação em Geografia, UFPR, v. 11, n. 1, p. 84-98, jul. 2016.

EVANGELISTA-BARRETO, Norma Suely *et al.* Indicadores socioeconômicos e percepção ambiental de pescadores em São Francisco do Conde, Bahia. **Bol. Inst. Pesca**, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 459-470, 2014.

EVANS, T; COOPER, J. Comparison of predicted and measured wind farm noise levels and implications for assessments of new wind farms. **Journal Acoustics Australia**, v. 40, n. 1, p. 28-36, abr. 2012.

FARIAS, Camila Mota. Memórias dançantes: a (re)invenção de uma tradição por grupos de coco de mulheres no Cariri – CE. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 51-59, 27 out. 2014. Universidade Estadual de Campinas.

FERGUSON, Michael A. D.; MESSIER, François. Collection and Analysis of Traditional Ecological Knowledge about a Population of Arctic Tundra Caribou. **Arctic**, [s. l.], v. 50, n. 1, p. 17-28, mar. 1997.

FLORENZANO, Teresa Gallotti (org.). **Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais**. 1. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 320 p. ISBN 978-85-86238-65-9.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da pesquisa-ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

FRANCO, Paki Venegas; CERVERA, Julia Pérez. **Manual para o uso não sexista da linguagem**: o que bem se diz... bem se entende. Ciudad de México: Aliusprint S.A. de C.V., 2006. 73 p. (3). Tradução de: Beatriz Cannabrava. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/manual-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem>. Acesso em: 13 out. 2020.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. 142 p. ISBN 85-98292-93-1.

GEERTZ, Clifford. Os usos da diversidade. **Horizontes Antropológicos**, [s. l.], v. 5, n. 10, p. 13-34, mai. 1999.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**, [s. l.], v. 12, n. 24, p. 149-161, 2003.

GOOGLE. Google Earth Pro. 2015. Emboaca. Disponível em: <http://www.google.com.br/earth/download/gep/agree.html>. Acesso em: 5 out. 2017.

GORAYEB, Adryane *et al.* Wind-energy Development Causes Social Impacts in Coastal Ceará state, Brazil: The Case of the Xavier Community. **Journal of Coastal Research**, [s. l.], v. 75, n. 1, p.383-387, 3 mar. 2016.

GUARIZA, Nadia Maria. Da aceitação da norma à criação nas margens: a subjetividade feminina nas associações católicas. *In*: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (edit.). **Oralidades: Revista de História Oral**. São Paulo: NEHO, v. 4, n. 8, jul/dez. 2010. p. 122-138.

GUZMÁN-LÓPEZ, Tomás; BORGES, Osvaldo; CASTILLO CANALEJO, Ana María. Desarrollo económico local y turismo comunitario en países en vías de desarrollo. Un estudio de caso. **Revista de Ciencias Sociales**, Maracaibo, FACES-LUZ, v. 17, n. 3, jul/set. 2011. p. 432-446. ISSN 1315-9518.

INSTITUTO TERRAMAR (Ceará). **Rede Tucum**: das ondas do mar aos quintais da vida. 1. ed. Fortaleza: Instituto Terramar, 2017. 156 p. ISBN: 978-85-64744-10-3.

JOVENTINO, Fátima Karine Pinto; MAYORGA, Maria Irles de Oliveira. Diagnóstico socioambiental e tecnológico da carcinicultura no município de Fortim, Ceará, Brasil. **Revista Eletrônica do Prodepa**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 80-96, jun. 2008. ISSN 1982-5528.

LANDIM NETO, Francisco Otávio *et al.* Educação ambiental e extensão universitária: conservação e preservação dos recursos naturais da comunidade de Mundaú-Trairi/Ceará. **Extensão em Ação**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 15-25, jan. 2013.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, p. 87-155, 2000.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TRAIRI (Município). Trairi, Disponível em: [https://www.trairi.ce.gov.br/arquivos/305/\\_001\\_2014.pdf](https://www.trairi.ce.gov.br/arquivos/305/_001_2014.pdf). Acesso em: 27 jan. 2021.

LEITÃO, Wilma M. **O Pescador Mesmo - um estudo sobre o pescador e as políticas de desenvolvimento da pesca no Brasil**. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.

LIMA, Grácia Lopes; MELO, Teresa. Educomunicação e meio ambiente. *In*: MELLO, Soraia S. de; TRAJBER, Rachel. (coords.) **Vamos cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

LIMA, Maria do Céu. Pescadoras e pescadores artesanais do Ceará: modo de vida, confrontos e horizontes. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, [s. l.] v. 5, n. 10, p. 39-54, 2006.

LOUREIRO, Caroline Vitor; GORAYEB, Adryane. O turismo comunitário na zona costeira do Ceará, Brasil. **Ciência e Sustentabilidade**, Juazeiro do Norte, v. 3, n. 1, p. 58-73, jun. 2017.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação Ambiental Crítica: contribuições e desafios. *In*: MELLO, Soraia S. de; TRAJBER, Rachel. (coords.) **Vamos cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

MACIEL, Marcos Paulo Vasconcelos; BARROSO, Raimundo Oswald Cavalcante; VECCHIO, Rosângela Couras del. Composições musicais do Povo Tremembé da Barra do Mundaú, cantadas e dançadas no ritual Torém. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, [s. l.], p. 1-27, jul. 2019. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/caribe/2019/07/composicoes-musicais.html>. Acesso em: 3 jan. 2021.

MANESCHY, M. C.; ALENCAR, E.; NASCIMENTO, I. Pescadoras em busca de cidadania. *In*: ALVARES, M; L; D'INCAO, M. A (org.). **A mulher existe?** Uma contribuição ao estudo

da mulher e gênero na Amazônia. Belém, PA: GEPEM/Museu Paraense Emílio Goeldi, 1995. p. 81-96.

MANESCHY, Maria Cristina. Da Casa ao Mar: papéis das mulheres na construção da pesca responsável. **Proposta**, [s. l.], n. 84/85, p. 82-91, ago. 2000.

MARQUES, José Geraldo W. O olhar (des)multiplicado. O papel do interdisciplinar e do qualitativo na pesquisa etnobiológica e etnoecológica. In: AMOROZO, M. C. M.; MING, L. C.; SILVA, S. M. P. (ed.). **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. Rio Claro: UNESP/CNPq, 2002. p. 31-46.

MARQUES, José Geraldo W. **Pescando pescadores: ciência e etnociência em uma perspectiva ecológica**. 2 ed. São Paulo: NUPAUB-USP; Rio de Janeiro: Fundação Ford, 2001.

MARQUES, José Geraldo W. **Pescando pescadores: uma etnoecologia abrangente no baixo São Francisco**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995. 304 p.

MARTINS, M. B.; VASCONCELOS, F. P.; SILVA, E. V. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável em Áreas Turísticas: O caso da APA das Dunas da Lagoinha, Paraipaba, Ceará. **Scientia Plena**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 1-10, fev. 2013.

MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade; ALMEIDA, Beatriz França Machado Alves de; GORAYEB, Adryane. Mapas sociais: a territorialização da cartografia de domínio popular. In: BASTOS, Clara *et al.* (org.). **O trabalho das ruínas: genealogias, ficções (Re)montagens**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019.

MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade *et al.* Socio-environmental impacts of wind farms on the traditional communities of the western coast of Ceará, in the Brazilian Northeast. **Journal Of Coastal Research**, [s. l.], v. 65, p. 81-86, 2 jan. 2013.

MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade. **Geomorfologia costeira: funções ambientais e sociais**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014. 489 p. ISBN: 978-85-7485-168-6

MENDES, Jociléa de Sousa *et al.* Os grandes empreendimentos e as comunidades tradicionais: o caso da comunidade de Mundaú - Trairí, Ceará. **Revista Monografias Ambientais**, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 3358-3365, 2014.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MOREIRA, Roseilda Nunes *et al.* Wind energy in the backyard of our house?! Environmental perception of social and environmental impacts in the installation and operation of a plant in the community of the site in Cumbe Aracati-CE. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 45-73, 1 jun. 2013.

MORIN, E. **Saberes globais e saberes locais**. O olhar transdisciplinar. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuições para a gestão costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: Annablume, 2007.

MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS. **Projeto de lei de iniciativa popular sobre território pesqueiro**. Disponível em: <http://documentospeloterritorio.blogspot.com/>. Acesso em: 8 ago. 2019.

NASCIMENTO, Glória Cristina Cornélio do *et al.* Pescadores e currais: um enfoque etnoecológico. **Gaia Scientia**, [s. l.], v. 10, n. 4, p. 117-137, 2016.

NEIS, B. *et al.* An interdisciplinary method for collecting and integrating fishers' ecological knowledge into resource management. In: NEWELL, D.; OMMER, R. E. (ed.). **Fishing Places, Fishing People: Traditions and Issues in Canadian Small-Scale Fisheries**. University of Toronto Press, Toronto, 1999. p. 217-238.

NETO, F. O. L.; SILVA, E. V.; COSTA, N. O. Cartografia Social instrumento de construção do conhecimento territorial: reflexões e proposições acerca dos procedimentos metodológicos do mapeamento participativo. **Revista Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 18, n. 2, p. 56-70, set. 2016.

NETTO, Ricardo de Freitas; NUNES, André Gustavo Alves; ALBINO, Jacqueline. A pesca realizada na comunidade de pescadores artesanais de Santa Cruz/ES - Brasil. **Boletim do Instituto de Pesca**, São Paulo, p. 93-100, fev. 2002.

OPPENHEIMER, M. *et al.* Sea Level Rise and Implications for Low-Lying Islands, Coasts and Communities. In: PÖRTNER, H.-O *et al.* (ed.). **IPCC Special Report on the Ocean and Cryosphere in a Changing Climate**. Na imprensa, 2019. p. 321-445.

OSLENDER, Ulrich. Ontología relacional y cartografía social: ¿hacia un contra-mapeo emancipador, o ilusión contra-hegemónica? **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 26, p. 247-262, jan. 2017.

PACHECO, E.; SILVA, H. P. **Compromissos epistemológicos do conceito de percepção ambiental**. Rio de Janeiro: Departamento de Antropologia, Museu Nacional e Programa EICOS/UFRJ, 2007.

PEREIRA, Bárbara Elisa; DIEGUES, Antonio Carlos. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s. l.], Editora UFPR, n. 22, p. 37-50, jul./dez, 2010.

PINHEIRO, Rodrigo Dantas. **Análise do comportamento hidrodinâmico e sedimentológico no estuário do rio Piranji-CE (NE/Brasil)**. 2003. 176 f. Dissertação (Mestrado em Geociências). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

PINTO, André Luís Aires; MATOS, Maria Jardenes; RUFINO, Maria do Socorro Moura. O conhecimento etnográfico dos Tremembé da Barra do Mundaú, Ceará. **Interações (Campo Grande)**, [s. l.], p. 15-28, fev. 2018.

PIRATELLI, Augusto João; FRANCISCO, Mercival Roberto (org.). **Conservação da biodiversidade**. Rio de Janeiro: Technical Books, 2013. 272 p.



POLETTE, Marcus; ASMUS, Milton L. Meio Ambiente Marinho e Impactos Antrópicos. *In*: CASTELLO, Jorge P.; KRUG, Luiz C. (org.). **Introdução às ciências do mar**. Pelotas: Textos, 2015. Cap. 16. p. 500-520.

POSEY, D. Topics and issues in ethnoentomology with some suggestions for the development of hypothesis-generation and testing in ethnobiology. **Journal of Ethnobiology**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 99-120, 1986.

PRIMACK, Richard B.; RODRIGUES, Efraim. **Biologia da conservação**. Londrina, PR: Rodrigues, 2001. 328 p.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf). Acesso em: 20 jul. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina/CES, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina/CES, 2009.

SANTOS, Francisco Pinto dos. Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável, uma pequena-grande diferença. **Revista Geonorte**, [s. l.], v. 6, n. 25, p. 43-60, jun. 2016. ISSN 2237-1419.

SATO, Michèle. Debatendo os desafios da educação ambiental. *In*: **I Congresso de Educação Ambiental Pró Mar de Dentro**. Rio Grande: Mestrado em Educação Ambiental, FURG & Pró Mar de Dentro, mai. 2001. p. 17-21.

SHARMA, Chandrika. Different voices, similar concerns. **SAMUDRA Report**, ICSF, Madras, v. 15, p. 46-49, 1996.

SILVA, Alexandre Wellington dos Santos; SANTOS, Edgleison Sousa dos. ENTRE A PRANCHA E A REDE: as contradições entre a prática do kitesurf e a pesca artesanal segundo os pescadores da praia da Pedra do Sal (Parnaíba-PI). **Revista Piauiense de História Social e do Trabalho**, Parnaíba, PI, v. 3, n. 4, p. 62-68, jan./jul. 2017. ISSN 2447-7354.

SILVA, Fernando Rodrigues da. Populações tradicionais e conservação. *In*: PIRATELLI, Augusto João; FRANCISCO, Mercival Roberto (org.). **Conservação da biodiversidade**. Rio de Janeiro: Technical Books, 2013. 272 p.

SILVA, Inês Machline; PEIXOTO, Ariane Luna. O abajurú (*Chrysobalanus icaco* L. e *Eugenia rotundifolia* Casar.) comercializado na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, [s. l.], v. 19, n. 1B, p. 325-332, 2009.

SILVA, Isabel Soares; VELOSO, Ana Luísa; KEATING, José Bernardo. *Focus group: Considerações teóricas e metodológicas*. **Revista Lusófona de Educação**, v. 26, p. 175-190, 2014.

SILVA, Márcia Regina. **Povos de terra e água: a comunidade pesqueira Canto do Mangue, Canguaretama (RN) - Brasil**. 2004. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Agroecossistemas), Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004.

SOUSA, Eliana Rodrigues de *et al.* Caracterização socioeconômica e percepção ambiental das populações locais em áreas propostas para implantação de unidades de conservação no município de Bacabeira-MA. **Revista Espacios**, [s. l.], v. 37, n. 26, 2016.

SPRADLEY, J.P; MCCURDY, D.W. **The cultural experience: Ethnography in complex Society**. Chicago, USA: Science Research Associates Inc., 1972.

SUÁREZ, Hanny. **Cartografía social**. Bogotá D.C.: Fundación Universitaria del Área Andina, 2017. 79 p. ISBN 978-958-5460-23-2.

TOLEDO, Victor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 272 p. ISBN 978-85-7743-247-9.

TOLEDO, Víctor M.; BARRERA-BASSOLS, Francisco J. B. Etnoecología y conservación em Latinoamérica. In: ALVES, A. G. C.; SOUTO, F. J. B.; PERONI, N. (org.) **Etnoecologia em perspectiva: natureza, cultura e conservação**. Recife: NUPEEA, 2010. p. 43-72.

VIEIRA, D. M.; SOUZA, A. C. F. F.; TEIXEIRA, S. F. Pescaria com covó para peixes: conhecimento tradicional da comunidade pesqueira de Brasília Teimosa, Recife-PE. In: **Anais do IX Congresso de Ecologia do Brasil**. São Lourenço: Researchgate, 2009. p. 1-3.

VON SPERLING, Marcos. **Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos**. 3. ed. Belo Horizonte: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental; Universidade Federal de Minas Gerais, 2005. 452 p.

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ELUCIDADO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ELUCIDADO (TCLE)

**Você está sendo convidado(a) por Brenda Rozendo Melo como participante da pesquisa intitulada “MARÉS, MEMÓRIAS E TERRITÓRIO: ETNOCIÊNCIA NA COMUNIDADE PESQUEIRA DE EMBOACA, LITORAL OESTE DO CEARÁ”. Caso não seja de sua vontade participar, você pode se recusar. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam elucidados.**

Meu nome é Brenda Rozendo Melo, vim conversar com você e outras pessoas da sua comunidade como estudante pesquisadora da Universidade Federal do Ceará (UFC) com o objetivo de conhecer, entender e registrar o convívio e as relações da comunidade com o meio ambiente, valorizando os saberes e os costumes locais. Então, eu gostaria de saber a história do surgimento da comunidade contada pelas moradoras mais antigas, além do conhecimento de mulheres adultas e pescadores (com idade maior ou igual a 18 anos) sobre o meio ambiente e como isso está relacionado com a história e os costumes desenvolvidos na Emboaca. Além disso, esse trabalho também busca gerar instrumentos para a gestão participativa na comunidade de acordo com demandas locais. Assim, serão realizados momentos de entrevistas com antigas(os) moradoras(es), contendo 10 (dez) perguntas livres e de duração aproximada de 1h30min (uma hora e trinta minutos), e 3 (três) oficinas de cartografia social a serem realizadas com a comunidade em geral, cada uma com duração aproximada de 2h30min (duas horas e trinta minutos).

Esse trabalho pode gerar benefícios para a sua comunidade valorizando tanto a história e os costumes locais, como o conhecimento que vocês têm sobre o meio ambiente em que vivem, o que fortalece a articulação local para o enfrentamento de impactos e conflitos socioambientais. Mas é possível que você sinta desconforto, estresse ou constrangimento ao participar da pesquisa, então sugiro alternativas por precaução: você pode escolher o local da entrevista, interrompê-la, parar nossa conversa ou desistir de participar dela sem trazer nenhum prejuízo para você. Lembro também as informações e os dados coletados serão utilizados apenas para esta pesquisa e comprometo-me em não permitir a identificação direta das pessoas participantes caso não queiram, exceto para a equipe responsável pela pesquisa. Você receberá uma via deste Termo e não receberá nenhum pagamento por participar da pesquisa. Ao fim, o trabalho será disponibilizado para a Associação Comunitária dos Moradores de Emboaca, que será consultada antes da publicação da pesquisa para outros estudiosos e revistas relacionadas à faculdade, devido ao risco de conter informações que não seja de interesse pessoal ou coletivo divulgar. A qualquer momento, as representações da comunidade e as(os) participantes da pesquisa poderão ter acesso a informações referentes a este trabalho pelo meu telefone, e-mail ou endereço listados a seguir:

**Nome:** Brenda Rozendo Melo  
**Instituição:** Universidade Federal do Ceará – UFC  
**Endereço:** Rua Professor Moraes Correia, 949, Parquelândia, Fortaleza/CE  
**Telefone:** (85) 99602 6991  
**E-mail:** brendarzmelo@gmail.com

**ATENÇÃO:** Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8346/44. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira). O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

O abaixo assinado \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ anos, declara que é de livre e espontânea vontade que aceita o convite e permite a realização da pesquisa na comunidade. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Trairi, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

Nome do(a) participante da pesquisa	Data	Assinatura
Nome da pesquisadora principal	Data	Assinatura
Nome do(a) responsável legal/testemunha (caso o(a) entrevistado(a) não possa assinar)	Data	Assinatura